

MARIA CRISTINA CINTRA

**O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em
Florianópolis (1913-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Prof^a Dra. Edna Garcia Maciel Fiod e co-orientação da Prof^a Dra. Bernardete Wrublevski Aued.

Florianópolis

2004

MARIA CRISTINA CINTRA

**O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em
Florianópolis (1913-1968)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof^a. Dr^a. Edna Garcia Maciel Fiod
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Bernardete Wrublevski Aued
Co-orientadora

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti

Prof. Dr. Norberto Dallabrida

AGRADECIMENTOS

Procurando as palavras certas para agradecer, percebemos a grande dificuldade de encontrá-las. Quais seriam as mais indicadas e significativas que realmente pudessem expressar nossa gratidão pela acolhida, pela disponibilidade, pela paciência e pelo carinho de todos aqueles que colaboraram na elaboração deste trabalho.

Quando penso nas muitas pessoas que sempre ao meu lado fizeram parte deste processo que é produzir uma dissertação de mestrado, compartilhando comigo toda sorte de dificuldades, de alegrias, de descobertas, de angústias e realizações, sinto que meus agradecimentos sempre serão insuficientes e que, com toda certeza, estou correndo o risco de esquecer de alguém.

Entre as pessoas que muito me auxiliaram, particularmente na localização dos documentos e do material bibliográfico em geral, estão todas as bibliotecárias da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, das quais recebi inúmeras gentilezas; da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina que não mediram esforços para me auxiliar; bem como as pessoas que trabalham nos Arquivos Setoriais do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina e no Arquivo Público do Estado.

Às pessoas entrevistadas agradeço a acolhida e a permissão de poder conhecer um pouco da intensidade de suas lembranças pessoais, suas trajetórias de aprendizado, de trabalho e de poder escrever sobre elas. Agradeço especialmente aos alfaiates entrevistados por me ensinarem a admirar cada gesto, cada atividade, cada detalhe do saber contido no trabalho das mãos que não param, que sempre estão em movimento.

Quero agradecer as minhas orientadoras, Prof^a Dra. Edna Garcia Maciel Fiod e Prof^a Dra. Bernardete Wrublevski Aued, por terem acreditado em mim e terem me legado, especialmente ensinamentos de vida.

A todos os companheiros e companheiras do mestrado, por vivenciarmos juntos, os mais diversos sentimentos e ansiedades, porque conseguimos com certeza, vencer nossos desafios, de forma solidária e não solitária.

Agradeço também a Prof^a Dra. Eneida Oto Shiroma e ao Prof. Dr. Lucídio Bianchetti, por terem me ouvido com tanta atenção, dando valiosas sugestões e apontando novos caminhos e possibilidades, que eu não conseguia enxergar.

Quero também agradecer ao Prof. Dr. Norberto Dallabrida, por também ter acreditado em mim e na importância deste trabalho.

A toda a minha família, meu marido, meus filhos, minha mãe, meu pai e meus irmãos, preciso agradecer a compreensão, a paciência, a tolerância, todo o carinho e amor, toda a força e disponibilidade em me ajudar, atendendo minhas solicitações em todos os momentos que precisei deles e que não foram poucos, especialmente as inúmeras vezes que recorri ao auxílio de meu filho mais novo, Felipe o único que poderia me “salvar” das situações desagradáveis com essa máquina chamada computador.

Agradeço também a Capes, pois sem este auxílio não teria sido possível concluir este trabalho e ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, particularmente a atenção e o carinho de todas as pessoas que nele trabalham.

Aos velhos e novos amigos desta caminhada, especialmente a Dorinha e a Marlucy, meu agradecimento pela generosidade, pelos ouvidos, pelos conselhos, pela comunhão de idéias, corações e mentes.

Quando eu comecei a aprender [1936] fui para a Alfaiataria Bonassis. Eu tinha 11 anos e como todo aprendiz, ficava na alfaiataria para aprender e observar o trabalho, mas também tinha principalmente que trabalhar. Um aprendiz tinha que entregar muitos ternos e muitas calças para ganhar alguns trocados, pois não se pagava aprendiz. (José Mello e Silva, alfaiate de Florianópolis).

[...] e tinha que aprender observando bem, tinha que prestar atenção. Foi o que eu fiz desde o começo, antes de entrar no SENAI, eu aprendi na alfaiataria do Jaime Abraão. Eu tinha 13 anos. Depois eu fui pra alfaiataria do Jorge “Grego” e também trabalhei, na época do SENAI na alfaiataria do meu professor e mestre lá da escola, o Arnaldo Bonckewitz, que ficava lá em São José. Por último, antes de abrir minha própria alfaiataria, eu trabalhei para o Licério Camargo, a quem também agradeço muito a oportunidade (João Bonfim Régis, alfaiate de Florianópolis)

RESUMO

Este é um estudo sobre a memória do aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis, no período de 1913 a 1968. Durante esse período, o aprendizado desse ofício, antes realizado apenas nas alfaiatarias, passa também a ser oferecido por uma escola pública federal, denominada inicialmente, Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, hoje CEFET/SC (Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina).

Analizamos algumas das mudanças ocorridas no processo de aprendizado dos alfaiates de Florianópolis, de maneira a apreender as diferentes relações de aprendizagem estabelecidas dentro das oficinas de alfaiataria da cidade e em uma escola, buscando desvelar algumas práticas formativas dos primeiros cursos profissionalizantes da cidade de Florianópolis, bem como as motivações e interesses que levaram uma instituição federal de ensino a criar uma oficina de alfaiataria e mais ou menos 50 anos depois extingui-la.

A necessidade de compreensão do contexto atual tem revelado ser indispensável o conhecimento da história para que possamos observar e dialogar com os fenômenos gerais que vêm determinando as transformações ocorridas na relação trabalho-educação no Estado de Santa Catarina, buscando assim compreender esse tempo em que os alfaiates eram imprescindíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Alfaiate, Curso de Alfaiate, Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, Escola Industrial de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, História da Educação Profissional, Qualificação Profissional, Trabalho e Educação.

ABSTRACT

This study is about the memory of the knowledge and art of tailoring, between 1913 and 1968 in Florianópolis, when this training, previously developed only in tailor shops, reaches a federal public school, called at that time Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, nowadays the CEFET/SC (Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina).

Some of the changes occurred in the tailoring learning process have been analyzed in order to grasp the different learning relations established in the tailor shops of the city and those of a school, attempting to reveal some training practices of the first professionalizing courses of Florianópolis, as well as the motivations and interests that led a federal teaching institution to create a tailor course and after nearly fifty years to extinguish it.

The need to understand the actual scenario shows as indispensable to have the knowledge of history in order to observe and talk to the general phenomena which are determining the changes occurred in the relation work-education in the Santa Catarina State, thus trying to understand that time when the tailors were essential.

KEY-WORDS: Tailor, Tailor Course, Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, Escola Industrial de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, History of Professional Education, Professional Qualification, Work and Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: O TEXTO E O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTIFÍCES.....	19
1.1 O contexto geral da sociedade industrial brasileira.....	19
1.2 Florianópolis: urbanização, higienização e trabalho.	28
1.3 A instalação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.....	39
1.4 A criação da oficina de alfaiataria	42
1.5 O momento histórico dos ofícios e das oficinas de alfaiate	44
1.5.1 No tempo da produção artesanal.....	44
1.5.2 Após o advento da era da indústria.....	47
1.5.3 No contexto brasileiro.....	51
1.6 O ofício de alfaiate em Florianópolis	52
1.7 A aprendizagem por meio da relação mestre-aprendiz dentro das alfaiatarias.	57
CAPÍTULO II: AS DIFICULDADES DE ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA E DA OFICINA DE ALFAIATARIA	59
2.1 As dificuldades iniciais.....	59
2.1.1 A precariedade das instalações	61
2.1.2 O “despreparo” do corpo docente.....	62
2.1.3 A evasão escolar e a pobreza dos alunos.....	64
2.2 Os ofícios ensinados.....	66
2.3 Primeiros programas de ensino.	69
2.4 A organização da oficina de alfaiataria na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.....	72
2.5 A aprendizagem por meio da relação mestre-aprendiz dentro da escola.	75
2.5 A produção da escola e a Caixa de Mutualidade.....	80
2.6 As novas instalações e as reformas.....	84
CAPÍTULO III: O período das grandes transformações: 1942-1968.	95
3.1 O Liceu se transforma em Escola Industrial.....	95
3.2 A Oficina de Alfaiataria se transforma em Curso de Alfaiataria.	97
3.2 Na década de 1950, novas transformações.	104
3.4 Os cursos por correspondência para alfaiates.....	112
3.3. Ano de 1968: a extinção do curso de alfaiataria da Escola Industrial de Florianópolis.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Fortes motivos nos levaram ao estudo do processo de aprendizagem do ofício de alfaiate, *ofício esquecido no tempo*. Num passado não muito remoto foi ensinado nas alfaiatarias e na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina (hoje CEFET/SC), no período de 1913 a 1968. Os alfaiates hoje fazem parte do grupo de profissões em vias de desaparecimento. Os poucos que restam têm mais de 60 anos e são, portanto, suportes da memória social que a sociedade capitalista bloqueou.

Embora inseridos no rol das denominadas velhas profissões, ainda fazem parte de nossas relações em número talvez maior do que possamos imaginar. Assim como eles, os sapateiros, os encadernadores, os tecelões, as costureiras, os mecânicos de automóveis, os oleiros, entre outros. Estas profissões que já foram consideradas essenciais no passado, expressam os ofícios manuais, nos quais o aprendizado é de maneira geral, adquirido por meio da relação mestre-aprendiz, no próprio local de trabalho e raramente por meio do sistema escolar.

Neste sentido, são fortes motivos para este estudo: a possibilidade de analisar algumas mudanças no processo de aprendizagem dos alfaiates de Florianópolis; de apreender as diferentes relações de aprendizagem estabelecidas dentro das oficinas de alfaiataria e em uma instituição escolar; de desvelar algumas práticas formativas dos primeiros cursos profissionalizantes da cidade de Florianópolis, bem como as motivações e interesses que levaram uma instituição federal de ensino a criar uma oficina de alfaiataria e mais ou menos 50 anos depois extingui-la. Estes são também, nossos objetivos.

Este é portanto um estudo que busca dar visibilidade ao aprendizado do ofício de alfaiate na cidade de Florianópolis, no período de 1913 a 1968. Durante esse período o aprendizado desse ofício passa também, a ser oferecido por uma escola pública federal, denominada inicialmente, Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina.

A criação da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina (1910) – uma instituição pública de ensino para o aprendizado de ofícios – e de uma oficina de alfaiataria (1913) que depois é transformada em curso (1942) até sua extinção (1968), revelam uma totalidade histórica que pode ser apreendida nas especificidades e singularidades do curso de alfaiates.

Este curso, que inicialmente tem a denominação de Oficina de Alfaiataria, não só esteve entre as primeiras oficinas oferecidas pela Escola, como também, foi uma das poucas a serem mantidas por tão longo período. Assim, ao buscarmos compreender essa realidade em sua singularidade e suas particularidades, estaremos também apreendendo através dela, o processo de transformação social, as questões e contradições que foram geradas no movimento das mudanças no mundo do trabalho e na educação.

A documentação sobre esta instituição se encontra dispersa e à maioria dos documentos não foi dado o devido cuidado técnico para sua preservação. Foi necessário recorrer, portanto, a outras fontes documentais da época como os jornais, as revistas, os textos legais e as fotografias, procurando tratar a todas elas, com o mesmo espírito crítico.

Os textos extraídos de relatórios dos diretores da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, de anúncios e artigos de jornais conservam a grafia da época. São preservados erros de impressão ou gramática apresentados nesse material.

Nesse estudo, privilegiamos a narrativa oral daqueles que vivenciaram ou participaram, de alguma forma, do processo de aprendizagem do ofício de alfaiate,

como mestres, aprendizes ou professores, numa escola ou nas próprias alfaiatarias da cidade de Florianópolis.

Ao todo realizamos sete entrevistas não diretivas ou semi-estruturadas com: os alfaiates, José Mello e Silva (79 anos), João Régis (67 anos), Carlos Pinto da Luz (61 anos) e Miguel de Oliveira César (56 anos); Nahir Medeiros (86 anos), esposa de Pedro Medeiros (1923-1990), professor de alfaiataria da Escola Industrial de Florianópolis; René de Abreu Pacheco (74 anos), ex-aluno, professor e supervisor das oficinas da Escola Industrial de Florianópolis e Luis Carlos Pereira (49 anos), filho de Laélio Pereira (1923-1995), professor auxiliar de alfaiataria, da Escola Industrial de Florianópolis.

A necessidade de compreensão do contexto atual tem revelado ser indispensável o conhecimento da história para que possamos melhor observar e analisar os fenômenos gerais que vêm determinando as transformações ocorridas na relação trabalho-educação.

O historiador Eric Hobsbawm (1995, p.13) chama nossa atenção para uma tendência dos tempos atuais a um centramento no presente. Ele analisa o final do último milênio, alertando-nos para o fato de que:

a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esqueceram, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio.

Apropriamo-nos das recomendações de Hobsbawm, pois como educadores, também temos, como os historiadores, o ofício de *lembrar o que os outros esqueceram*. Procurando trabalhar, de forma a impedir a degradação da memória, por meio da qual cresce a história que a alimenta, entendemos que a memória busca salvar o passado para

servir o presente e o futuro e que a memória coletiva pode servir “para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 1994, p.477).

Ora prestigiada, ora criticada, ou relegada e posta de lado, ao longo da história, a memória vem acompanhando a trajetória humana e adquirindo características diversas compatíveis com o contexto e com as relações estabelecidas nas diferentes sociedades e distintos períodos históricos.

Na antiguidade grega era divinizada. A deusa *Mnemosine*, mãe das musas que protegiam as Artes e a História, dava aos poetas e aos adivinhos a possibilidade de voltar ao passado, lembrando-o para a coletividade. Artistas e historiadores escreviam sob a proteção da deusa Memória, para garantir que seus registros sobre os feitos dos seres humanos não fossem perdidos, mas sim transformados em memoráveis, para que servissem de exemplo às gerações futuras.

Tempo e memória tornam-se inseparáveis, revelando “uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é o passado” (CHAUÍ, 1995, p.130).

A memória parece ser, em primeira instância, um fenômeno individual, próprio de uma determinada pessoa, uma evocação do passado, uma capacidade humana que torna possível guardar e reter um tempo que se foi, de forma a salvá-lo da perda total. Mas além de sua dimensão pessoal e introspectiva, a memória possui uma dimensão coletiva, social (CHAUÍ, 1995).

Maurice Halbwachs (1990) destacou que a memória deve ser entendida principalmente como um fenômeno construído coletivamente e sujeito a transformações. Portanto, a memória de uma pessoa depende de suas relações com familiares, com a escola, com a profissão, com a classe social, ou seja, depende de seu relacionamento com os grupos sociais com os quais convive e que lhe são peculiares. A

memória da pessoa está atrelada à memória do grupo e esta, por sua vez, esta ligada à memória coletiva de cada sociedade.

Social, coletiva, primordial, a memória vem sendo desvalorizada. A publicidade e a propaganda rapidamente transformam em obsoleto o que foi recém-criado. Prevalece o novo, a última moda, o que pode ser rapidamente descartado, para que a novidade possa ser adquirida. Essa desvalorização aparece também na urbanização de cidades, de forma a torná-las mais modernas, na destruição de crenças, tradições e valores, para que o antigo possa ser substituído.

O cenário construído pela modernidade é performático, pois nele o mundo produtivo cria e recria com excelência, por meio da organização do trabalho, o mundo da sobrevivência humana a partir das exigências do consumo. Cruz (1977, p.177) assim entende essa questão:

O processo produtivo trouxe o planejamento, a organização o controle do trabalho, mas só encontra a sua energia na geração incontrolável de mercadorias. O mundo se tornou o mundo das mercadorias, onde todas as esferas da vida se vêm penetradas pela necessidade de gerar necessidades [...]

A memória também é desvalorizada porque são desconsiderados outros suportes que lhe são essenciais: as lembranças das pessoas mais velhas e as lembranças dos vencidos. Na história oficial, as comemorações, os aplausos são para os vencedores, para a classe dominante que determina a quem e o quê deve se lembrado. Os velhos, e os vencidos são relegados. No entanto, *esses autores não oficiais da história* existem, são reais, assim como a história que fazem, na medida do que é possível fazer em nossa sociedade.

Trabalho e memória, de acordo com Bosi (1983), tem uma estreita relação, porque a memória é trabalho, é produção e imaginação. Lembrar é mais que reviver, pois é refazer, reconstruir, repensar por meio de imagens e das idéias de hoje, as experiências vividas no passado. Os registros da memória individual ou coletiva são

constituídos de lembranças e esquecimentos, sendo recriados e evocados constantemente pelas situações do presente. A memória é seletiva. Quem lembra, já não é mais o mesmo de outrora, portanto houve uma alteração de percepção, de idéias e de juízos de valor daquele que recorda. O ato de lembrar “o passado *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista” (BOSI, 1983, p. 17, grifo da autora). Portanto, devemos duvidar do passado “tal como foi”, conforme sugestão de Bosi.

Considerando que esse passado “tal como foi” é também descrito nos documentos, deles é igualmente necessário duvidar. A memória socialmente construída inclui também toda a documentação escrita. A postura crítica a fonte, deve ser aplicada a todos os tipos de fontes históricas. Nesse sentido, sejam as fontes orais ou escritas, é preciso ter cuidado para não as tomar tal como se apresentam, o que implica estar atento a essa questão.

De acordo com as orientações de Le Goff (1994, p. 547), o documento é também monumento, pois sendo um produto da sociedade que o fabricou, é “resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziu, e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver.”. Todo documento é monumento porque “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.” (LE GOFF, 1994, p. 547). Assim sendo, não existe nenhum documento-verdade, pois todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, possuindo, em primeira instância, uma aparência enganadora, uma montagem que precisa ser desmontada, desestruturada. Essa é a difícil tarefa que cabe ao pesquisador e da qual tentamos dar conta.

A necessidade de relembrar um passado e uma forma de aprendizado nesse estudo, se aproxima da necessidade que as pessoas entrevistadas têm de falar a respeito desse passado e desse aprendizado. Ambos se identificam na medida que contam uma história, precisam narrar, cada um a seu modo, *para conservar o que foi narrado e que deve poder ser reproduzido*. As narrativas e histórias contadas pelas pessoas entrevistadas, não estão nos livros, não fazem parte dos documentos escritos, muito menos da história oficial e por essas razões são contadas, registradas. Desta forma poderão ser conhecidas e saberemos o que mudou e o que permanece.

Por meio da narração, que é uma forma artesanal de comunicação, o que aconteceu não é transmitido, mas sim tecido, fio por fio, sem pressa, até atingir uma boa forma (BOSI, 1983). Os alfaiates, ao mesmo tempo em que davam seus depoimentos, narrando suas experiências, continuavam a trabalhar com as mãos, utilizando agulhas e linhas para fazer os pontos que uniam tecidos, que davam acabamento e forma a uma vestimenta. Um trabalho das mãos e da cabeça, feito com calma e paciência de quem conhece um ofício que ainda conserva muitas características artesanais e é elaborado por mãos habilidosas de pessoas capazes de fazer e também ensinar essa arte. Os alfaiates são como os narradores, mestres de um ofício que, na atualidade, não podem mais ensinar, porque não há mais quem queira aprender. Também os narradores deixaram de contar histórias, porque começaram a faltar ouvintes dispostos a ouvi-las. Nessa pesquisa, somos os ouvintes desses trabalhadores, ajudando-os a trazer para o presente as memórias de um aprendizado.

Em uma história infantil, escrita por Mem Fox (1995), um menino pergunta aos pais o que é memória, para ajudar sua amiga, Dona Antônia, que morava num asilo ao lado de sua casa. Os pais lhe respondem que *memória é algo de que a gente se lembre*. O garoto sai em busca de outras respostas e lhe dizem que *memória é algo quente*. Mais

uma pessoa lhe diz que *memória é algo bem antigo, e que também faz rir e chorar*. Por último descobre que *era algo que vale ouro*. Então, sentindo-se preparada, a criança sai à procura de uma memória para Dona Antônia, já que ela havia perdido a sua.

Numa antiga caixa de sapato, encontra conchas guardadas há muito tempo as quais recolhe com cuidado, guardando em uma cesta. Acha uma marionete que sempre fizera todo mundo rir e também coloca na mesma cesta. Lembra-se com tristeza, da medalha que tinha ganhado de seu avô, colocando-a também na cesta. Por fim, acha sua bola de futebol, que para ele, valia ouro e pega no galinheiro, um ovo fresquinho ainda quente, para também colocá-los na cesta. Leva tudo para Dona Antônia dando a ela uma por uma, de cada coisa da cesta.

E então, ela começa a se lembrar e contar para o garoto sobre um ovinho azul que uma vez havia encontrado em um ninho. Encostando a concha no ouvido, ela lembra do momento em que tinha ido à praia de bonde, há muito tempo. Ela chora quando pega a medalha e lembra de seu irmão mais velho que nunca voltara da guerra. Ela sorri para a marionete e lembra que brincava com sua irmã que ria as gargalhadas. Então joga a bola de futebol para o menino que se chamava Guilherme Augusto, lembrando do dia em que eles haviam se conhecido e de todos os segredos que haviam compartilhado. E foi dessa forma que toda a memória perdida de Dona Antônia pode ser encontrada, com a ajuda de um menino que “nem era tão velho assim” (FOX, 1995, p.28).

Essa história trata de uma forma simples, uma questão complexa como a memória e nos ajuda a entender que lembramos, porque revivemos o que os outros nos fazem lembrar. A grande maioria das nossas lembranças vem à tona quando alguém nos ajuda estimulando-nos a lembrar. Nesse sentido, acreditamos que por meio das entrevistas realizadas para esse trabalho, tenhamos conseguido trabalhar estimulando as

pessoas entrevistadas a recuperar uma memória individual que “é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (BOSI, 1983, p.335).

No *primeiro capítulo* situamos o contexto geral da sociedade brasileira e da cidade de Florianópolis, procurando compreender as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, momento de construção da sociedade brasileira urbano-industrial. Ainda dentro desse capítulo, caracterizamos a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e a criação da oficina de alfaiataria. O surgimento dessa escola, na capital catarinense, coincide com a formação da classe trabalhadora, ajustada à sociedade capitalista, condição que se faz necessária à implantação, desenvolvimento e sobrevivência desse modo de produção. Com a criação da oficina de alfaiataria o aprendizado prático e cotidiano dado nas alfaiatarias, começa a ser substituído. Procuramos conhecer o ofício de alfaiate e a arte de seu ensino ao longo da história e ainda dentro das alfaiatarias da cidade de Florianópolis, identificando as diferenças do processo de aprendizagem da oficina de alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices, até o momento de implantação das primeiras reformas nesse processo de ensino, ocorridas a partir de 1926.

No *segundo capítulo*, caracterizamos as dificuldades de organização e manutenção da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e da Oficina de Alfaiataria até a transformação da Escola em Liceu Industrial de Santa Catarina, no ano de 1938. As dificuldades iniciais para sua instalação: seus primeiros programas de ensino, os primeiros mestres, a evasão escolar; o processo de aprendizagem por meio da relação mestre aprendiz, dentro da Escola; a produção desenvolvida na escola pelos aprendizes; e as exposições realizadas para divulgação e venda dos trabalhos dos alunos, são assuntos incluídos nesse capítulo.

O *terceiro capítulo* trata do período das grandes mudanças na Escola e na educação brasileira. A Escola passa a ser denominada Escola Industrial de Florianópolis no ano de 1942 e a Oficina de Alfaiataria é transformada em *curso de alfaiataria* até o ano de 1968 quando é extinta. As reformulações no processo de aprendizagem nesse período são o resultado das transformações que ocorrem na sociedade brasileira na qual se acelera o processo de industrialização, assumido como meta pelo governo, para o efetivo “progresso econômico da nação” cabendo então, às escolas industriais a qualificação da “nova” força de trabalho adequada ao desenvolvimento da indústria brasileira. Na cidade de Florianópolis a Escola Industrial de Santa Catarina, integrada à rede de escolas industriais federais, também deve, por força da Lei Orgânica do Ensino Industrial, remodelar suas oficinas e suas práticas pedagógicas. O curso de alfaiataria, iniciado no ano de 1913, começa a entrar em declínio na década de 1950, momento em que no SENAI - criado em Florianópolis desde o ano de 1943 – frequentam o curso de alfaiataria, alguns dos mais antigos alfaiates da cidade de Florianópolis, como João Régis. Na década de 1960 surge em Florianópolis, uma outra forma de aprendizado: os cursos por correspondência para alfaiates, criados nos grandes centros urbanos como São Paulo, onde nessa década a profissão de alfaiate já se encontrava em declínio.

Nas *considerações finais*, procuramos mostrar que não houve uma única forma de aprendizado do ofício de alfaiate na cidade de Florianópolis e que as relações estabelecidas em cada processo de aprendizagem eram distintas porque distintos eram esses processos. As relações mestre-aprendiz dentro de uma alfaiataria e dentro de uma escola possuem características singulares que aparentemente parecem restritas às situações internas dessas relações, mas que por possuírem elementos constitutivos de formas sociais distintas produzidas, portanto socialmente, revelam as contradições da sociedade que as produz.

CAPÍTULO I: O TEXTO E O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES

1.1 O contexto geral da sociedade industrial brasileira

No ano de 1909 são criadas no Brasil 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas diferentes unidades da federação, as precursoras das Escolas Técnicas Federais. Inicia-se assim, no Brasil, a formação profissional como responsabilidade do Estado. Tal iniciativa antes de estar voltada para o desenvolvimento industrial do país, obedecia “a uma finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva mobilizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER, 1999, p. 122).

Ao analisarmos o texto do Decreto nº 7566 - assinado pelo presidente Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909 - podemos perceber que entre os motivos apresentados para a criação destas escolas, não foi incluída a formação de força de trabalho qualificada para atender às exigências do processo de industrialização (CUNHA, 2000a).

Em sua apresentação, o Decreto nº 7566/1909¹ determinava que fossem criadas em cada uma das capitais dos Estados, Escolas de Aprendizes Artífices, para “o ensino profissional primário e gratuito”, que deveriam ser mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (criado em 1906), o qual passou a ter como uma de suas atribuições os assuntos relativos ao ensino profissional não superior. Os propósitos

¹ Este Decreto foi publicado na íntegra em Fonseca (1986, v.1, p.177-180).

apresentados para justificar a criação de tais escolas profissionais foram incluídos nas considerações iniciais do Decreto:

Considerando:

Que o aumento da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da sorte com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime;
que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...] (FONSECA, 1986, v. 1, p.177).

No texto do mesmo Decreto está também, o contexto sócio-econômico daquele momento histórico, qual seja: o processo de urbanização aliado à necessidade de controle social; o projeto de construção de uma sociedade do trabalho por meio da disciplinarização dos filhos das classes proletárias (os menores percebidos como potenciais elementos de desordem social); “a percepção do binômio educação-trabalho como instrumento de construção da nacionalidade” (QUELUZ, 2000, p. 29).

O contexto em que foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices caracteriza-se por um momento de transição. A sociedade fundada no trabalho escravo estava cedendo lugar ao trabalho livre, uma das condições da existência da industrialização capitalista. Por isto era tão importante – como foi estabelecido no Decreto nº 7566 – a criação dessas escolas, a fim de formar trabalhadores para “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo”, para que se tornassem “úteis à nação”.

Para os republicanos é necessário deixar claro que o trabalho dignifica o homem, elevando o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais. A acumulação dos bens, tanto morais quanto materiais, possibilitaria a formação da riqueza da nação. Assim, o governo republicano deveria, portanto, ser o mentor do ideal de progresso expresso por

meio do desenvolvimento do trabalho e do crescimento econômico e moral (QUELUZ, 2000).

As classes dominantes que conceberam o ensino técnico-profissional associaram a pobreza não apenas à falta de recursos, mas principalmente, à existência de vícios, indolência e de criminalidade. Idealizaram então como saída – para resolver os problemas urbanos que os desocupados poderiam causar – a educação para o trabalho. Esta foi a forma encontrada para promover o “saneamento moral da pobreza”, um modo de instituir práticas disciplinares e controle social. Portanto, a construção da sociedade do trabalho no Brasil, foi também “a construção de uma sociedade disciplinar, que procurava adequar os indivíduos como cidadãos úteis para concretização do projeto de civilização republicano” (QUELUZ, 2000, p.18).

Quanto à finalidade educacional das Escolas de Aprendizes Artífices, diz o artigo segundo, do decreto de 1909:

Artº 2º - Nas Escolas de Aprendizes Artífices custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários, aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a Escola, consultadas, quanto possível, as especificidades das indústrias locais. (FONSECA, 1986, v.1, p. 178).

Segundo o texto, a formação de operários e contramestres era destinada “aos menores que pretenderem aprender um ofício”. Nas determinações referentes às oficinas, em número máximo de cinco, a previsão era de que as mesmas fossem de “trabalho manual ou mecânico”.

É necessário, também, que ao relacionarmos a lei com o contexto econômico e social daquele período histórico, compreendamos que se trata de um momento em que o processo de industrialização, desencadeado no final do século XIX (1850) estava ainda em seu estágio inicial. O Brasil das últimas décadas do século XIX, apesar de ainda ser

um país predominantemente agrário, passa a apresentar ao mesmo tempo, um caráter urbano industrial. A urbanização e a industrialização tornam-se fenômenos sociais expressivos, no período de construção e instalação da República, nas décadas de 1880 a 1890. Empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes passam a ser vistos nas cidades em crescimento, nas quais são instaladas fábricas e oficinas, pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais e de serviços vários. Mundos de trabalho urbano são constituídos e proliferam ao longo das primeiras décadas republicanas.

Outro aspecto a ser observado é que de acordo com o Decreto 7566/1909 não há determinação de que a consulta às especificidades das indústrias locais seja obrigatória sugerindo-se apenas “quanto possível” que isto se realizasse. Em termos legais, essas características serão reafirmadas, até o ano de 1926, quando então, na legislação, começam a surgir as primeiras mudanças. No entanto, só a partir da década de 1930 – com o governo de Getúlio Vargas – a legislação referente ao ensino profissional no Brasil começará a explicitar uma realidade diferente.

Analisando a legislação referente às Escolas de Aprendizes Artífices - desde a sua criação, até o ano de 1926 – podemos perceber que a profissionalização que se pretendia estava ainda mais baseada num conhecimento adquirido de forma empírica, por meio do qual o instrumento de trabalho era basicamente manual e, portanto, *a aprendizagem ainda não havia se libertado das mãos*. O trabalhador manipulava sua ferramenta numa relação direta com o objeto de seu trabalho. Nesse sentido, na sociedade brasileira daquele momento de transição, o que ainda persistia como qualificação para o trabalho era uma forma próxima ao artesanato, designada como *arte do ofício*. Os textos legais, as propostas de organização do ensino dos ofícios, as oficinas, os cursos, as disciplinas ministradas, os próprios conceitos utilizados, são exemplos do que ainda se buscava desenvolver (BRANDÃO, 1999). Foi dentro desta

perspectiva que começou a ser concretizada a determinação da lei que criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

No entanto, ainda que predominasse a arte do ofício, as novas formas de produzir a vida já vinham sendo anunciadas no Brasil desde o final do século XIX, com o advento da industrialização anunciando também novas necessidades no tocante a formação escolar da força de trabalho para a indústria.

Recuando um pouco na história vemos que no século XIX, os países capitalistas desenvolvidos já produzem mercadorias em grande escala e em 1825 enfrentam a primeira crise de superprodução (MARX, 1985). No Brasil, entretanto, o trabalho ainda se realiza sob a forma de escravismo. Porém, essa forma de produção baseada nas relações escravistas começa a ser considerada ineficaz para garantir a necessária acumulação do capital. Além disso, ao final do século XIX, há a difusão de tecnologias da comunicação como as estradas de ferro, o telefone, e a luz elétrica, que além de desencadearem necessidades de expansão do modelo dominante são uma expressão disto.

A constituição do trabalho livre no Brasil provoca profundas transformações sociais e é feita por meio da desagregação da ordem social escravocrata e da exclusão do negro do novo sistema de relações de trabalho.² Não era uma tarefa simples transformar as relações de trabalho no Brasil. Como adaptar os negros ao trabalho compulsório? Como as classes dominantes do Brasil, no final do século XIX, poderiam fazer trabalhar quem já não era mais escravo? É preciso desenvolver esse hábito: os trabalhadores livres que devem vender sua força de trabalho. Para reforçar essa

² De acordo com Fernandes (1978) os negros ficam destituídos de quaisquer iniciativas de ressocialização à nova ordem social baseada no trabalho livre. São condenados a vagar pelas cidades como marginais, despreparados que estavam para uma rápida adaptação ao novo sistema de trabalho. Para obter o direito à cidadania, ou seja, para participar das garantias e direitos sociais, como homens “livres” os negros tiveram que aceitar trabalhar como assalariados defrontando-se com condições de trabalho tão degradantes como antes. Assim se institui o trabalho assalariado compulsório e coercitivo.

tendência recorre-se aos imigrantes europeus que começam a chegar ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

Outro surto migratório, na década de 1850, coincide com o fim do tráfico de escravos. Os migrantes desse segundo surto vêm para trabalhar nas lavouras de café, a grande riqueza nacional do século XIX, produzida no Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e no oeste do Estado de São Paulo. A economia cafeeira produz grandes lucros no final do século XIX e sua expansão acarreta um desenvolvimento urbano, propiciando também o desenvolvimento da indústria no Brasil. Cafeicultores passam a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, no comércio, nas finanças.

A chegada e fixação dos imigrantes favorece a implantação e ampliação do trabalho livre. Crescem as desvantagens econômicas do sistema escravocrata que é finalmente abolido no Brasil, em 1888. Nesse contexto marcado pela necessidade de consolidação do mercado livre de trabalho e pelo desenvolvimento industrial do país, bem como pela intensificação da urbanização e do controle social, a riqueza não se moderniza por meio de “ações e medidas que revolucionassem o relacionamento entre a riqueza e o poder” (MARTINS, 1994, p.30), tal como acontecera na história da burguesia, daqueles que foram os países mais representativos do desenvolvimento capitalista. Em nossa sociedade essa modernização:

“se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do País. Nessa dinâmica é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou mesmo criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. Trata-se, portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não se explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos.” (MARTINS, 1994, p.30, grifos do autor).

No Brasil, “modernidade” e “modernização”³ percorrem outros caminhos e significados diversos daqueles que predominaram na Europa. Aqui, o “novo” se instala em formas aparentemente velhas.

Mesmo considerando a singularidade de nossa “modernidade” e do processo de industrialização brasileiro, particularmente as discussões concernentes ao período de instalação, ou lenta imposição da indústria brasileira, podemos perceber que as atividades industriais começam a adquirir importância nas décadas finais do século XIX, especialmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. De 1889 a 1890 em diante, os industriais começam a destacar-se na burguesia brasileira. Os primeiros a investir na produção industrial são os grandes fazendeiros – especialmente os ricos fazendeiros de café - e comerciantes importadores, entre eles imigrantes que chegaram ao Brasil com algum capital que passam também a aplicar na indústria, fabricando produtos que antes importavam.

Nos primórdios da industrialização brasileira, o setor têxtil é o mais representativo do crescimento industrial do país, atingindo seu maior desenvolvimento entre 1890 e 1930. As fábricas de alimentos também se destacam. Até 1930, o Estado de

³ De acordo com Marshall Berman o processo de mudanças ocorridas a partir do século XVI, e acentuadas no século XIX e XX, podem ser assim descritas: “O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’.” (BERMAN, 1992, p.16).

São Paulo e o Distrito Federal são os responsáveis pela maior parte da produção industrial.⁴

O processo de industrialização brasileiro é basicamente constituído com a participação dos imigrantes.⁵ Com a implantação do trabalho fabril, na sociedade brasileira, implanta-se também a divisão do trabalho, dos processos manufatureiros e a conseqüente racionalização da produção em maior escala de acordo com a ótica da indústria. No início da produção fabril brasileira a maquinaria é simplificada e a habilidade técnica dos artesãos ainda é necessária ao processo de produção na maioria das empresas. No entanto, com o tempo, essas habilidades vão sendo substituídas por operações cada vez mais mecanizadas, realizadas por máquinas que produzem mais, em menos tempo e necessitam apenas de fiscalização dos trabalhadores, para evitar possíveis erros ou defeitos. Cada vez mais o trabalho se transforma em trabalho simples, repetitivo e social (coletivo).

Como a urbanização e a industrialização são processos sociais, envolvem principalmente novas relações entre os diversos grupos sociais. O desenvolvimento das forças de produção de acordo com os interesses do capital vai muito além do desenvolvimento da maquinaria. Trata-se primordialmente do desenvolvimento de relações sociais capitalistas onde prevalece e aumenta a dominação do capital sobre o trabalho. Portanto, o processo de industrialização que se inicia na Europa, no final do

⁴ Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, pequenas oficinas convivem com grandes fábricas: oficinas de marcenaria, tendas de sapataria, tinturarias, oficinas de alfaiates, tecelagens, fábricas de massas, de óleos de tintas de escrever, de bebidas, fundições, oficinas para confecção de chapéus, fábricas de calçados, entre outras. Também é grande o número de armazéns ou pequenas mercearias. O Rio de Janeiro lidera a indústria nacional, mas na segunda década do século XX o Estado de São Paulo passa a frente (31,5% da produção nacional), ficando o Distrito Federal em segundo lugar (20,8% da produção nacional) e o Rio Grande do Sul em terceiro (11% da produção nacional). Além dessas regiões, nas primeiras décadas do século XX, as cidades de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Blumenau e Joinville, também são outros pólos de atividade industrial. (SINGER, 1968).

⁵ Entre os anos de 1890 e 1920, trabalham nas indústrias brasileiras principalmente imigrantes estrangeiros e seus filhos nascidos no Brasil: a maioria da classe operária urbana das cidades do Estado de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro. A predominância numérica de operários imigrante até 1920 é uma característica fundamental da classe trabalhadora.

século XVIII e se estende para o Brasil nos finais do século XIX representa a transformação do processo de trabalho por relações capitalistas de produção. Ou seja, o trabalho e o trabalhador passam a ficar subordinados ao capital e ao capitalista.

O resultado da “modernização” e da industrialização idealizados pelos republicanos torna-se cada dia mais evidente e por qualquer ângulo que se encare a expansão da indústria no Brasil, podemos enxergá-la com maior visibilidade, a partir do momento em que acontecem as manifestações nas ruas das grandes cidades e nos locais de trabalho. De 1900 a 1910, em quase todos os meses, há manifestações dos trabalhadores que se rebelam nas defesas de seus direitos.⁶

O processo de constituição do trabalho livre no Brasil desencadeia profundas alterações sociais. Em sua dinâmica é acompanhado por transformações que resultam na reorganização do trabalho, até mesmo antes que as relações sociais, próprias do capitalismo industrial sejam configuradas. Hábitos, crenças, costumes, culturas locais, passam a ceder lugar às novidades, “formas que delineiam o desenvolvimento de forças produtivas necessárias à relação capital e trabalho que invade o mundo” (BARROS, 1999, p.46).

Para, no entanto compreender como este outro tempo histórico se fez presente na sociedade brasileira é necessário tornar a lembrar que se tratou de um processo histórico que se desenvolveu gradativamente e que precisa ser analisado em suas particularidades e especificidades. Portanto, no caso da sociedade brasileira as transformações sociais, ocorridas nas primeiras décadas do século XX, são peculiares a esta época e contexto históricos, em que os discursos sobre a modificação da noção de trabalho começavam a

⁶ A concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, a falta de moradia, de condições de higiene em cortiços que proliferam a concentração de pessoas sem uma ocupação fixa, a substituição de profissões, de produtos que passam a ficar fora do mercado, assim como seus produtores, a extrema exploração dos operários das fábricas dos grandes centros urbanos, os quais trabalham com jornadas de até 16 horas diárias, são fatores que contribuem para a eclosão de um clima de efervescência ideológica e inquietação social. Alastra-se a repressão armada das forças policiais do governo e aumentam os movimentos reivindicatórios da classe operária. Assim como na onda de greves dos anos 30 do século XX, a questão fundamental estabelecida é a necessidade de controle dos operários.

se intensificar e *as idéias de educação para o trabalho e formação do trabalhador para a indústria*, querem se impor às antigas e conhecidas formas de trabalho e aprendizagem manual dos ofícios.

Mas a partir de que momento os trabalhadores começam a se libertar dessa aprendizagem manual dos ofícios na sociedade brasileira? Até quando continuam resistindo e defendendo conhecidas formas de aprendizagem, sem perceber que novas forças produtivas estavam sendo socialmente construídas e se caracterizavam como forças revolucionárias que viriam alterar a própria forma de produzir a vida? É difícil delimitar um período, pela própria dinâmica de qualquer processo histórico, independentemente do contexto social no qual o mesmo ocorre. No entanto, é possível perceber a intensificação de alguns movimentos na sociedade brasileira durante o período de construção da sociedade industrial, a partir do final do século XIX.

O século XX anuncia o fortalecimento e a aceleração do processo de industrialização da sociedade brasileira e nesse contexto, em franca transformação, emergem as Escolas de Aprendizes Artífices, como um marco da educação profissional no Brasil. Com a criação dessas escolas, a educação técnica é concebida de forma entusiasmada, como solução para os problemas sociais, que preocupavam as elites dirigentes.

1.2 Florianópolis: urbanização, higienização e trabalho.

A cidade de Florianópolis, no momento em que é criada a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, é palco de grandes modificações como a instalação do sistema de abastecimento de água (1906-1910); a instalação do primeiro sistema de esgotos sanitários (1910-1916); a construção da Usina Hidrelétrica de Maruim (1907)

inaugurada em 1910; a construção do primeiro forno incinerador de lixo (1910-1914) (RAMOS, 1986; PELUSO JUNIOR, 1983; VEIGA, 1993).

Nas três primeiras décadas do século XX, entre os anos de 1906 e 1930, a capital catarinense passa por um processo de urbanização e higienização. Neste período, também houve um crescimento da população. No ano de 1900 a população do município era de 32.229 habitantes, tendo atingido em 1920 o número de 41.338 habitantes e chegando ao ano de 1940 a um total de 52.796 habitantes (DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1900; 1920; IBGE, 1940).

De acordo com Veiga (1993), nas três primeiras décadas do século XX, a cidade começou a tomar forma e traçado urbanos com a abertura das avenidas, como a Avenida Hercílio Luz, a Rio Branco e a Mauro Ramos. As iniciativas de remodelação urbana de Florianópolis, bem como a higienização desta Capital foram implementadas, com o objetivo de conferir à cidade um aspecto moderno e civilizado dotando-a de serviços de saneamento básico, praticamente inexistentes até as primeiras décadas do século XX.

A concretização de tais realizações era importante, para a salubridade e o saneamento da cidade. Recorrendo a Araújo (1989), vamos encontrar registros de que a remodelação da cidade e também de seus habitantes, envolveu demolições de habitações insalubres, abertura e pavimentação de ruas e avenidas, construção de edifícios públicos e ajardinamento de praças.

Ainda nas anotações do autor, essas questões não faziam parte apenas dos discursos e medidas das autoridades governamentais e dos médicos. Podiam também ser observadas, de forma insistente, nas falas dos cronistas dos jornais e revistas da época que discorriam sobre hábitos e situações por eles consideradas “carentes de urbanidade” nas ruas, nos bondes e nos jardins. Além dos cronistas também os moradores faziam denúncias e reclamavam junto às autoridades providências para por fim à presença de

animais soltos nas ruas, aos mendigos, à sujeira em alguns locais da cidade e à permanência de *mulheres de vida decaída* que vagavam em alguns bairros e no centro.

De acordo com Araújo (1989), estas reformas urbanas empreendidas na capital catarinense, desde o final do século XIX, objetivavam promover a questão do reajustamento social da população florianopolitana, particularmente em relação aos desempregados. Esta população desfavorecida se torna alvo de um diversificado e amplo investimento de controle que produziu uma imagem de indolência, de atraso, incapacidade e de doença, características essas que marcariam esse contingente identificado como não pertencente aos “segmentos constituídos pelas elites” (ARAÚJO, 1989, p. 13).

Por meio dessas constatações podemos observar que o discurso republicano se fez presente e atuante na capital catarinense que também passava no início do século XX, por um momento de transição, caracterizado pelo enquadramento da cidade, dentro dos padrões exigidos pela “modernidade”, seguindo exemplos já indicados pelos outros grandes centros urbanos do país como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, não faltaram também os discursos destacando a nova ética do trabalho. Como em todo Brasil, emerge também na capital catarinense, o redimensionamento da noção de trabalho vista como fundamento social capaz de regenerar os corrompidos e reprimir a vadiagem e a ociosidade.

Em Florianópolis, o cotidiano da cidade vai se modificando, assim como as práticas dos trabalhadores que precisam assimilar as novas mudanças, outras formas de viver e de trabalhar num centro urbano em crescente desenvolvimento.

Em todo o Estado de Santa Catarina, de forma diferente da encontrada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e de acordo com Cardoso e Ianni (1960) a quantidade de escravos não foi expressiva, mas mesmo em número menor que outros

estados brasileiros, os escravos, sobretudo na Ilha de Santa Catarina, estiveram durante os séculos XVIII e XIX, na pesca, no tráfego do porto, nas atividades domésticas, na pesca da baleia, entre outras, havendo também registros de ofícios exercidos na forma de trabalho escravo como o de sapateiro, o de alfaiate o de marceneiro, entre outros. Ao tornarem-se livres e assalariados, no final do século XIX, raramente conseguiram ascender.

Em outro estudo sobre os negros em Florianópolis, organizado por Joana Maria Pedro (1988), mostra-se que por serem raras as fortunas dos homens brancos, da terra catarinense, era incomum a aquisição de expressivo número de escravos.⁷

Em Santa Catarina o trabalho na forma industrial encontra-se mesclado com o trabalho escravista e as evidências podem ser encontradas na história da cidade de Florianópolis, quando ainda era conhecida como Desterro. Os trabalhadores da capital catarinense, inseridos em atividades diversas, “são identificados, socialmente, como homens livres e escravos” (AUED, 1999, p. 46).

A economia industrial catarinense desenvolveu-se mais no século XX, após o momento de chegada dos imigrantes europeus. O movimento de imigrantes europeus para o Brasil, desde as primeiras décadas do século XIX, em direção aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se intensifica nas primeiras décadas do século XX, trazendo para o estado catarinense, principalmente alemães e italianos⁸.

⁷ De acordo com a autora, muitas vezes trabalhavam juntos, brancos e negros: “[...] tudo leva a crer que parte considerável das famílias, mesmo as mais pobres, possuíam pelo menos um ou dois escravos [...] assim, escravos negros e livres pobres (estes quase sempre brancos) atuavam paralelamente, na pesca, na venda de alimentos em locais públicos, na prestação de serviços.” (PEDRO, 1988, p.21)

⁸ De acordo com os dados fornecidos por Singer (1968) e Cabral (1970), a colonização alemã em Santa Catarina surge em 1829, com a fundação de *São Pedro de Alcântara*, próximo a Florianópolis. Em 1850, os alemães fundam *Blumenau* (ao norte) e *Joinville* (no Vale de Itajaí); no ano seguinte, de 1860 é fundado *Brusque* (Vale do Itajaí-Mirim). Os italianos que chegaram em 1836, fundam *Nova Itália* e *Nova Trento*, as margens do Rio Tijucas e a partir de 1875, *Criciúma* e *Urussanga* (Vale do Rio Tubarão). Este movimento se desdobrou durante o século XX, a partir de Joinville e Blumenau, momento em que as correntes de povoamento se dirigiram para o oeste.

Ao tentarmos entender os motivos que levaram esses e outros imigrantes a sair de seus países de origem e virem para o Brasil, iremos constatar, como nos sugere Singer (1968) que, todos eles eram, em sua maioria, desempregados industriais, portanto, tinham razões para migrar, procurando sobreviver em

A consolidação da imigração, a aceleração dos processos de modernização e urbanização, bem como a estimulação do processo de industrialização, geraram novas necessidades, novos personagens sociais, enquanto outros vão se tornando dispensáveis. Este é o caso, como nos lembra Aued (1999) dos acendedores de lampião, que não se tornam desnecessários de imediato, de um dia para o outro. Quando o sistema de energia elétrica é inaugurado em Florianópolis, no ano de 1910, ainda persistem outras formas de iluminação, pois no início, apenas algumas ruas do centro são iluminadas com a eletricidade. Nos bairros, a iluminação continuou ainda por muito tempo, sendo feita por lamparinas de azeite (VEIGA, 1993).

Assim como os acendedores de lampião, os condutores de bondes puxados por burros, os pombeiros (vendedores ambulantes) e outras ocupações e ofícios vão se tornando desnecessários e sendo substituídos gradativamente. Novas formas de vida invadem o cotidiano redefinindo-o, enquanto outras permanecem.

Com relação à produção industrial catarinense, Cardoso (1960) fornece dados históricos referentes ao período compreendido entre 1890 e 1950.⁹ Antes desse período, podemos encontrar esparsas notícias de algumas fábricas, as quais seriam melhor denominadas de oficinas, como a Fábrica Catarinense de Charutos (O Progressista, 20 set.1860) e a Fábrica de Tijolos (O Argos, 10 fev.1857).

outros espaços, buscando outros recursos. Artesãos e operários ficam sem trabalho nos países europeus, com a ascensão das grandes indústrias; os camponeses tornam-se relativamente desnecessários com a revolução agrícola. Conjugam-se a este fato à procura de trabalhadores por parte das colônias da América. A vinda de europeus para a América vai acabar se transformando num negócio lucrativo, por meio do qual participavam companhias de transporte marítimo, recrutadores de imigrantes e companhias de colonização. Blumenau, de acordo com Singer (1968), nasce a partir de um empreendimento colonial desta espécie.

⁹ No ano de 1907, o estado catarinense possuía apenas 171 estabelecimentos industriais e 2068 operários; em 1920, o número de indústrias é alterado para 791 e o de operários para 5.927. Há outro crescimento em 1940, porém o mais significativo deles acontece entre as décadas de 1940 e 1950, quando o número de estabelecimentos industriais passa a ser de 5.089 e o de operários 44.526, ou seja, quase o dobro da década anterior (2877 estabelecimentos e 21.015 operários). É significativo notar, no entanto, que nos anos de 1907 e 1920, boa parte das empresas consideradas como industriais, pelos dados contidos nos censos, seriam melhor qualificadas como serviços e, além disso, os limites entre as atividades propriamente industriais e as que se assemelham às artesanais não são específicos. (CARDOSO, 1960).

Em Florianópolis, no ano de 1920, existia o número de 38 estabelecimentos, cadastrados pelo censo daquele ano como empresas industriais; em 1940, este número passa a ser 58 e, em 1950, cresce para 87 (CARDOSO, 1960). O desenvolvimento industrial do município foi pequeno, comparando esses dados com outros das cidades catarinenses, particularmente com Blumenau, onde surgiram as primeiras indústrias do Estado de Santa Catarina, ainda no século XIX, como a Tecelagem Hering, desde o ano de 1880. Em 1882, funda-se, naquela cidade, a Tecelagem Karsten e, em 1886, surge a primeira fundição. A primeira usina hidrelétrica do Estado, também é instalada em Blumenau, no ano de 1909, colaborando de forma decisiva para a instauração da industrialização no Estado (SINGER, 1968).

Outros dados reunidos por Cardoso (1960) mostram que a maior parte das indústrias, cadastradas no ano de 1920, com mais de cinco operários eram padarias, confeitarias, mercearias, carpintarias, farmácias de manipulação entre outras, portanto artesanais, ou voltadas para o atendimento ao consumo de alimentos. Embora muitas destas *empresas* ou *fábricas* tivessem curta duração sua influência foi significativa para a economia da cidade.

Todavia, até o momento em que é inaugurada a Ponte Hercílio Luz (1926), Florianópolis ainda sofria as desvantagens de seu isolamento, embora tenha conseguido se beneficiar com o desenvolvimento geral do Estado. Como centro político-administrativo de Santa Catarina, pode absorver vários recursos econômicos e financeiros do Estado.

De acordo com Peluso Junior (1983), até o ano de 1926, a cidade de Florianópolis continuava com a base de sua economia representada pelo comércio e pela administração pública, secundariamente. A maior empresa existente na cidade, a Hoepcke, promoveu a instalação em 1896, da fábrica de pregos e, em 1907, do Estaleiro

Arataca. A fábrica de rendas e bordados, da mesma empresa, foi instalada em 1917. A Empresa Hoepcke também possuía uma loja onde eram comercializadas fazendas, armarinhos e ferragens, conforme anúncio transcrito abaixo:

HOEPCKE , IRMÃO & C.

End. Telegr.: “HOEPCKE”

Matriz: Florianópolis

Filial: São Francisco

Representantes em Lages e Laguna

Importadores de Fazendas, Armarinhos e Ferragens

Generos de estivas

Secção de Machinas

Representantes das seguintes fabricas: General Electric Co., Schenectady, USA; Vaccum Oil Company, Rochester, USA; Companhia SKF do Brasil; The Studbaker Corporation of America e outras.

Agentes bancarios e maritimos

Depósito de Carvão

Proprietarios da: Fabrica de Pontas de Paris “Rita Maria”; Fábrica de Arame farpado e de Grampos para cerca; da Fabrica de Rendas e Bordados “HOEPCKE”; da Empresa Nacional de Navegação “HOEPCKE”; do Estaleiro Arataca; da Fabrica de Gelo (ANNUARIO BARRIGA-VERDE PARA 1920, p.41, grifos nossos).

A cidade de Florianópolis, portanto durante as primeiras décadas do século XX, é constituída de um centro urbano em processo de desenvolvimento que começa a se acelerar mais no período de 1930 a 1950. A economia predominantemente agrícola, de acordo com os dados de Cardoso (1960), continua até a década de 1950, baseada na pequena propriedade e na produção dos mesmos principais produtos: mandioca (e aipim); cana-de-açúcar; laranja e banana. Além desses produtos, outros bens de consumo eram produzidos e vendidos nas casas comerciais como móveis, chapéus, telhas, vinagre, bebidas, sabão, artigos de vestuário (meias, punhos, lenços, colarinhos, armarinhos).

De acordo com Veiga (1993) no início do século XX, o Mercado Público tinha um intenso movimento de pessoas à procura de vários artigos como chapéus, calçados, fazendas, roupas, fumo, gêneros alimentícios e de outras mercadorias. Muitos desses gêneros eram provenientes de várias regiões. Além disso, nas inúmeras pequenas lojas, havia vários tipos de mercadorias vindas da Europa tais como ferro, porcelanas, espelhos, lustres, fazendas de seda e de algodão, papel e outros. O coração da cidade era a Rua Conselheiro Mafra (antiga Rua do Príncipe e Rua do Comércio), o foco do comércio local no qual estavam reunidas além de lojas comerciais, também os órgãos administrativos.

Nos jornais e nos anuários da cidade de Florianópolis, das primeiras décadas do século XX, encontramos vários anúncios de lojas de armarinhos (aviamentos) e tecidos, transcritos abaixo:

CASA BRASIL – *Rua do Commercio, n. 18*
Rodolpho Oliveira & Alves.

Casa de Fazendas e armarinho. Grande variedade e sortimento de casimiras de cores, sarjas, novidades em fazendas para vestidos, chapeos, punhos, meias, lenços, perfumarias legítimas, collarinhos, toalhas, ternos para crianças, grinaldas, veos, etc. (ANNUARIO DE SANTA CATHARINA PARA 1900, não paginado, grifos nossos).

GUSTAVO PEREIRA & SOARES

Sortimento completo de fazendas, miudesas, chapeos de sol e de cabeça, perfumarias, etc.

Enviam-se amostras pelo correio

Rua do Commercio, 17 (ANNUARIO DE SANTA CATHARINA PARA 1900, não paginado, grifos nossos).

A PERNAMBUCANA

Armarinho, chapeos, fazendas e morins especiaes

End Telegr: J. Sousa C.

Rua Fernando Machado, 26-A (ANNUARIO BARRIGA-VERDE PARA 1920, p.89, grifos nossos).

CASA BARATEIRA

Bernardo & Schmiegelow

Rua Trajano, n.2 e Altino Corrêa, n.19

Grande variedade e sortimento de tecidos nacionaes e estrangeiros: riscados, e algodões nacionaes, morins nacionaes, morins percal, inglez, francez e cambraia legitima PELE DE OVO. (FOLHA DO COMMERCIO, v.1, n.3, 4 nov. 1909, p.7, grifos nossos).



Figura 1 - Trabalhadores do Mercado Público de Florianópolis no início do século XX – Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina.

As lojas de tecidos e armarinhos que foram instaladas na cidade de Florianópolis, desde o final do século XVIII, vieram facilitar a aquisição dos mesmos, para a confecção de roupas. Antes da

existência das lojas, os habitantes da cidade de Florianópolis (então Desterro), tinham dificuldades para confeccionar seu vestuário, principalmente porque para adquirir os tecidos tinham que esperar que estes chegassem de além-mar.

As roupas, porém, continuaram a ser confeccionadas artesanalmente e nos trajes utilizados pelos habitantes da capital catarinense, predominava o padrão europeu, tanto para os homens como para as mulheres. Nas fotografias do início do século XX, podemos observar que os homens usavam ternos, nem sempre de cores escuras embora estas ainda predominassem, camisas de cores claras, gravatas e como complemento indispensável o chapéu. Até mesmo os vendedores ambulantes que circulavam no

mercado e nas ruas da cidade, usavam paletó e chapéu. (Figuras 1 e 2). Para as mulheres prevaleciam as roupas de cores escuras, mais adequadas às senhoras casadas e as roupas de cores claras para as jovens solteiras.



**Figura 2 - Mercado Público de Florianópolis no início do século XX .
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina.**

A vida desses habitantes da capital catarinense, ainda girava em torno do Porto e dos navios que nele atracavam, centralizando as atividades e os serviços característicos e

intensificando o comércio local. Tais atividades, porém, começaram a declinar após a inauguração da Ponte Hercílio Luz, quando então, toda uma dinâmica social é alterada.

O transporte de pessoas e de mercadorias, para o continente, feito através de lanchas, começou a declinar em 1926. Também foram substituídas na década de 1930, as linhas de bondes, antes puxados por burros e foram sendo disponibilizados os carros de aluguel, em razão do calçamento das ruas. Mesmo após a demolição do Trapiche Municipal em 1928, e a construção do *Miramar* (bar e restaurante), o transporte marítimo de passageiros através de lanchas e baleeiras ainda persistiu até a década de 1940 (VEIGA, 1993).

Nahir de Andrade Medeiros (86 anos)¹⁰, esposa do ex-vereador, Pedro Medeiros, que foi mestre de alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices, assim expressa suas lembranças sobre esse tempo:

Eu lembro bem que muita gente vinha de barco e de baleeira para Florianópolis, mesmo depois da construção da ponte. Eu mesma já andei muito de baleeira, por ter nascido na Ilha do Arvoredo e depois,

¹⁰ Nahir de Andrade Medeiros concede entrevista a Maria Cristina Cintra em outubro de 2003.

por ter ido morar lá nos Barreiros. O pessoal lá da Palhoça, de São José, de Biguaçu também vinha de baleeira ou de barco para vender no Mercado de Florianópolis e sempre com o chapéu na cabeça, pois o chapéu não podia faltar, nem o casaco mesmo amarrotado.

Muitas atividades começam a declinar e outras surgem, considerando-se principalmente as ocupações e os trabalhadores que se tornaram necessários durante o período de construção da Ponte. A ponte Hercílio Luz, de acordo com os discursos das elites da época, significou muito mais do que proporcionar conforto à população. Ela foi o monumento máximo, um símbolo inconfundível de representação dos anseios e do empenho para a instauração de uma modernidade burguesa em Florianópolis. (ARAÚJO, 1989; SANTOS, 1998).

Nesse contexto de metamorfoses sociais, de preocupação com o futuro da cidade, particularmente com o que os jornais da época chamavam de valorização do homem do litoral, sustentam-se os discursos dos governantes catarinenses, no sentido de edificar a população por meio do trabalho, promovendo a qualificação do trabalhador e, com isto, o desenvolvimento da cidade.

Em meio a esses discursos e suas práticas surge a primeira escola profissionalizante masculina, na capital catarinense, a *Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina*. A aprendizagem na escola começa a substituir o aprendizado prático e cotidiano dado nas oficinas. Novas expectativas são construídas, novos valores vão sendo moldados e novos campos de combates e incertezas vão sendo instaurados.

Com a criação desta Escola, os alunos que nela ingressassem com a idade de dez anos no mínimo e, treze anos no máximo, ao concluírem o curso de quatro anos, estariam qualificados com, no mínimo quatorze e no máximo dezesseis anos, como operários e contramestres para trabalhar nas oficinas de carpintaria, encadernação, tipografia, alfaiataria e mecânica da cidade de Florianópolis, pois estes foram os primeiros cursos criados na capital catarinense.

1.3 A instalação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, integrante da rede dos 19 estabelecimentos de ensino profissional criados por Nilo Peçanha, foi instalada na cidade de Florianópolis, a 1º de setembro de 1910, na Rua Almirante Alvim, nº. 17, em prédio cedido pelo governador do Estado de Santa Catarina, Gustavo Richard.

O agrimensor, João Candido da Silva Muricy, o terceiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina (1919-1928), assim se expressava na primeira página de sua resenha histórica sobre a escola:

Era um novo sol que iria despontar illuminando nova trilha às nossas industrias futuras e pondo a descoberto mais essa abençoada senda a ser seguida pela infancia pobre das nossas classes proletarias, que se viam como que desamparadas até então, nessa humanitária tarefa de educação pratica, fornecendo-lhes os meios de se poderem preparar para as lutas da vida com intelligencia e honestidade; os paes pobres, cujos ganhos não podiam sobrar para dar a seus filhos essa educação solida e mais completa, como que hoje se dá nas nossas escolas de aprendizes artífices, creadas [...] quando se achava no governo da Republica o Dr. Nilo Procopio Peçanha, que em posterior viagem pela Europa, apreciando [...] o valor e beneficios dessa instituição, lamentou ter creado somente 19 dessas escolas no Brazil, quando de facto deveria ter creado duzentas ou mais (MURICY, 1922, p.3).

Muricy enfatiza a importância da formação e qualificação dos filhos das classes proletárias, a “infancia pobre” que deveria ser acolhida pelo Estado “nessa humanitaria tarefa de educação prática”, por se encontrar “desamparada até então”. Este “desamparo” nos dá a idéia de quão perigoso era a população infantil, que deveria ser, o mais rápido possível, preparada e disciplinada para o trabalho. Essas crianças - filhas de “paes pobres cujos ganhos não podiam sobrar para dar a seus filhos essa educação sólida e mais completa” – poderiam, com a criação destas escolas, ser educadas para o trabalho, “para as lutas da vida com intelligência e honestidade”.

Entre estes objetivos da escola, estava implícita a idéia de levar adiante o projeto republicano, no sentido de estender à criança, a importância do trabalho, formando-lhe o caráter dentro desta ética e dos valores da sociedade burguesa. Além disso, faziam parte dos discursos dos médicos, educadores e da polícia da época que, o aprendizado profissional deveria, não apenas preparar as crianças para a atividade produtiva, mas também, moralizar-lhes a alma e higienizar-lhes o corpo, pois estas crianças eram como corpo produtivo, *futura riqueza da nação*. Nas palavras de José Candido da Silva, o primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina (1910-1914):

Compreendendo que as Escolas Profissionais eram e são, instituições destinadas ao amparo moral das crianças de nenhuns ou de pequenos recursos, preparando-as para a luta pela vida por meios honestos, de logo tentei imprimir à que tenho a honra de dirigir todo meu esforço procurando d'esse modo corresponder ao patriótico intuito das altas autoridades do país. (SILVA, 1910, p. 3).

Até o ano de 1918, a fiscalização das escolas de aprendizes artífices fica a cargo da Inspeção Agrícola. Em Santa Catarina, o inspetor agrícola era João Candido da Silva Muricy, que assume o cargo de diretor da escola da capital catarinense no ano de 1919. Ao realizar seu trabalho de fiscalização na escola, no final do ano de 1910, registrou seu parecer em documento assim transcrito no relatório de José Cândido da Silva:

A alegria que pude perceber nos novos aprendizes antes de começar os trabalhos das oficinas, pareceu-me demonstrar o bem estar que sentem ao transpor os humbraes desse templo de trabalho honrado, onde a imagem do futuro se lhes apresenta risonha, apontando-lhes no horizonte a perspectiva de uma felicidade até aqui enublada; o que talvez fosse a causa de muitas dessas crianças pobres se precipitarem nos insondáveis abysmos do vício e ignorancia, talvez pela pobreza de seus paes.

Escolas de trabalho e de moral são ellas destinadas a formação de cidadão util a sua familia à sociedade e a pátria, como operário do progresso industrial, sob o ponto de vista theorico, pratico e moral.

[...]

Essa nobre missão vos coube [referindo-se a José Cândido da Silva] para felicidade da infancia pobre deste Estado, [...] cargo que vos foi confiado pelo Sr. Ministro de Agricultura que não poupa esforços para o

engrandecimento do Brazil, e cuja ação benéfica vae além dos centros civilizados, extendendo-se até ao recesso das mattas, com o elevado ideal de attrahir o selvagem e transformal-o também em util cidadão. Da rotina agricola aos processos de cultura racional como da transformação de selvagem em cidadão e de aprendizes em industriaes, em grande parte depende, como sabemos, a grandeza futura do Brazil. Assim, demais não serão os esforços que empregamos conjuntamente para nos aproximarmos desse ideal. [...] (MURICY, 1910, apud SILVA, 1910, p. 8).

Da mesma forma, no discurso de Muricy, encontramos a ênfase na moralização e na ética do trabalho. A escola de aprendizes artífices é por ele considerada como um “templo de trabalho honrado” e de moral, destinado “a formação de cidadão útil a sua família, à sociedade e à pátria como operário do progresso industrial”. Todos deveriam ser transformados em *úteis cidadãos* e os aprendizes da escola em “industriaes”, para “a grandeza futura do Brazil”.

A escola iniciou suas atividades com 100 alunos, fazendo a aprendizagem em quatro oficinas: *ferraria e serralheria mecânica; carpintaria da ribeira; encadernação e tipografia*, as quais, de acordo com seu primeiro diretor, foram instaladas de forma “acanhada”, num único prédio. A autorização para ampliar o espaço da escola é concedida no ano seguinte (1911), quando então são construídos dois galpões (parte de tijolos e parte de madeira), “ambos cobertos de telhas typo marselez; mas obedecendo a um typo de construção, que ainda não satisfazia a todas as condições exigidas para uma instalação de officinas technicas” (SILVA, 1911, p. 6).

De um total de 130 alunos matriculados no ano de 1911, a grande maioria, ou seja, 93 alunos eram analfabetos; apenas 18 alunos sabiam ler e escrever; conheciam o alfabeto, apenas 11 alunos; e os assuntos gramaticais, os de geografia e de aritmética eram dominados por apenas oito alunos. Neste período, Silva (1911), registrou em seu relatório, 45 evasões de alunos da escola, sendo 25 delas por solicitação dos próprios pais ou tutores.

Com relação aos requisitos para ingresso, foram seguidas, no primeiro ano de funcionamento da Escola, as determinações do Decreto nº 7566/1909:

Artº 6 – Serão admitidos os indivíduos que o requererem dentro do prazo marcado para a matrícula e que possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

- a) idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo;
- b) não sofrer o candidato moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do ofício.

Par. 1º - A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou atestado passado por autoridade competente

Par. 2º - A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por atestação de pessoas idôneas, a juízo do diretor, que poderá dispensá-la quando conhecer pessoalmente as condições do requerente à matrícula. (FONSECA, 1986, v.1, p. 178).

Em 1911, o requisito de idade mínima para ingresso é alterado para 13 anos e o de idade máxima para 16 anos. As outras condições são mantidas até o ano de 1942, quando então foi instituído na Escola o exame vestibular como meio de acesso aos cursos oferecidos.

Nos primeiros anos de sua existência, a Escola luta com a escassez de verbas, com a falta de instalações físicas adequadas e com equipamentos em quantidade e atualidade técnica limitadas, fatores estes que, de acordo com seus diretores, dificultavam a melhoria do ensino ofertado. Estas queixas foram encontradas em todos os relatórios consultados, referentes ao período de 1910 a 1930.

1.4 A criação da oficina de alfaiataria

Com a ampliação e a reorganização dos espaços físicos da Escola a partir do ano de 1911, a área do edifício principal, antes ocupada pelo trabalho das aulas e da administração, ficou melhor distribuída e mais arejada. A construção de dois galpões para abrigar as oficinas, possibilitou a redistribuição do espaço físico da escola. No

entanto, de maneira ainda não satisfatória, de acordo com seus diretores (SILVA, 1911; MURICY, 1921).

Dois anos depois, em 1913, foi construído mais um grande galpão com 41 metros de comprimento, por cinco de largura, forrado, assoalhado e envidraçado. Nele foi instalada a *oficina de alfaiataria*, criada naquele mesmo ano. De acordo com Silva (1911) e Muricy (1922), o galpão possuía, no entanto, uma altura pequena demais e um espaço pouco arejado. Além da oficina de alfaiataria, também passaram a funcionar no galpão, as oficinas de tipografia e encadernação já existentes desde o ano de 1910.

Consultando as leis municipais da cidade de Florianópolis em busca de dados referentes aos ofícios, profissões e ocupações existentes na capital catarinense nas primeiras décadas do século XX, encontramos a Lei nº 678, de setembro de 1905. Nessa Lei criada para legitimar a fiscalização do trabalho na cidade, estão relacionadas profissões por classes, das quais destacamos:

Primeira classe: Médicos, advogados, ourives, joalheiros (com estabelecimento), dentistas (com gabinete ou estabelecimento), farmacêuticos (com estabelecimento).

Segunda classe: **Alfaiates** (com estabelecimento), barbeiros (com estabelecimento), agrimensores, engenheiros, arquitetos ou contratadores de obras, estivadores, mercadores de roupas feitas ou fazendas (tecidos), dentistas (sem estabelecimento); cabeleireiros ou barbeiros (com estabelecimento).

Terceira classe: Costureiras, **ferreiros**, sapateiros (que tivessem estoques fabricados na própria oficina), **tipógrafos**, avaliadores, alugadores de carroças, asfaltadores, tintureiros; **marceneiros** (com estabelecimento).

Quarta classe: **carpinteiros**, amoladores, mercadores de roupas usadas, mercadores de cebolas.

(ESTADO DE SANTA CATHARINA. *Collecção de leis de 1905*. p. 27-60).

A Lei 678/1905, elaborada com o objetivo de regulamentar as atividades desenvolvidas naquele momento, na cidade de Florianópolis, foi criada também para

estabelecer a cobrança de taxas relativas ao exercício daquelas profissões. Podemos observar que, a categoria dos *alfaiates*¹¹ estava incluída na segunda classe de profissões, à qual também pertenciam os arquitetos, os engenheiros, os agrimensores, estivadores, dentistas, barbeiros, cabeleireiros.

Isso evidencia a necessidade social do alfaiate naquele momento histórico. Ele era imprescindível. Para avaliar isso, basta lembrarmos que na cidade de Florianópolis não havia, naquela época, nenhuma loja de roupa industrializada. Eram os alfaiates que confeccionavam sob medida as roupas masculinas.

Portanto entre as profissões mencionadas na lei municipal estão algumas que foram contempladas, pela Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina como a dos alfaiates, dos ferreiros, dos tipógrafos, dos marceneiros e dos carpinteiros. Nesse sentido, a Escola reflete as necessidades de seu tempo e espaço, promove a qualificação. A criação da oficina de alfaiataria não foi, portanto aleatória.

1.5 O momento histórico dos ofícios e das oficinas de alfaiate

1.5.1 No tempo da produção artesanal

A palavra ***ofício***, de acordo com Ferreira (1975) deriva do latim *officiu*, que significa *dever*. Na língua portuguesa, esta palavra tem como significados: *trabalho, ocupação, emprego, arte, função*. O termo ofício, de acordo com historiadores como Thompson (1987, v.2) e Hobsbawm (1987), está vinculado ao trabalho manual, ao ato de realizar diversas operações artesanais, com extrema habilidade e destreza, com pleno domínio da técnica de produzir com as mãos, utilizando apenas ferramentas simples e

¹¹ É importante destacar também que, a questão de já serem proprietários de um estabelecimento era relevante, considerando-se, particularmente, a incidência de outras taxas relativas ao valor da locação dos prédios ocupados.

específicas de cada ofício. Nesse sentido, devemos entender o termo ofício, como atividade do artesão - também denominado artífice - o trabalhador específico do período que antecede as manufaturas e as indústrias.

Quanto ao termo, *oficina*, também derivado do latim *officina*, significa: lugar onde se exerce um ofício (FERREIRA, 1975). O termo *uffizio* que na língua italiana significa ofício foi primordialmente empregado, “para caracterizar o local em que se encontravam os artistas, mestres e aprendizes, cujas mãos hábeis permitiram que este tempo se materializasse na história” (AUED, 1999, p.27). A lembrança de um Miguel Ângelo, de um Leonardo Da Vinci, enfim, dos grandes nomes do Movimento Renascentista (que começou nos fins da Idade Média com apogeu no século XV e XVI) podem nos ajudar a entender melhor o que as mãos habilidosas daquela época eram capazes de fazer. Na oficina das habilidades manuais o mestre transferia seu saber ao aprendiz durante um longo tempo (quatro a seis anos) no qual o aprendiz se submetia às exigências do mestre.

As referências sobre a arte da alfaiataria aparecem conjugadas ao surgimento das cidades. Desde a Idade Antiga, os alfaiates, eram criativos e engenhosos, buscando seguir linhas e cortes distintos como nas togas e túnicas gregas, nas quais a caída das pregas é que dava graça e beleza ao traje (HOLLANDER, 1996). Dentro do sistema de organização social medieval, conforme esclarecem Thompson (1987, v.2) e Hobsbawm (1987), os alfaiates, encontravam-se agrupados nas *guildas*¹² de ofício, por toda a Europa. Em toda vila havia ao menos um alfaiate, uma *oficina* de costura ou *atelier*, onde eram confeccionadas roupas sob medida.

A palavra *alfaiate*, assim conhecida na língua portuguesa, é derivada do árabe *Al-KaiaT* ou *Al-KaiiäT*, do verbo *Khata* que significa *coser*. Entre as variações

¹² *Guilda* é um tipo de associação de ajuda mútua, constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1975]).

linguísticas dessa palavra são utilizadas as expressões: *tailleur*, na França; *sarto*, na Itália, e *sastre*, na Espanha (derivadas do latim *sartor*, *sarcire*, cujo significado é coser). Independentemente da terminologia adotada ou da região, o alfaiate conseguiu manter até o século XVII, a exclusividade do corte e da costura das diversas peças do vestuário masculino (FONTES, 2003).

Portanto, até o fim do período medieval, os alfaiates eram em geral homens que confeccionavam *sob medida*, o vestuário masculino, desenhando, tirando as medidas, cortando e ajustando as roupas, montando a estrutura, o enchimento e o acolchoamento necessários. As denominadas *guildas* de alfaiates possuíam importância e prestígio social, assim como o próprio ofício da alfaiataria, considerada uma arte ornamental que exige muita criatividade, conhecimento e precisão. A arte da alfaiataria era comparada com a arte da arquitetura (HOLLANDER, 1996).

Ao observarmos nas iluminuras dos séculos XIV e XV, os alfaiates em suas oficinas percebemos que a aparente simplicidade dos instrumentos de trabalho – pouco mais do que réguas, tesouras e compassos - esconde alguns requisitos essenciais que os alfaiates deveriam ter: conhecimentos de matemática, geometria, desenho e particularmente, o conhecimento das proporções do corpo humano. Talvez essas sejam algumas das razões para a necessidade de um longo período de aprendizado, para o exercício dessa arte (FONTES, 2003; HOLLANDER, 1996).

Na França do século XVII, porém, mais especificamente em 1675, no reinado de Luís XIV, um grupo de costureiras francesas obteve permissão real para confeccionar roupas para mulheres, com o direito de formar uma *guilda* de alfaiates femininos, tornando-se assim, uma das primeiras referências de modistas profissionais femininas, servindo de exemplo para toda a Europa que passou a copiar a moda francesa e seus métodos, pondo fim a exclusividade dos homens na produção do vestuário. Assim, as

mulheres costureiras - que antes confeccionavam camisas, roupas de baixo, roupas infantis e domésticas, ou eram apenas contratadas pelos alfaiates, para fazerem os trabalhos manuais, como as costuras do acabamento e da ornamentação – passaram, após a fundação da *guilda*, a divulgar a idéia de que as costureiras mulheres tinham capacidade para confeccionar roupas femininas. Mesmo com esta mudança, não há registros de que as mulheres da Idade Média tenham sido treinadas para serem alfaiates, ou para a técnica do corte. As costureiras podiam executar apenas alguns trabalhos dentro da confecção masculina, como a costura das calças e dos coletes (HOLLANDER, 1996).

Portanto, a divisão entre o trabalho realizado pelos homens e pelas mulheres teve efeitos duradouros, garantindo a reputação e do prestígio dos alfaiates masculinos até o século XX, permitindo-lhes prosseguir na trajetória desse ofício de forma criativa, aliada à técnica do desenho, do corte e da confecção.

Até o século XVIII os alfaiates e as modistas não tinham que se preocupar com a criação de novos modelos de vestuário, pois a estrutura das roupas e as formas gerais eram mais estáveis e as mudanças caminhavam lentamente nesse sentido, em respeito às tradições impostas por ordens reais. As modificações rápidas eram referentes aos acessórios, aos detalhes dos enfeites, aos adornos, às nuances de comprimento que não cessavam de ser renovados (LIPOVETSKY, 1989).

1.5.2 Após o advento da era da indústria

O momento histórico que caracteriza o trabalho dos artesãos europeus e seus ofícios ganha novos contornos no final do século XVIII. Como esclarece Thompson (1987, v.2), a partir do momento em que o século XIX avançava, várias transformações sociais ocorriam no campo dos diferentes ofícios que, progressivamente foram sendo

substituídos por novas ocupações, ou mesmo especializações, próprias da passagem do trabalho artesanal, para o trabalho industrial.

De acordo com Santoni Rugiu em seu livro, *Nostalgia do mestre artesão* (1998), as palavras: corporação, artesanato, oficina, ofício, mestre e aprendiz, embora muito utilizadas nos meios educacionais, referem-se na verdade ao período que começa com a Idade Média (séculos V a XV) e se estende até o século XVIII.

No entanto, alguns sobreviveram como similares ao trabalho artesanal. Santoni Rugiu argumenta porém que a antiga pedagogia artesã do *aprender fazendo* constituída no período do aprendizado dos ofícios, nas antigas oficinas, ia além do aprendizado relacionado à produção de alguma coisa, de uma determinada maneira. Ela transmitia também, um comportamento humano individual, coletivo e uma visão de mundo.

Este saber vai se enfraquecendo, como nos explica Fiod (1983; 1999) e vai se libertando das mãos e passando para a cabeça. O trabalho, na sociedade moderna, se apresenta de uma estranha forma, se opondo a todas as formações sociais anteriores. E a motivação para isto é porque antes da construção do trabalho moderno o que predominava era o trabalho concreto entendido como necessário sendo, portanto, uma atividade imposta pela natureza. Essa condição histórica é subvertida na sociedade moderna, na qual “o trabalho passa a ser *atividade que traz em si sua própria finalidade*: reproduzir a valorização do capital” (FIOD, 1983, p. 78, grifos da autora). Transfere-se o limite da produtividade da habilidade humana para a ciência. É a partir desse momento que o significado de aprender passa a ser “dominar conteúdos intelectuais gerais” (FIOD, 1983, p. 78). Porém, até que isso se concretize, está posta uma contradição, construída pelos próprios seres humanos: é a constatação de que as relações educacionais até então estabelecidas “fundadas no ensino do mito e no domínio do saber contido nas mãos habilidosas”, começavam a se tornar “insuficientes para

continuar a organizar os indivíduos como tais” (FIOD, 1999, p.85). Portanto os trabalhadores lutavam para manter sua antiga aprendizagem e ao mesmo tempo criavam a necessidade histórica de uma nova educação.

Ainda segundo Fiod (1999, p. 85), podemos observar a existência de uma luta entre duas sociedades distintas: “uma que se recusa a morrer e outra que apesar das dificuldades desse embate social, necessita ser constituída para que a humanidade possa dar um passo no seu longo processo de emancipação”.

Nesse sentido, há um novo movimento histórico que, no entanto, ainda não pode ser apreendido pelos seres humanos daquele momento, envolvidos que estavam em preservar os valores e relações sociais, conhecidos e instituídos, mas em processo de degeneração, portanto anunciadores de novas relações sociais e novos valores que emergiam, sem que os indivíduos delas tivessem consciência. O que ainda se desconhecia, ou propositadamente se ignorava, pelos próprios limites históricos daquele tempo, era “que o trabalho útil, condição natural e eterna da vida humana” estava sendo transformado “em trabalho social” (FIOD, 1999, p.8).

Ainda dentro da própria oficina, dentro do artesanato foi sendo construído o sistema de cooperação. No início, o método e os instrumentos de trabalho não foram alterados. No entanto, a partir do momento em que se emprega uma força coletiva de trabalho, para produzir a mesma espécie de mercadoria, com o uso partilhado dos instrumentos e tarefas, “a fatura manual conjunta vai se diferenciando do artesanato” e a destruição deste vai dando lugar à manufatura. (PALLANGANA;BIANCHETTI, 1992).

A respeito disso, diz Marx (1985, p. 377):

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e

individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos.

O tempo das habilidades adquiridas com as mãos que vinculavam as pessoas às suas criações, que transferiam para os objetos criados as almas de seus criadores; essas mãos hábeis que geravam seres humanos diferentes e artes singulares são destruídas “através da especialização de tarefas e da adequação de ferramentas” (AUED, 1999, p.28). Os ofícios também são destruídos, pois a máquina torna desnecessário que um trabalhador realize uma mesma operação parcial por toda uma vida. Na sociedade capitalista o indivíduo se transforma em trabalhador polivalente, capaz de executar muitas operações.

O ofício de alfaiate que durante toda a Idade Média foi absolutamente necessário, junto com outros ofícios como o de sapateiro, o de ferreiro, o de chapeleiro, o de vidreiro, entre outros ofícios artesanais, todos vão sofrendo transformações com a organização do trabalho na manufatura (século XVI até meados do século XVIII) e vão sendo modificados intensamente com a industrialização que avança na Europa, a partir do século XVIII. Com o desenvolvimento tecnológico desde o final do século XVIII, o trabalho do alfaiate vai sendo substituído pelas indústrias de confecção de roupas, tornando-se cada vez menos necessário.

A revolução dos instrumentos de trabalho, por meio da qual a ferramenta manual deixa de ser utilizada para dar lugar às máquinas, implica um processo de desenvolvimento que cria não apenas alguma diferença, mas estabelece tempos históricos distintos, com diferentes seres humanos (AUED, 1999).

1.5.3 No contexto brasileiro

No Brasil, algumas transformações vão sendo sentidas de forma mais efetiva a partir do século XIX. Somente no século XX começam a surgir as primeiras indústrias de confecção de roupas, principalmente na região sudeste. No Estado de Santa Catarina, a indústria de confecção do vestuário foi se concentrando nas cidades de Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, Criciúma e Brusque. Na cidade de Florianópolis, até onde nos foi possível conhecer, não há registro de lojas de confecção de roupas prontas no início do século XX.



Figura 3 - Fonte: Dia e Noite, Florianópolis, 4 fev. 1938.

Nos anos de 1938 e 1939, podemos encontrar nos jornais da época, os anúncios das lojas *Renner Confecção Fina* (Figura 3) e *Modelar* (antiga Rainha da Moda) que vendiam roupas sob medida, previamente confeccionadas, mas que ainda não podem ser caracterizadas como confecções industriais *prêt à porter*¹³ (pronto para usar) produzidas em grande escala, a

partir da década 1950 na Europa e no final da década de 1960 no Brasil.

Até 1940, essas eram as lojas que vendiam roupas sob medida, em Florianópolis, sendo a *Renner Confecção Fina*, uma filial da *Confecções Renner* de Porto Alegre a

¹³ Em 1949 surge a expressão *prêt-à-porter*, lançada na França, por estilistas que se basearam na fórmula americana para confecção do vestuário *ready to wear* (pronto para usar). O desenvolvimento do que passa a ser chamado de *prêt-à-porter* revoluciona a lógica da produção industrial, pois a partir daquele momento passa a ser possível criar roupas e acessórios em escala industrial com maior qualidade e preços mais acessíveis, particularmente em razão das transformações nas técnicas de fabricação do vestuário e da expansão da moda como fenômeno geral, estimulada pela cultura de massa. (LIPOVETSKY, 1989).

qual, de acordo com o alfaiate Valentin Braun¹⁴ já era, na década de 1930, uma indústria brasileira de considerável porte na confecção do vestuário (LENHART, 1998).

De acordo com o alfaiate José Mello e Silva (79 anos), mais conhecido como *Zézinho*,¹⁵ existia ainda a Loja Distinta, que vendia camisas de sua própria fabricação. Conforme esclarece Zézinho, “roupa masculina, nessa época era roupa feita sob medida, no alfaiate”. Nas memórias do alfaiate João Régis (67 anos)¹⁶:

Aqui em Florianópolis, na época [década de 1950] que eu comecei a trabalhar na Alfaiataria do João Abraão, na Rua Trajano, tinha lojas que vendiam os tecidos, mas, lojas que vendessem roupa pronta mesmo, não me lembro não. Quer dizer, roupa pronta, que se pudesse comprar na hora e levar para casa, não tinha não. Isto só vai começar na década de 1960 e então, como ainda era começo e tinha pouca loja, as pessoas ainda não tinham o hábito de comprar nelas. As pessoas procuravam os alfaiates, porque existia elegância, educação e os homens e as mulheres precisavam se vestir bem. Os homens com um bom terno, uma boa camisa, uma bela gravata e tinham que acompanhar a elegância de suas esposas que também mandavam fazer seus vestidos nas costureiras.

1.6 O ofício de alfaiate em Florianópolis

No século XIX, segundo Cabral (1979, v.1) e Cardoso (1960), quando o nome da capital catarinense ainda era Desterro, a confecção de roupas brancas, usadas pelos senhores e suas famílias era feita por escravos.

De acordo com os registros de Cabral (1979, v.1), no ano de 1831, João José de Oliveira foi o primeiro alfaiate que solicitou licença junto à Câmara Municipal para abrir uma *casa de alfaiate*.

Na Rua do Senado, foi instalada em 1871, a alfaiataria denominada, *A Tesoura da Moda*, cujo proprietário era Alexandre Delaytte. Nesse mesmo ano, Nicolau Lourenço Cabral abre sua alfaiataria na Rua do Ouvidor e no Largo do Palácio, em

¹⁴ Valentin Braun, alfaiate de Porto Alegre, foi entrevistado por Gina Elizabeth Lenhart em 1998.

¹⁵ José Mello e Silva, um dos mais antigos alfaiates de Florianópolis, concede entrevista a Maria Cristina Cintra, em agosto de 2002.

¹⁶ João Régis, também considerado um dos mais antigos alfaiates de Florianópolis, concede entrevista a Maria Cristina Cintra em agosto de 2002.

1879, foi instalada a alfaiataria Bom Gosto, do imigrante italiano Guelfo Zaniratti (CABRAL, 1979 v.1). No ano de 1886, também é instalada na Rua do Senado, a Alfaiataria Phenix Catharinense, de propriedade de Manoel Cyrino de Vasconcelos (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 nov. 1886, p.4).

Em alguns jornais e revistas de Florianópolis, da primeira década do século XX, encontramos anúncios das alfaiatarias: *Coutinho Alfaiataria, na Rua da República; Alfaiataria Ypiranga (De Oliveira V. Vieira), na Rua João Pinto; Alfaiataria Cometa (De Rodolpho Bosco), na Rua República; Alfaiataria Bonassis, na Rua João Pinto (O OLHO, jul-ago, 1916; FOLHA DO COMMÉRCIO, out.1909)*. O anúncio da Alfaiataria Machado que surge nas primeiras décadas do século XX, merece ser transcrito:

ALFAIATARIA MACHADO

*A roupa e o homem são inseparáveis.
Dize-me a roupa que usas e direi as manhas que tens.
Pela roupa e não pelo corpo é o homem conhecido.
Conserva as belezas do corpo com um elegante terno de roupa.
Todo corpo está sujeito aos estragos do tempo.
Quanto melhor for a elegancia do homem melhor deve andar vestido.
Tantas vezes se usa a roupa que afinal fica velha.
As roupas de nossa ALFAIATARIA só servem enquanto novas e quando velhas botam-se fora.
Não compre roupa cara quando tens mais barata.
O barato é comnosco, fiado é com o vizinho.
Esta ALFAIATARIA acaba de receber um lindo e variado sortimento de casemiras estrangeiras o que há de mais moderno em padrões chics, próprio para ternos de paletot.
Um grande sortimento de cortes para calças em lindíssimos padrões e bem assim, de cortes para colletes phantasia, gostos chics em velludo e em linho de cores e brancos.*

*Rua da República, n.9
Francisco de Almeida Machado (FOLHA DO COMMERCIO, 7 out. 1909, p.4, grifos nossos).*

Entre essas alfaiatarias mencionadas duas merecem destaque. A Alfaiataria Cometa anuncia que confeccionava trajes civis e militares, o que indica mais uma aplicação da alfaiataria: a confecção de uniformes de oficiais. Seu proprietário, Rodolpho Bosco, é nomeado em novembro de 1921, mestre da oficina de alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

O anúncio da Alfaiataria Machado é apenas um exemplo entre a variedade de anúncios criados por essa alfaiataria nos anos subseqüentes. Por meio deles, podemos identificar os trajes masculinos da época, os tecidos e as cores utilizados para sua confecção: o terno de casemira estrangeira (provavelmente inglesa), coletes em veludo ou linho branco e colorido, eram considerados padrões de elegância masculina. No dia 16 de maio, do ano de 1926, a Alfaiataria Machado sofre um incêndio junto com mais nove outros estabelecimentos comerciais:

Foram dez os estabelecimentos que queimaram em 16 de maio: Casa Daura, Fotografia Brasil (de José Salem), Salão Sepetiba, Armário de Abraão Boabaid, Armário Nicolau Kaili, Casa Aurea (Sr. Pantaleão Athanazio), Pharmacia da Fé. Também foram atingidos: Casa Mayer, Macedônia, A Alfaiataria Machado e a engraxataria, ao lado da Alfaiataria (O ESTADO, 17, maio, 1926, p. 2).

O incêndio que atingiu principalmente a Rua Trajano foi largamente noticiado e criticado pelo jornal O Estado, na Coluna, *A Cinza dos Incêndios*, durante quase todo o ano de 1926, pois, de acordo com o jornal, não havia a necessária segurança no abastecimento de energia da cidade, nem tampouco, um serviço de combate a incêndios. As casas comerciais que tinham seguro conseguiram recuperar-se como foi o caso da Alfaiataria Machado, da Casa Daura, Casa Áurea (O ESTADO, 18, maio, 1926, p.2).

No ano de 1929, nos meses de outubro e novembro, A Alfaiataria Machado promoveu - junto com os jornais O Estado, A Folha Nova e a Folha Acadêmica - um concurso, por meio do qual seria premiada a pessoa que conseguisse acertar o número exato de grãos de milho contidos em um frasco de vidro, em exposição na Alfaiataria. O

primeiro prêmio, para quem acertasse com exatidão o número de grãos era uma bolsa de couro da Rússia, para senhora, oferecida pela *Rainha da Moda*, que passa a ser denominada *Modelar*, em 1939. O segundo prêmio, para quem se aproximasse do número de grãos, era um pulverizador de cristal, oferecido pela Joalheria de Müller Irmãos. O terceiro e último prêmio, para quem ultrapassasse o número de grãos, era um vidro de perfume fino, ofertado pela própria Alfaiataria Machado. Foram premiadas: Zoraide Neves, Albertina Paulier e Joana Alves, mulheres que, de acordo com o jornal, pertenciam à elite da sociedade de Florianópolis. (O ESTADO, 16, nov. 1929, p. 5).

O concurso era dedicado às mulheres e esta parece ter sido uma forma encontrada pela Alfaiataria e pelos jornais, para atrair a elite do público feminino que, naquela época, não tinha o hábito de se expor publicamente, a não ser em eventos dessa natureza ou em obras de caridade. Portanto, “seduzindo a elite feminina” os jornais, particularmente O Estado, estariam garantindo o apoio desse público para outras campanhas de caráter social.

Nos anuários e indicadores comerciais da cidade de Florianópolis, nas décadas de 1920 e 1930, encontramos anúncios de vinte e cinco alfaiatarias, instaladas nas imediações da Praça XV de Novembro, na Rua Felipe Schmidt, na Rua Trajano e nas Ruas Conselheiro Mafra e João Pinto. Entre elas, as alfaiatarias de: João Abraham (conhecido também como João Abraão), de Bonassis & Filho, de Francisco e Oswaldo Carioni, de Waldemar Fornerolli, de Armando Brito e de Licério Camargo, foram citadas pelos alfaiates entrevistados, José Mello e Silva e João Régis, como *as alfaiatarias dos grandes mestres*.

Com relação ao número de alfaiatarias da cidade de Florianópolis, de acordo com os alfaiates João Régis, José Mello e Silva e Carlos Pinto da Luz¹⁷, havia na capital

¹⁷ Carlos Pinto da Luz (61 anos), alfaiate de Florianópolis, concede entrevista a Maria Cristina Cintra em setembro de 2003.

catarinense mais de quarenta alfaiatarias, no período de 1930 até a década de 1950, aproximadamente.

Nessa época, a loja *A Capital* (Figura 4) era a loja dos alfaiates, conforme as informações de José Mello e Silva. Todos os materiais que os alfaiates necessitavam para a confecção de roupas eram vendidos por essa loja: tecidos como a casemira, o brim, aviamentos em geral como fivelas, botões e linhas de vários tipos, tamanhos e formatos entre outros. A loja também vendia camisas, chapéus e calçados. José Mello e Silva, também menciona a Loja das Casemiras e a loja do Alfaiate Gonzaga, anexada a alfaiataria, lojas nas quais também era possível adquirir os produtos utilizados pelos alfaiates.



Figura 4 – Anúncio da loja “A Capital”. Fonte: A Gazeta, 07, jul. 1942, p. 3.

Nas grandes alfaiatarias, como a de João Abraham, na qual o alfaiate José Mello e Silva (79 anos) trabalha na década de 1930, havia de acordo com ele, a seguinte divisão do trabalho:

Era uma alfaiataria grande, com 16 ou 17 máquinas de costura, 15 oficiais e dois contramestres. Cada oficial tinha sua máquina de costura. Os oficiais e os contramestres eram aqueles que cortavam as roupas e faziam as provas, mas o paletó, em geral, só era cortado pelo alfaiate dono da alfaiataria. Essa alfaiataria também empregava calceiras, que costuravam as calças em casa porque não era permitido que as mulheres trabalhassem na alfaiataria. Naquele tempo, as mulheres só trabalhavam em suas casas. Havia também uma loja na frente, na qual eles vendiam malas, chapéus, camisas, gravatas, entre outras coisas que eu não lembro agora. Quando eu trabalhei lá, o ferro era a carvão e a gente é que assoprava para que pudéssemos passar os paletós e as calças.

1.7 A aprendizagem por meio da relação mestre-aprendiz dentro das alfaiatarias.

No início do século XX, nas alfaiatarias de Florianópolis, também chamadas de *oficinas de alfaiataria*, o processo de aprendizagem é realizado por meio da relação mestre-aprendiz, dada no próprio local de trabalho. O exercício e o aprendizado do ofício de alfaiate compreendem três divisões hierárquicas: o mestre (no topo), o oficial (intermediário) e o aprendiz (o iniciante). Em algumas alfaiatarias a função de contramestre também existe, pois é ele que substitui o mestre alfaiate quando este se ausenta. De acordo com os alfaiates José Mello e Silva e João Régis, o aprendiz iniciava seu aprendizado, geralmente com seus próprios familiares, ou trabalhando em alfaiatarias da cidade de Florianópolis, para observar o trabalho do mestre alfaiate e exercitar os pontos, um de cada vez, começando com o *chuleado*, para a fazenda não desfiar e seguindo para o *alinhavo*, preparando o tecido para a costura de outros pontos menores. Só após aprender todos os pontos e fazer pequenos serviços para o mestre alfaiate, sempre observando e procurando aprender ao máximo, o aprendiz começava a aprender o corte, primeiro das calças, depois dos coletes, ficando por último o paletó.

Segundo o alfaiate José de Mello Silva (79 anos) era preciso começar a aprender bem cedo, com pouca idade e trabalhar muito no começo, sem ganhar nada:

Quando eu comecei a aprender [1936] fui para a Alfaiataria Bonassis. Eu tinha 11 anos e como todo aprendiz, ficava na alfaiataria para aprender e observar o trabalho, mas também tinha principalmente que trabalhar. Um aprendiz tinha que entregar muitos ternos e muitas calças para ganhar alguns trocados, pois não se pagava aprendiz. Aos sábados nós trabalhávamos até tarde, até depois das oito ou nove da noite, principalmente no fim do ano, quando então entregávamos roupas depois das 10 horas da noite, muitas vezes em locais de difícil acesso e sem luz. Porque assim era a cidade de Florianópolis: de dia faltava água e de noite faltava luz.

Pouco tempo depois, eu fui para a alfaiataria do Waldemar Carioni, meu primo, que tinha o apelido de Vadico. Lá havia um aprendiz que comia, bebia, dormia, enfim, vivia na casa do Vadico, de segunda a sexta-feira, indo para a casa de sua família, apenas nos finais de semana. Tudo isso, em troca do aprendizado que incluía também trabalhar para o Vadico, o dono da alfaiataria, sem ganhar nada. Eu mesmo, só fui ganhar algum

dinheiro quando comecei a ajudar os oficiais a fazer bolsos, mangas, bainhas, entre outras coisas. Assim, eu fazia os trabalhos durante o dia para um oficial e a noite para o outro, conseguindo assim ganhar porque, esses serviços o patrão pagava e eu, em troca, aprendia mais, porque me exercitava mais, praticava mais.

Para aprender a tirar as medidas, o aprendiz deveria observar, muito bem, a estrutura do corpo humano, pois, como descreveu o alfaiate João Régis (67 anos):

Tudo tem que ficar no nível e no esquadro, todo trabalho, não só o do alfaiate. Paredes, casas, armários, tudo que é montado tem que estar no nível e no esquadro, para ter formação. Porque senão, a parede cai, a casa desmonta e a roupa fica torta. E para isto é preciso ter as medidas certas, riscar o tecido com cuidado, preparando-o para o corte.

Porém, esses eram apenas alguns dos procedimentos utilizados, no processo de aprendizagem nas alfaiatarias conforme informações dos alfaiates entrevistados. Como todo ofício, o de alfaiate também tem segredos e mistérios que não são revelados. Para conhecer tais segredos, para apreender a sabedoria do mestre, nos pontos, nas medidas, nos moldes e no corte, eram necessários vários anos de aprendizado (no mínimo quatro anos) e, principalmente, mãos habilidosas. Nas palavras do alfaiate Adebau Rosa: “o corte, os pontos da gola, da manga, dos bolsos, a forração, o uso apropriado das medidas, todos são conhecimentos difíceis e leva-se muitos anos para aprender, praticando todos os dias” (ROSA, 1993, p.18).

Desde o momento em que foi criada na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, uma oficina para o aprendizado do ofício de alfaiate, emergem novos processos de organização e transmissão destes conhecimentos.

CAPÍTULO II: AS DIFICULDADES DE ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA E DA OFICINA DE ALFAIATARIA

2.1 As dificuldades iniciais

No início, a Escola enfrenta várias dificuldades, particularmente as relativas à falta de condições adequadas para o seu funcionamento, à existência de oficinas instaladas precariamente, à ausência de mestres para o ensino prático e professores para o curso primário, impedindo também assim a formação dos contramestres, mencionada como objetivo do Decreto de criação das escolas.

Com exceção do Estado do Rio Grande do Sul - onde já existia o Instituto Técnico Profissional - cada estado criou uma escola¹⁸. Em 1910 havia 19 escolas que foram localizadas principalmente, fora dos grandes centros de desenvolvimento industrial e, com apenas uma exceção – a da Escola de Campos, do Estado do Rio de Janeiro – sempre nas capitais dos Estados (CUNHA, 2000a).

No entanto, mesmo com essas dificuldades iniciais e outras que surgiriam ao longo do tempo, é importante percebermos que foram escolas que constituíram, de acordo com Cunha (2000a), “o primeiro sistema educacional de abrangência nacional”. Uma reunião de estabelecimentos de ensino que possuíam propósitos comuns, que tinham um regulamento determinado por uma mesma legislação, estando também ligados à mesma autoridade administrativa e pedagógica do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, ao qual foram destinadas atribuições relativas aos estudos e

¹⁸ De acordo com o Decreto 7.763/1909, caso já existisse previamente, em algum estado, uma instituição com características semelhantes a das escolas referidas por aquele decreto, esta seria para fins legais e de recebimento de auxílio, considerada como Escola de Aprendizes Artífices, o que de fato aconteceu em 1911, a esse instituto, já então denominado Instituto Parobé. Da mesma forma, no então Distrito Federal também não foi instalada uma escola, em razão da existência do Instituto Profissional Masculino (CUNHA, 2000a; QUELUZ, 2000).

serviços relacionados com o setor produtivo, incluindo-se também o “desenvolvimento dos diversos ramos da indústria”, portanto assuntos vinculados à questão do trabalho (FONSECA, 1986, v.1, p. 158).

Segundo Marisa Brandão (1999) o *ensino profissional* vinculou-se a esse Ministério, pois a própria educação era um todo descentralizado. Não havia ainda clareza nesse aspecto, nem tampouco diretrizes nacionais. Mesmo assim, já podemos perceber “uma desvinculação entre formação profissional e educação, entre trabalho e educação”. Assuntos considerados distintos, que deveriam pertencer a Ministérios distintos. Ou seja, a *educação*, era aquela considerada de base teórica, intelectualista, direcionada à formação das classes dirigentes, dos que iam ocupar os cargos de comando na sociedade, enquanto a *formação profissional* era aquela considerada de base prática, voltada para os que iriam ocupar os postos de trabalho produtivo na sociedade, ou ainda, buscando usar as palavras da época, “para os desfavorecidos da fortuna” (BRANDÃO, 1999, p. 20).¹⁹

Essa visão do ensino industrial, dominante na época, se estende por muito tempo, embora escamoteada por um discurso democrático, podendo até ser incluído no texto da Constituição do País, no ano de 1937. (MACHADO, 1989).

¹⁹ No Brasil, desde os tempos coloniais havia uma distinção entre o ensino de humanidades e o ensino de ofícios. De acordo com as informações fornecidas por Maria Lúcia Ribeiro (1986b) o próprio Padre Manoel da Nóbrega elaborou um plano pedagógico, no qual estabelecia a divisão entre ensino de humanidades em geral para os mais capacitados e o ensino de ofícios para os outros. Portanto, desde o período colonial, os processos de distinção já existentes influiriam, significativamente, na construção da noção de trabalho bem como nas estratégias de educação a ele conjugadas, preservando a dicotomia trabalho manual-intelectual (MANFREDI, 2002).

2.1.1 A precariedade das instalações

Conforme ressalta Cunha (2000a), para a instalação e funcionamento das escolas de aprendizes artífices, foram feitos acordos entre o Governo Federal e os governos estaduais, entrando o primeiro com os recursos para manter os funcionários administrativos, o corpo docente, alguns bens imóveis e algum material de consumo. Os governos estaduais mostraram-se interessados em colaborar, oferecendo rapidamente, os prédios solicitados pela União. Porém, tais prédios eram de maneira geral, inadequados para abrigar escolas profissionais e muitos deles eram velhos casarões ou, até mesmo, barracões que não ofereciam a mínima comodidade necessária. Foi o caso das escolas, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Amazonas, às quais podemos incluir a de Santa Catarina, como confirmaram seus primeiros diretores por meio de sucessivas reclamações em seus relatórios.

José Candido da Silva, o primeiro diretor da escola de Santa Catarina (período de 1910 a 1914) e João Candido da Silva Muricy, o terceiro diretor (período de 1918 a 1922) assim registram tais dificuldades:

Esta Escola foi finalmente installada a 1º de Setembro de 1910, nesta cidade de Florianópolis, em prédio offerecido pelo Sr. Governador do Estado, Cel. Gustavo Richard, neste momento, o que melhores condições apresentava entre todas as edificações disponíveis na cidade. [...] Comtudo, necessário se faz que urgentes providências sejam tomadas para desafogar o espaço, pois as oficinas ficaram acanhadamente installadas no principal e unico prédio, que obedece a um typo de construção que não satisfaz todas as condições exigidas para um estabelecimento de tal especie e sem a harmonia com as manifestações varias de metereologia local (SILVA, 1910, p.3).

Começou a Escola a funcionar apenas com 4 officinas [...] as quaes acanhadamente ficaram installadas no principal e então único prédio, alugado pelo Governo do Estado; até que com o correr do anno seguinte – 1911 – foi o director da Escola autorizado a mandar construir 2 galpões, parte de tijollos e parte de madeira, [...] (MURICY, 1922, p.5).

No ano de 1914, quatro anos após a instalação da Escola, seu diretor, Heitor Blum, continua reivindicando melhores instalações, pois segundo ele, várias providências solicitadas, quanto à reforma dos espaços destinados as oficinas, continuavam sem solução, dificultando o funcionamento da Escola (BLUM, 1917).

2.1.2 O “despreparo” do corpo docente

A Escola reivindicou, em diversos momentos, além da ampliação das oficinas, a aquisição de equipamentos, de máquinas e ferramentas para melhoria do ensino; a contratação de mestres e professores melhor habilitados. Havia uma nítida distinção entre os *mestres*, aqueles que *vinham das fábricas ou oficinas* e os *professores*, que *vinham do ensino primário*. De acordo com os primeiros diretores da Escola, nenhum deles estava, de fato, habilitado para preparar os operários e contramestres para a indústria, como havia sido mencionado no Decreto nº 7566/1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Os diretores diziam que os professores não poderiam ter a menor idéia do que era ensinar numa escola de qualificação profissional. Do mesmo modo pensavam que, os mestres, só teriam capacidade para transmitir aos artífices ou discípulos, os conhecimentos empíricos que traziam (SILVA, 1911; MURICY, 1921). Também eram feitas outras distinções. Os auxiliares dos professores eram *os adjuntos* de professor, e dos mestres, *os contramestres*. As *aulas* eram para o *curso primário* e para o de *desenho*, ficando sob a *responsabilidade do professor*. As *oficinas* eram para o *aprendizado prático dos ofícios* e ficavam sob a *responsabilidade do mestre*.

Na tentativa de por fim à situação de despreparo do corpo docente das escolas de aprendizes artífices, foram criados regulamentos nos anos de 1911 e 1918, com as

exigências de que o provimento dos cargos de professores e adjuntos, bem como de mestres e contramestres, fosse feito por meio de concurso constituído de provas práticas, presididas pelo diretor da escola que deveria também, seguir as instruções determinadas para tal fim (SOARES, 1982).

Para Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1920,

Os mestres e contramestres, de escolas de aprendizes artífices, devem ser homens de pratica, porem capazes de dar aulas especiaes de desenho industrial e de tecnologia.

Devem, pois, ter feito sua aprendizagem em escolas technicas, ou pelo menos, em escolas de aperfeiçoamento; o mesmo acontece com o ensino das humanidades elementares, rudimentos de instrucção, de que não pode prescindir hoje em dia o operariado, que deve ser feito por pessoas traquejadas nesta educação e não por simples professores de A.B.C., que as vezes nem a escola complementar frequentaram. (LOPES, 1913 apud MURICY, 1922, p. 14).

De acordo com Soares (1982), o corpo docente das Escolas de Aprendizes Artífices foi alvo de insistentes críticas por parte dos dirigentes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que passaram a exigir desde o novo regulamento de 1911, que os professores contratados para o curso primário e o de desenho demonstrassem “comprovada competência”. O regulamento permitia também, que fossem contratados no país ou no estrangeiro, “profissionais de reconhecida competência para dirigirem as oficinas” (SOARES, 1982, p. 78).

Na Escola de Aprendizes Artífices de Florianópolis, os diretores destacaram em seus relatórios, o preparo desigual dos mestres, fator que dificultava a produtividade e o ensino nas oficinas. Segundo o diretor Heitor Blum, alguns mestres como os de carpintaria, serralheria e de alfaiataria demonstravam possuir conhecimentos de seus ofícios e capacidade para transmiti-los, porém, outros (que não são por ele especificados), “mais parecem dificultar do que facilitar o aprendizado” (BLUM, 1917, p. 15).

De acordo com João Cândido da Silva Muricy, outro diretor da Escola, era necessário contratar novos mestres mais capacitados, pois,

estávamos subordinados ao empirismo, comquanto bons executores sejam os nossos velhos mestres.

Temos porem, entrado agora felizmente na phase definitiva da verdadeira organização das nossas Escolas de Artífices. (MURICY, 1922, p.16)

2.1.3 A evasão escolar e a pobreza dos alunos.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, destaca-se os altos índices de desistência dos alunos, particularmente após o segundo ano (mais de 40%), em todas as oficinas. A evasão escolar era uma das grandes preocupações da Escola e foi justificada por seus diretores principalmente, pela própria dificuldade de subsistência dos menores aprendizes. Para ingressar na escola eles deveriam apresentar um documento comprobatório da situação de pobreza dos pais.

A distância da escola em relação à moradia dos aprendizes, a extrema condição de pobreza destes, demonstrada pela carência de roupas e calçados e pela falta de alimentação – manifestada por queixas de dor de cabeça e dor no estômago, durante o período das aulas – foram apontados como fatores que colaboravam para o alto índice de desistências. Em foto dos alunos e professores, datada do ano de 1915, podemos observar que a maioria dos alunos está com os pés descalços (Anexo I). A subnutrição, também foi constatada pelo segundo diretor da escola, Heitor Blum, que solicitou merenda para os aprendizes, no ano de 1916, só tendo sido atendido no ano de 1923.

Segundo Muricy, em seu relatório de 1921:

A escassez de recursos de um certo número de meninos é, aqui, como será em todos os demais Estados da União, um dos motivos que muito cooperam para constantes faltas e retiradas durante os trabalhos da Escola; pois muitos dos nossos aprendizes, entrando para as aulas e só se retirando depois de encerradas as oficinas, sentem-se enfraquecidos,

por faltarem-lhes recursos para trazerem diariamente qualquer coisa, para sua merenda no meio do tempo de trabalho.

Os já mais fracos por natureza, são justamente os que ficam mais abatidos e não poucos pedem para retirarem-se, queixando-se de dor de cabeça ou de estômago.

Alguns são tão pobres que a própria roupa logo o demonstra. No inverno especialmente nos dias chuvosos, chegam tremendo de frio, até que no correr dos trabalhos se reanimam um pouco mais.

Pouco cobertos e pouco alimentados relativamente ao que uma criança que trabalha precisa para as compensações da sua economia orgânica, poucos são os que nessas condições resistem cursando a Escola até o último ano de estudos.

Assim, quero crer que se a Escola pudesse dispor de uma pequena quantia diária, ao menos para dar um pedaço de pão a cada uma das crianças mais pobres, outros talvez fossem os frutos colhidos ao fim de cada ano; no fim de cada quatro annos. (MURICY, 1921, p. 9).

Em outro relatório do ano de 1922, o mesmo diretor, volta a comentar a questão da evasão escolar apontando também, outros fatores:

A frequência dos aprendizes tem sido [...] o motivo de maior preocupação dos seus diretores, que anno por anno iniciam os seus cuidados procurando todas formas para conseguir uma melhor regularidade acabando sempre por comprehender serem baldados todos os seus esforços.

Há uma certa época do anno, durante os mezes de maio e junho, pouco mais ou menos em que muitos meninos são mesmo obrigados a se recolherem às suas casas, devido ao ataque das sezões, principalmente aqueles que residem nas encostas do morro que circunda a cidade, e a região da pobreza.

E assim vão até o quase fim de anno, quando reconhecendo a inutilidade da sua volta à Escola perdem o anno. Outros há que abandonam ou muito faltam, porque vão coadjuvar os pais nos seus serviços, no ganho da subsistência que cada dia se torna mais difficil; outros porque são vadios não receando as correções domésticas e nem as pequenas corrigendas que na Escola podem sofrer. Outros finalmente, os do segundo anno em diante são seduzidos pelas officinas particulares: tal é a falta de operários para as indústrias.

[...]

Para estimular esses meninos, que pelos seus princípios de educação e convivência habitual não sabem sentir ambição e nem sabem comprehender a necessidade que tem cada individuo de se elevar pelo trabalho, só mesmo o ganho immediato do dinheiro poderá produzir efeito desejado.

Isso talvez possa ser corrigido pela mecanização do trabalho e pela transformação da Escola em estabelecimento industrial ao mesmo tempo que de ensino de modo que o aprendiz se sinta preso pelo interesse, pela obrigação de operário perante o patrão, mais do que como simples discípulo perante o mestre (MURICY, 1921, p. 3).

Com relação aos fatores que motivavam o abandono da Escola devemos observar com maior atenção a questão dos alunos terem sido “seduzidos pelas oficinas particulares”. De fato, encontramos, no próprio relatório de Muricy, algumas indicações da absorção de parte desses aprendizes pelas oficinas da capital:

Muitos de nossos ex-alumnos, embora não tendo terminado o curso, acham-se trabalhando em diversas oficinas desta Capital, e também em Porto Alegre, Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro. [...] Alguns ex-alumnos se acham empregados, na Alfândega como guardas do Palácio do Governo. Outros estão em outros empregos.[...] (MURICY, 1921, p.11).

Para Muricy, a melhor forma de combater a evasão escolar e a formação incompleta dos aprendizes, era fazê-los compreender que deveriam “se elevar pelo trabalho”. Em suas palavras, não identificamos nenhum protesto ou lamentação, pela saída dos aprendizes que foram trabalhar em oficinas da capital catarinense. Ao contrário, podemos perceber talvez, certo orgulho aliado à sua declarada intenção de transformar a escola em “estabelecimento industrial ao mesmo tempo que de ensino”. Segundo Muricy, *retira-se do aprendiz a característica de discípulo perante o mestre, transformando-o em operário preso pelo interesse e pela obrigação perante o patrão*. O texto do diretor da escola expõe também, a tendência da Escola de Aprendizes Artífices se transformar, face ao desenvolvimento industrial ocorrido na década de 1920.

2.2 Os ofícios ensinados.

Na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, assim como nas demais escolas da rede, foram oferecidas “oficinas voltadas para o artesanato de interesse local e, poucas de emprego manufatureiro ou industrial” (CUNHA, 2000a, p.71). Devemos considerar particularmente que o critério de localização das escolas não correspondia à dinâmica do processo produtivo, havendo uma necessidade de ajustamento ao mercado

local, promovendo o ensino de ofícios artesanais que pudessem contar com os mestres da região e alguma oportunidade de trabalho. A escolha das oficinas demonstrou o estado das economias locais da época, ou seja, da maioria das cidades nas quais as escolas foram instaladas (CUNHA, 2000a, p.71).

Ao analisar os ofícios ensinados nestas escolas, no período de 1912 a 1926, Cunha (2000a) registra que a maioria absoluta delas oferecia o ensino de *alfaiataria*, *sapataria* e *marcenaria* (mais de 15 das 19 escolas)²⁰. Entre os outros ofícios ensinados a *carpintaria*, a *serralheria* e a *encadernação* estão presentes entre cinco a dez, das dezenove escolas, existindo ainda outros em menor número como a funilaria e a selaria (quatro escolas). De acordo com o referido autor havia uma predominância do ensino de ofícios de emprego artesanal e apenas mecânica, tornearia e eletricidade, propriamente industriais oferecidos por no máximo três, das dezenove escolas.

Das poucas escolas que tiveram instalações para o ensino de atividades especificamente industriais está a de São Paulo na qual, o crescimento da produção industrial aliado à existência do Liceu de Artes e Ofícios, podem ter sido os fatores que justificaram maior esforço de adaptação das oficinas às exigências da indústria que se desenvolvia. A escola da cidade de São Paulo foi uma das poucas que ofereceu o ensino dos ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade. Embora tivesse mantido oficinas voltadas para o artesanato, como as de artes decorativas e as de carpintaria, essa escola não ofereceu, porém, os ofícios de alfaiate e sapateiro, como a grande maioria das escolas dos outros estados²¹.

Entre os anos de 1916 e 1923, as oficinas de *marcenaria*, *ferraria*, *sapataria* e *alfaiataria* alcançaram os maiores índices de matrículas. Do total das dezesseis

²⁰ Estes dados foram recolhidos pelo autor, nos *Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, no período de 1912 a 1916.

²¹ Para melhores esclarecimentos, sugerimos consulta ao livro de Luis Antonio Cunha, *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2000, p. 91-101)

diferentes especialidades de oficinas oferecidas, essas tiveram o maior número de alunos matriculados, com taxas que variaram entre 50,9% e 71,7% do total de alunos em cada um daqueles anos (Anexos II, III e IV). Neste mesmo período permaneceram constantes, as oficinas de: funilaria, marcenaria, *alfaiataria*, mecânica, selaria, escultura, pintura decorativa, ourivesaria, entre outras. Porém decaiu, significativamente, o número de oficinas de sapataria e eletricidade (CUNHA, 2000a).

Na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, o maior índice de matrículas na oficina de alfaiataria, ocorre no ano 1923. Do total de 209 alunos matriculados na escola foram registradas 65 nesta oficina (Tabela 2.13 – Anexo IV).

Qual a razão do maior índice de matrículas nas oficinas de marcenaria, ferraria, alfaiataria e sapataria durante o período de 1913 a 1926? Se a escolha das oficinas demonstrou o estado das economias locais da época, as escolas de aprendizes artífices teriam, portanto, oferecido aquelas que refletiam as necessidades específicas de cada contexto, naquele momento histórico.

O que chama a nossa atenção é por que criar escolas de aprendizes artífices com a finalidade de formar para um ofício, para uma profissão individual, se tal formação não era compatível com o movimento de industrialização, com o trabalho parcelado, repetitivo, simples e coletivo, da indústria. Portanto, entre as razões que as fazem emergir estão a nacionalização da força de trabalho livre, necessária ao desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira e a *aparente valorização* da aprendizagem de um ofício por meio do qual, o trabalhador qualificado poderia “ser alguém na vida”, “ter uma vida melhor” e com isso colaborar para progresso da nação brasileira. Essa era a crença, a ideologia da época, expressas também em uma máxima que dizia: “quem tem ofício tem benefício”.

Essa nacionalização não significava a substituição do trabalhador imigrante por brasileiros, mas, antes, por *cidadãos brasileiros disciplinados*, identificados pelo *espírito do trabalho* e pelo pertencimento à nação brasileira. Daí a necessidade das aulas de educação moral e cívica, as cerimônias de culto à nação, como estratégias de controle sobre o mercado de trabalho, particularmente em uma sociedade industrial formada em grande parte, pela força de trabalho do imigrante. Os aprendizes das escolas profissionais deveriam ser exemplos do cidadão identificado com os interesses da nação e do patrão, “no meio da massa de trabalhadores cujo local de disciplinarização não foi a escola, mas a própria fábrica” (RIBEIRO, 1986a, p.18).

2.3 Primeiros programas de ensino.

Na primeira década de criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina encontramos a importância dada, em primeiro plano, às atividades de formação de artífices, nas oficinas, com quatro horas diárias. Paralelamente ao ensino prático, existia um curso primário e outro de desenho, sendo a escola, portanto, definida como de nível elementar.

O curso primário era obrigatório para todos os aprendizes que não soubessem ler, escrever e contar; e o de desenho, antes apenas destinado para aqueles que dele necessitassem, passou também a ser obrigatório para todos, a partir do ano de 1911, com o *Regulamento Pedro de Toledo*²². Também de acordo com o Regulamento, era possível ao aprendiz que fosse alfabetizado, iniciar seu aprendizado a partir do 2º ano primário ou diretamente no 1º ano profissional. O tempo de permanência na Escola era

²² Como o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio da época era Pedro de Toledo, este regulamento ficou conhecido como *Regulamento Pedro de Toledo* (Queluz, 2000).

de quatro anos, em regime de externato e o limite de idade para ingresso era de no mínimo 12 anos e no máximo 16 anos.

O horário geral da Escola, de acordo com Muricy (1921) ficou estabelecido da seguinte forma:

Manhã: das 9 às 11.30 horas, curso primário e curso de desenho, com intervalo para recreio das 11.30 as 12 horas.

Tarde: das 12 às 14 horas, havia o trabalho nas oficinas, até o segundo recreio das 14 às 14.15 horas, quando o trabalho das oficinas era reiniciado, terminando às 16 horas.

Exercícios militares: duas vezes por semana, das 11.45 às 12.45 horas, com recreio a partir deste último horário, até as 13 horas, quando então continuava o trabalho das oficinas até as 16 horas.

De acordo com as instruções do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para o curso primário e o curso de desenho deveria haver um currículo mínimo a ser seguido nas escolas que incluía: “o ensino da leitura e da escrita, o de aritmética até regra de três, noções de geografia do Brasil e de gramática elementar da língua nacional” (SOARES, 1982, p. 73). O programa de desenho deveria compreender o desenho de memória (sem modelo), o desenho do natural (com modelo), o desenho de formas geométricas, de composição decorativa, de máquinas e peças de construção (Idem).

Com relação ao que deveria ser ensinado nas oficinas, as instruções não definiam um currículo mínimo a ser seguido, deixando a critério do diretor de cada escola, a escolha dos programas e dos métodos, desde que os mesmos fossem aprovados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O quadro inicial de matérias curriculares, da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina continha as seguintes disciplinas:

<i>1º Ano Pré-Vocacional e 2º Ano Pré-Vocacional</i>	<i>1º Ano Profissional</i>	<i>2º Ano Profissional</i>
Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Desenho à mão livre	Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Lições de Coisas ²³ Desenho à mão livre Aprendizagem de Oficinas	Leitura Escrita Aritmética Caligrafia Lições de Coisas Geometria Geografia História Pátria Instrução Moral e Cívica Desenho à mão livre Aprendizagem de Oficina

Fonte: Relatórios da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, 1911-1922.

Faziam parte do currículo mínimo, noções de educação cívica com o objetivo de enfatizar a constituição republicana, os grandes homens do Brasil, os acontecimentos comemorativos e as festas cívicas. A preocupação com a definição de critérios para a transmissão da Educação Cívica demonstrava a necessidade de uma concepção de ordem filosófica e moral como fator definidor da educação técnica em seu anseio de formar o trabalhador consciente de sua nacionalidade (QUELUZ, 2000, p. 30; MURICY, 1922, p. 46).

Com relação aos padrões disciplinares adotados pelas escolas de aprendizes artífices há poucos dados estes, porém, indicam ter havido normas severas quanto à disciplina. A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, desde sua fundação

²³ Com relação a disciplina “*lições de coisas*”, Queluz (2000, p. 68) faz a seguinte observação: “No ensino primário perderiam a importância os livros didáticos, pois o fundamento do conhecimento é a lição de coisas”. As *lições de coisas* ou *método de ensino intuitivo* eram as denominações de uma concepção de ensino por meio do qual o conhecimento deveria ser oferecido aos alunos em pequenas partes de fácil compreensão, em lições temáticas, progressivas e racionais.

Criado na Inglaterra e nos Estados Unidos, no século XIX, o método intuitivo também chega ao Brasil, no mesmo século e a Tipografia Nacional publica “Primeiras Lições de Coisas”, do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa.

Para os republicanos, o *método de ensino intuitivo*, ou *lições de coisas* era primordial para a formação da criança que deveria ir além da simples memorização e repetição de textos e palavras, por meio do contato direto com os objetos, com as coisas, com a natureza, sem a intermediação, sempre que possível, de livros e textos. A observação deveria ser a base de todo conhecimento e as crianças deveriam ser educadas de forma intuitiva e empiricamente. A difusão do método intuitivo influenciou desde cartilhas de alfabetização até livros didáticos de várias matérias, nos quais eram privilegiadas as ilustrações e os desenhos. (VALDEMARIN, Vera T., 2000).

manteve aulas de instrução militar, particularmente nas aulas de Educação Física, com o objetivo principal de desenvolver a força física e outros atributos como a destreza, a coragem e o espírito de competição. Para João Cândido da Silva Muricy, era necessário a criação de um “batalhão infantil” que segundo ele traria melhor “substância” na disciplina das crianças. Assim, o batalhão escolar, sempre dirigido por um militar, seria disciplinado no ritmo das marchas, com movimentos sincronizados à semelhança da organização do exército e das fábricas (MURICY, 1921; ALMEIDA, 2002).

A seus diretores foi delegado o poder de punir os aprendizes, não apenas com advertências ou repreensões, mas também, com sua exclusão da escola, caso fosse necessário, para manter o controle disciplinar (CUNHA, 2000a). Professores e mestres recebiam as mesmas atribuições quanto à manutenção da disciplina, da pontualidade, da moral, dos controles de presença e de avaliações dos alunos. No entanto, aos mestres ainda era dada a responsabilidade de ensinar a arte ou ofício dentro de sua especialidade, detalhando cada passo, de forma que os aprendizes ficassem habilitados não apenas durante o tempo das oficinas, mas principalmente fora delas, em outras nas quais viessem a trabalhar (FONSECA, 1986, v.1; BLUM, 1917; MURICY, 1921).

2.4 A organização da oficina de alfaiataria na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina

A oficina de alfaiataria possuía em seus primeiros anos de funcionamento, um pequeno espaço físico e precárias instalações. No ano de 1916 o segundo diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, Heitor Blum, menciona em seu relatório do ano de 1917, a aquisição de seis bancos e duas mesas para a oficina. (BLUM, 1917, p. 8). Nos relatórios dos anos de 1920, 1921 e 1922 podemos

encontrar listagens do material de trabalho e dos equipamentos adquiridos pela Escola, para a oficina de alfaiataria, até o ano de 1921:

Até o ano de 1920

- 3 Machinas de costura de pé “Singer”.
- 3 Machinas de costura, de pé, “Veritas”.
- 36 Bancos de madeira, para os aprendizes.
- 2 Mezas grandes, para os trabalhos da officina.
- 3 Ferros de engommar, com os competentes descansadores.
- 9 Tesouras pequenas para os aprendizes
- 2 Tesouras grandes para os mestres.
- 5 Cabides com gancho de metal.
- 1 Armação grande para deposito.
- 5 Braçadeiras de madeira para roupa
- 3 Páos de gola.
- 1 Páo de manga.
- 1 Jogo de reguas para cortar.
- 1 Caneca de agathe.
- 1 Espanador de cabellos.
- 1 Escova para roupa.
- 1 Tesoura para cortar caseados.
- 12 Furadores de osso.
- 1 Taboa de engommar.
- 1 Almofada de engommar.

No ano de 1921

- 2 Tesouras grandes 40 cent.
- 6 Tesouras pequenas, de aço.
- 2 Compassos simples.
- 1 Estojo de desenho.
- 3 Machinas de costura, de pé “Gritzner T”
- 2 Ferros de engommar “electricos”.
- 1 Tesoura para cortar caseados.

(MURICY, 1921, p. 11; 1922, p. 34).

Podemos observar, por meio dessa listagem, alguns dos instrumentos de trabalho utilizados no aprendizado do ofício de alfaiate na escola. Entre os instrumentos mais simples, como as tesouras, os compassos, as régua, estão também as máquinas de costura de pé importadas e a incorporação de novas tecnologias, como os *ferros de*

engomar elétricos, adquiridos no ano de 1921 que com certeza foram a grande novidade daquele momento.

Os diretores da escola insistiram durante vários anos na ampliação dos espaços físicos das oficinas. No ano de 1921, são feitas reivindicações de novos equipamentos, para a oficina de alfaiataria, assim registradas no relatório de Muricy (1921, p.30):

ALFAIATARIA: Esta officina, cujo material permanente é naturalmente o mais simples e reduzido, necessita apenas de trez machinas para cozer, em substituição a trez outras que se acham inteiramente fora de serviço, por inutilizadas; despeza essa que montara em mais de 800\$000, e que muito sobrecarrega a verba concedida para esse e vários outros fins, no reduzido crédito de 1:500\$000.

No relatório de Heitor Blum referente ao ano de 1916, encontramos a informação de que *a oficina de alfaiataria tinha, no ano de 1915*, um total de *51 aprendizes*, número elevado que permitia, de acordo com o Regulamento da Escola, a contratação de um contramestre para auxiliar o mestre, sempre que o número de aprendizes ultrapassasse a 30, nas oficinas. Como havia apenas um mestre de alfaiataria, que naquela época era Pedro Bosco, foi contratado como contramestre, Felipe Tonnera, aluno recém-formado na escola (BLUM, 1916).

Durante o período de 1913 a 1922, o número de alunos matriculados na oficina de alfaiataria permaneceu constante, com uma média de 32 alunos por ano, segundo dados obtidos, mas o número de formandos era pequeno, com média de apenas cinco alunos por ano.²⁴

A Escola de aprendizes Artífices de Santa Catarina oferecia o aprendizado de ofícios voltados às crianças pobres. Os aprendizes da oficina de alfaiataria faziam parte dessa população pobre e residiam com suas famílias, nas encostas do morro que circunda a cidade. De acordo com Araújo (1989), a população pobre da cidade habitava

²⁴ De acordo com os relatórios dos diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, entre os quais há lacunas de vários anos; e a análise feita por Luis Antônio Cunha, em seu livro, *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, 2000, p. 91-101.

em casas com precárias instalações e condições de higiene, enfrentando deficiências alimentares, expostas às doenças, sem poder contar com assistência médica, tampouco com qualquer outro tipo de segurança social.

Para reduzir o grande índice de desistências dos alunos segundo Muricy, a única solução seria remunerar os pequenos aprendizes para mantê-los na escola. Em seu relatório de 1922, ele faz tal formulação:

[...] com a actual remodelação da nossa Escola, que ficará dentro de mais alguns dias com as suas oficinas todas com uma organização modelar, não longe estará o dia em que havemos de atingir a esse desenvolvimento industrial, que em officio que tivemos oportunidade de dirigir ao Sr. Dr. Director geral de Industria e Commercio, no mez de Janeiro de 1918, quando se tratou da modificação do antigo regulamento, presumimos se daria quando tivéssemos a “fabrica ao lado da escola” – isto é, quando uma parte dos lucros da grande produção pudesse ser transformada em salário para o pequeno aprendiz, a exemplo do que se fez no Lyceu de Artes e Officios de S.Paulo. (MURICY, 1922, p. 17).

Tais intentos não chegaram a ser realizados, pois a Escola não chegou a obter os desejados “lucros da grande produção” que pudesse ser transformada em salário para os aprendizes. Após a saída de Muricy, da direção da Escola, os demais diretores continuaram reclamando da evasão escolar e das escassas verbas que dificultavam a manutenção da instituição e a aquisição de materiais de consumo para viabilizar o aumento da produção.

2.5 A aprendizagem por meio da relação mestre-aprendiz dentro da escola.

Os mestres da oficina da alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina eram alfaiates, provenientes das alfaiatarias da cidade de Florianópolis. No relatório anual do segundo diretor da Escola, Heitor Blum, referente ao ano de 1917 estão registradas, pelo então mestre de alfaiataria, Pedro Bosco, as instruções para o ensino do ofício de alfaiate.

Em seu relato Pedro Bosco caracteriza todos os passos que deveriam ser seguidos pelo mestre, para realmente habilitar seus alunos para o ofício de alfaiate. De acordo com seus registros o aprendizado deveria começar com o conhecimento dos diversos tipos de tecidos, seguindo-se a observação das máquinas e ferramentas de trabalho. Em seguida, o mestre deveria ir explicando e, ao mesmo tempo, solicitando aos alunos que executassem todos os trabalhos que poderiam ser feitos pelo alfaiate. Isto deveria ser feito de forma gradativa, para que no último ano do aprendizado, seus alunos estivessem de fato habilitados a executar qualquer trabalho de alfaiataria. Acrescenta ainda que, as explicações dadas pelo mestre deveriam ser claras para que os aprendizes pudessem compreendê-las bem, para poder colocá-las em prática.

As instruções a serem seguidas pelo mestre, a cada ano, durante os quatro anos do aprendizado, merecem ser aqui transcritas:

1º Anno – O mestre mostrará aos alunos as diversas fazendas que tem em sua oficina, explicando seu fabrico e preparação. Em seguida mostrará as diversas ferramentas e maquinas e ensinará a trabalhar com esses objetos.

Aprendizagem das diferentes espécies de pontos, enxuliar²⁵ a fazenda para não desfiar; tirar ensanchas²⁶ a ponto frouxo; pontos atraz²⁷ para fazer costuras; pontos espinhos²⁸ para ornarem os trabalhos.

Em summa o Mestre neste ano ensinará ao aluno tudo que for necessário para que nos annos seguintes possa compreender e trabalhar com algum proveito.

2º Anno – Continuação mais cuidadosa da aprendizagem; acolchoar frentes; acolchoamento para enchimento; guarnecer frente e forros, casear à inglesa e à bastarda; alinhar peças da obra passando-as a ferro; principiando a fazer bolços de calças, coletes e interior dos paletots.

3º Anno - Aperfeiçoamento da aprendizagem; entertellar²⁹ os dianteiros; fazer os bolços externos e os forros dos paletots; alinhar os dianteiros

²⁵ *Enxuliar*, de acordo com o alfaiate José Mello e Silva é o mesmo que *chulear*, ou seja, costurar a mão a borda do tecido para que este não desfie. Este ponto passou a ser feito a máquina, nos últimos trinta anos.

²⁶ *Ensanchas*, conforme esclarece João Régis, são as porções de pano deixadas a mais, como sobra, na costura de uma peça de vestuário, para se poder alargá-la quando for necessário. De acordo com o alfaiate José de Mello Silva (2002) para deixar ou retirar as sobras de tecido é preciso evitar que estas desfiem, costurando as bordas com ponto frouxo, antes feito a mão.

²⁷ Pontos feitos a mão, nas costuras internas, das peças de vestuário, conforme explica João Régis.

²⁸ Pontos feitos a mão para dar um bom acabamento as golas, aos bolsos dos paletós e das calças, de acordo com José Mello e Silva.

²⁹ O mesmo que colocar *entretelas* ou seja, como explica João Régis, acrescentar um pedaço de tecido de textura mais grossa, entre o forro e o tecido das golas, para que as mesmas fiquem com mais consistência e não deformem. As entretelas, antes coladas a ferro (próprio do alfaiate, sendo maior e mais pesado que

para pôr-se a obra em prova; guarnecer³⁰ os forros e frentes e explicações sobre a collocação das mangas e golas.

4º Anno - Revisão e mais: Preparar qualquer peça de obra com asseio e perfeição; exercício prático sobre o modo de determinar as peças de vários trabalhos e estudar as diferentes posições do corpo humano, para o bom desempenho de seu trabalho, cortes, feitios de obras de luxo.

Pedro Bosco

Mestre da Oficina de Alfaiataria (BLUM, 1917, p. 99).

Nestas instruções podemos observar como Pedro Bosco planejava e distribuía os conteúdos e os temas a serem tratados a cada ano. No processo de aprendizagem, por ele descrito, existe uma seqüência de procedimentos a serem seguidos ano a ano, para atingir um objetivo final, ou seja, a confecção de um conjunto de peças de vestuário que iriam compor um terno: a calça, o colete e o paletó.

O aprendiz iniciava seu aprendizado, conhecendo seus instrumentos de trabalho, os tecidos com os quais iria trabalhar e os diversos tipos de pontos que deveria conhecer e exercitar para que pudesse vencer cada etapa do aprendizado. Este conhecimento inicial era a base de todo o processo de aprendizagem. Os pontos eram, na grande maioria, feitos a mão, até mesmo aqueles utilizados para dar o acabamento final nas peças de vestuário.

Tratava-se, de um método de ensino exclusivamente empírico, próprio da prática de aprendizagem do ofício de alfaiate e que era oferecido por um mestre de alfaiataria, numa instituição escolar e não mais na própria oficina do alfaiate. Descobri-se finalmente, como romper com um processo de aprendizagem antes individual, complexo, evolutivo, envolvido em mistérios, para um de caráter coletivo (FIOD, 1999).

o ferro utilizado apenas para passar roupas), foram substituídas por entretelas auto-colantes, fabricadas pelas indústrias.

³⁰ Costura antes feita a mão, em qualquer parte interna da peça de roupa, a qual, de acordo com o alfaiate Carlos P. da Luz, serve para unir o forro ao tecido. Também chamada de bainha interna, porque não pode ficar visível.

No entanto, de acordo com os alfaiates entrevistados, apenas a própria prática cotidiana, de muitos anos de trabalho, poderia oferecer, entre muitos erros e acertos, os verdadeiros “segredos” desse ofício e a aprendizagem oferecida na escola, não incluía a experiência da prática diária, comum ao aprendizado nas alfaiatarias. Ao falar sobre seu aprendizado, o alfaiate João Régis fez questão de repetir por duas vezes, um ensinamento que obteve junto ao seu mestre de alfaiataria, Licério Camargo:

A última alfaiataria em que trabalhei, antes de me instalar por conta própria, foi a Alfaiataria do Licério Camargo, um grande mestre. Lá eu aprendi muito e foi ele que me incentivou a trabalhar por minha própria conta. Então em uma situação, eu disse para ele que não me sentia preparado, porque eu não estava conseguindo fazer tudo bem certo. Estava errando muito, mesmo trabalhando todo dia. Aí ele me disse: “Meu filho se não houver erro não há perfeição. Você tem que errar para poder acertar, para ter mais segurança”. E eu gostei disso e não esqueci nunca. Isto me incentivou muito. A gente não nasce perfeito, não é perfeito. A gente tem que errar pra acertar. Foi isto que trouxe pra mim a vontade de ter minha vida própria, minha própria alfaiataria. Então eu comecei a trabalhar, a pesquisar, a estudar e me aperfeiçoar todos os dias, até hoje.

Entre os primeiros formandos de Alfaiataria, do ano de 1917, estavam Mário Dias e Bráulio Dias que de acordo com Muricy (1922), se tornaram proprietários, no ano de 1921, da denominada *Alfaiataria Cometa*, na cidade de Florianópolis. No mesmo ano em que esses alunos recém formados tornavam-se proprietários desta alfaiataria, seu antigo proprietário, *Rodolpho Bosco*, era nomeado *mestre de alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina*. Os outros formandos do mesmo ano de 1917 foram: José Rodrigues da Cunha e Eugênio Antônio Correia. No ano de 1918, apenas dois alunos concluem a oficina de alfaiataria: Guaracy Joaquim dos Santos e João Quint; e em 1919 recebem o certificado de conclusão: José Carlos Carriço, João Gercino da Silveira e Jorge Jacques Lúcio M. Rachadel.

A esses alunos, bem como aos formandos do ano de 1920, além do certificado de conclusão do curso, foram dadas ferramentas de trabalho, no ano de conclusão da oficina, para que os mesmos pudessem iniciar sua vida prática, relativa ao ofício de

alfaiataria. As ferramentas relacionadas por Muricy (1921) eram: uma tesoura, um ferro de engomar, uma escova, um cepo de gola³¹, uma régua, uma medida³², sendo que sua distribuição implicava no grau de classificação obtido após os exames finais e a exposição anual dos artefatos.

2.6 As exposições realizadas pela Escola

As escolas de aprendizes artífices realizavam anualmente uma exposição dos artefatos de suas oficinas, para que fosse possível julgar o grau de adiantamento dos alunos e, a distribuição dos prêmios aos mesmos (FONSECA, 1986). A Escola de Santa Catarina, portanto, também realizava todos os anos, uma exposição dessa natureza.

Além dessas exposições anuais, em geral realizadas no final do ano letivo, a Escola de Santa Catarina, participa da grande Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922), na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1922³³. Para organizar a participação da escola, no evento seu diretor, João Candido da Silva Muricy, atendendo as determinações ministeriais, elaborou instruções para os professores, mestres e alunos, bem como uma relação dos artefatos que deveriam ser enviados para a Exposição do Centenário. Desta relação, destacaremos os artefatos da oficina de alfaiataria:

³¹ Peça, em geral de madeira, que servia de molde para a confecção de golas, de acordo com José de Mello Silva.

³² Também denominada “metro”, ou seja, fita utilizada para tirar medidas, com o comprimento de um metro.

³³ Esta exposição, concebida nos mesmos moldes de outras grandes feiras ocorridas em cidades da Europa e nos Estados Unidos, tinha como objetivo comemorar o centenário da nação brasileira, por meio da mostra das mais variadas mercadorias e “inovações tecnológicas”, entendidas como avanços que o país conhecera nos mais variados campos. Eram, no entanto, componentes fundamentais dessas exposições, a ideologia do progresso, do trabalho, da educação, da higiene e da saúde. Era importante expor ao mundo, um Brasil “moderno”, comparável aos países mais desenvolvidos. (QUELUZ, 2000).

ALFAIATARIA

- 1 Dolman e Cullote de flanela azul.
- 1 Paletot de casemira preta.
- 1 Paletot de casemira azul.
- 1 Paletot e colete de brim kaki.
- 1 Calça fantasia.
- 2 Colletes a fantasia.
- 1 Collecção dos trabalhos dos alumnos do 1º e 3º anno (35 peças).
- 1 Fardamento de brim para creança.
- 1 Collecção de desenhos dos alumnos do 2º anno.
- 1 Tratado de corte, do alumno do 4º anno, João Tonnera. (MURICY, 1922, p. 55).

Ao observarmos a relação de artefatos, podemos identificar peças próprias da vestimenta masculina da época como o dolman³⁴, o cullote³⁵ e os paletós. Com relação aos tecidos utilizados e suas cores, estão: a flanela azul, a casemira preta ou azul, e o brim, sendo este último também utilizado para as crianças. O aluno, João Tonnera, mencionado, no último item da relação foi, no ano de 1926, nomeado contramestre da oficina de alfaiataria da Escola (Fichas de Registro dos Funcionários da Escola, 1926).

Além daquela exposição, a Escola continuou realizando anualmente, sempre no último mês de cada ano, suas próprias exposições, as quais eram divulgadas pela imprensa da capital catarinense. As escolas de aprendizes artífices foram autorizadas, no ano de 1920, a vender ou leiloar publicamente, os artefatos das exposições. (MURICY, 1921, p. 10).

2.5 A produção da escola e a Caixa de Mutualidade

As escolas de aprendizes artífices a partir do ano de 1912 contribuíram com a renda de suas oficinas para o financiamento de suas próprias despesas. A renda era

³⁴ Ou *dólmã*, espécie de casaco ao estilo militar, como informa João Régis.

³⁵ O mesmo que *culote*, calça mais larga na parte superior e mais justa a partir do joelho, também seguindo o estilo militar, de acordo com José de Mello e Silva.

constituída do produto dos artefatos confeccionados em suas oficinas, bem como das obras e consertos por elas realizados.

É importante destacar que, já no próprio texto do Decreto 7566/1909 que criava as Escolas de Aprendizes Artífices, se estabelecia que a renda líquida de cada oficina deveria ser repartida em 15 cotas iguais: uma para o diretor da escola, quatro ao respectivo mestre e dez deveriam ser distribuídas para “todos os alunos da oficina, em prêmios, conforme o grau de adiantamento de cada um e respectiva aptidão” (FONSECA, 1986, v.1, p. 179). Essa determinação é alterada no ano de 1911, com o já mencionado *Regulamento Pedro de Toledo*, quando então, as cotas do diretor da escola e as cotas do mestre, num total de cinco, passam a ser depositadas em uma caderneta da *Caixa de Mutualidade*.

A Caixa de Mutualidade foi instalada na Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina no ano de 1913, com a denominação de *Associação Cooperativa e de Mutualidade*, organizada de acordo com o Art. 27, do *Regulamento Pedro de Toledo*. De acordo com esse artigo, passava a ser obrigação dos diretores das Escolas de Aprendizes Artífices, instituir uma associação cooperativa e de mutualidade em cada escola, a qual teria como finalidades:

- a) Promover e auxiliar medidas tendentes a facilitar a produção das oficinas, aumentando-lhes a renda, sem prejuízo do ensino;
- b) Promover o aperfeiçoamento dos produtos das oficinas;
- c) Promover a defesa dos direitos e interesses de seus associados;
- d) Desenvolver o sentimento de solidariedade humana entre os alunos;
- e) Socorrer os sócios nos casos de acidentes e moléstias, até seis meses em cada ano;
- f) Prover as despesas de enterro dos sócios que falecessem durante o período escolar;
- g) Entregar aos sócios, após concluírem a oficina na escola, ferramentas e utensílios indispensáveis ao desempenho do ofício;

Quando fosse conveniente e também de acordo com os fundos da associação, a diretoria poderia adquirir ou facilitar a aquisição de vestuários, livros e outros objetos úteis aos sócios, facilitando-lhes o pagamento em prestações (MURICY, 1922; FONSECA, 1986, v.1).

O regulamento falava também em pagamento, pelo governo, de diárias aos aprendizes, de forma que os de 1º e 2º anos recebessem a quantia de 100 e 200 réis respectivamente, destinados, no entanto, exclusivamente à *Caixa de Mutualidade*. Os alunos do 3º e 4º anos ganhariam 600 e 800 réis sendo-lhes facultada a contribuição para a referida Caixa (FONSECA, 1986, v.1, p. 185).

Da leitura dos relatórios de Blum (1916; 1917) e Muricy (1920; 1921) depreendemos que o pagamento das diárias em dinheiro aos aprendizes só foi efetuado nos anos de 1911, 1913 e 1916. Justificando falta de verba o governo federal suspendeu tais diárias em agosto de 1915, em caráter provisório. Tal fato foi contestado pelos diretores da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, entre eles Heitor Blum que em relatório de 1917 registra a diminuição do movimento da Associação *em virtude da extinção de seu principal elemento de progresso que eram as diárias distribuídas aos aprendizes*. Ele solicitava que a renda líquida das oficinas fosse distribuída aos aprendizes, em vez de ser recolhida à Delegacia Fiscal.

Outra questão a ser aqui considerada é o início da Primeira Guerra Mundial no ano de 1914. O Brasil, cuja economia estava voltada para a exportação, sofre as conseqüências, principalmente porque a guerra desorganizou o mercado internacional, trazendo assim, novas dificuldades para a exportação do café que novamente tem seu preço em declínio. Com a crise econômica que o país enfrentava o governo federal não foi capaz de manter o pagamento das diárias, suspendendo-as definitivamente com o Regulamento de 1918, trazendo um enfraquecimento maior das Caixas de Mutualidade (QUELUZ, 2000; FONSECA, 1986).

De qualquer forma, apesar da suspensão definitiva das diárias, a Caixa de Mutualidade da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina continuou - por meio dos depósitos espontâneos dos sócios-aprendizes e da renda das oficinas – a fornecer atendimento médico aos alunos, compra de remédios e compra de material para as oficinas (BLUM, 1916; 1917).

Em relatório do ano de 1921, o então diretor da Escola, João Cândido da Silva Muricy, registra a ocorrência de três acidentes com os aprendizes, todos eles socorridos imediatamente com os recursos da Caixa de Mutualidade. O mestre de alfaiataria, Pedro Bosco, foi o primeiro tesoureiro da Caixa da Mutualidade da Escola de Santa Catarina.

Segundo Almeida (2003), da renda arrecadada por meio das oficinas, 70% eram destinados à própria Escola, com os quais era adquirido o que fosse necessário para os trabalhos das oficinas, “sempre que as verbas oficiais estivessem em falta”. Do restante, 20% eram encaminhados à Associação Cooperativa e de Mutualidade e 10% distribuídos em prêmios, para todos os aprendizes, de acordo com o aproveitamento obtido.

Na opinião de Almeida (2002), a Associação Cooperativa de Mutualidade teria colaborado para que se iniciasse “oficialmente na Escola, o cooperativismo industrial que levou, a partir desse momento, direção, mestres e artífices a direcionarem todas as suas ações, não só ao ensino sistemático, mas também à produção, à renda e à lucratividade” (ALMEIDA, 2002, p.16). O autor observa, porém, que nos primeiros dez anos de existência da Escola, o processo de trabalho cooperativo foi muito mais representado pela denominada *produção ordinária*, do que pela denominada *produção industrial*.

A *produção ordinária* era entendida na época, como “o conjunto de trabalhos executados nas oficinas, como forma prática de demonstração do conhecimento técnico

assimilado”. Os trabalhos criados pelos próprios aprendizes sob a orientação dos mestres, eram colocados à venda, no então denominado Mostruário da Escola. Eram também incluídos na produção alguns trabalhos feitos por meio de encomenda.

A *produção industrial* era aquela baseada exclusivamente na encomenda prévia dos trabalhos, executados também pelos aprendizes, sob orientação dos mestres ou, até mesmo por outros artífices e operários contratados junto à comunidade, incluindo até mesmo algumas mulheres. Esse tipo de produção se desenvolveu de forma mais efetiva, a partir da década de 1920. Da renda bruta eram deduzidos valores em favor da Escola para cobrir despesas com energia, materiais e ferramentas de trabalho. Para a Associação Cooperativa de Mutualidade eram destinados 20% da renda e a distribuição dessa porcentagem em forma de cotas para os aprendizes ficava sob a coordenação da própria Associação (MURICY 1922; AZAMBUJA, 1930a ; 1930b).

A partir da década de 1920, de acordo com as instruções do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a produção das oficinas das Escolas de Aprendizes Artífices deveria ser vendável “como produto do comércio, bem acabado e barato” (SOARES, 1981, p. 71). No entanto, na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, seus diretores justificariam a impossibilidade de concretizar tal determinação legal, considerando a precariedade dos espaços físicos utilizados pelas oficinas (sempre com instalações provisórias), a dificuldade de reposição e manutenção das máquinas e ferramentas necessárias e a evasão dos aprendizes, a partir do segundo ano (MURICY, 1922; AZAMBUJA, 1930a).

2.6 As novas instalações e as reformas

As Escolas de Aprendizes Artífices recebem novo regulamento no ano de 1918. Entre as medidas estabelecidas pelo novo regulamento estavam: a criação de dois cursos noturnos; a diminuição da idade de ingresso dos alunos, de doze para dez anos; a

obrigatoriedade do curso primário para todos os alunos, exceto para aqueles que apresentassem certificado de conclusão deste curso; a necessidade de concursos para nomeação de diretores, professores e mestres.

Os cursos noturnos, com duas horas diárias de duração eram de desenho e de ensino primário, sendo destinados aos maiores de 16 anos, especialmente para os operários. Nos relatórios de Muricy (1920; 1922) há registro de que os cursos continuaram sendo procurados por operários de vários ofícios, incluindo pedreiros. Embora nos relatórios não haja indicação do número de matrículas, existem observações que se referem ao baixo índice de alguns anos, justificados por Muricy, “pela distancia que nesse tempo a Escola tinha das regiões de mais accumulção de operários” (MURICY, 1922, p. 8).

A criação dos cursos noturnos demonstra a intenção do governo federal com a qualificação profissional, ainda que esta continuasse a ser de nível primário:

Está pois em plena phase de execução a idéia [...] sobre os cursos noturnos de aperfeiçoamento, onde o operário, que aprendeu apenas praticamente no atelier, vem completar seus conhecimentos. (MURICY, 1922, p.15).

A oficina de alfaiataria continuava a ser oferecida apenas no período diurno, seguindo o mesmo programa anteriormente estabelecido e contando com o mesmo mestre, Pedro Bosco, que também auxiliava nos trabalhos da secretaria, por ser guarda-livros e por não dispor a Escola de outra pessoa, com o conhecimento necessário, para auxiliar nos trabalhos da Secretaria (MURICY, 1922, p. 10).

A Escola continuava reivindicando melhores instalações e uma remodelação das oficinas consideradas por seus diretores, ainda inadequadas para oferecer um ensino técnico de qualidade. As solicitações de Muricy ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foram atendidas no ano de 1920 quando, o então governador do Estado, Lauro Muller, põe à disposição da Escola dois terrenos, entre os quais o escolhido foi o da Rua Presidente Coutinho, uma chácara de propriedade do Coronel Pereira de Oliveira. Neste



Figura 5 - A escola remodelada – Fonte: CEFET/SC

espaço³⁶, a Escola se instalou provisoriamente nos primeiros dias de dezembro de 1920.



Figura 6 – Sala de Aula da Escola Remodelada. Fonte: FGV/CPDOC

As reformas do prédio e os projetos para a construção dos novos pavilhões, só foram iniciados no ano de 1921, ano em que as oficinas foram remodeladas. No dia 15 de novembro de 1922, o novo prédio da Escola foi oficialmente inaugurado. (Figuras 5 e 6).

Com a remodelação das oficinas e a reforma das instalações, o governo procurou colocar em prática, *o novo projeto de ensino industrial* das escolas de aprendizes artífices, que ficou conhecido

³⁶ No prédio ocupado pela Escola até o ano de 1962, foi instalada em 1963 a Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC até o ano de 1974; o Colégio de Aplicação no período de 1973-1977; a Prefeitura Municipal de Florianópolis (1981-1997); e desde o ano de 2001, a sede do BADESC.

como *projeto de industrialização*. A Escola de Santa Catarina, assim como as escolas de Curitiba, Campos (RJ) e São Paulo foram as escolhidas como prioritárias para a reforma. Para a realização desse trabalho foi criado, no ano de 1920, o *Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico*, cujo coordenador era *João Luderitz*³⁷.

Assim foram promovidas ampliações e criadas novas instalações nos prédios das escolas, sugerindo a elaboração de compêndios e manuais didáticos, relativos à tecnologia de ofícios, bem como a formulação de novos critérios para a aprendizagem. No ano de 1926, é estabelecido um currículo único que deveria ser comum a todas as escolas de aprendizes artífices. O novo currículo – expresso na *Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*³⁸ aprovada por portaria do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio a 13 de novembro de 1926 – passa a ter a duração de seis anos. Os *dois primeiros anos* eram dedicados à alfabetização e ao curso de desenho, considerados *como educação elementar e preparatória*, incluindo-se paralelamente a aprendizagem de trabalhos manuais³⁹ como um tipo de estágio pré-vocacional, para a prática dos ofícios. Nas quatro últimas séries, os alunos passavam para a aprendizagem técnica do ofício escolhido e para o qual a escola julgasse que o aluno possuía habilidades.

Por meio do novo currículo foram estabelecidas *oito seções de ofícios manuais* e uma destinada ao ensino de técnicas comerciais: *seção de trabalhos em madeira*, *seção*

³⁷ Engenheiro que dirigia na época, o Instituto Parobé – o qual foi equiparado às Escolas de Aprendizes Artífices – e que na década de 1940 foi nomeado o primeiro Diretor Nacional do Senai. O Instituto Parobé, de acordo com Fonseca (1986) foi considerado entre as escolas de aprendizes, a única que funcionava a inteiro contento, apresentando resultados animadores. Portanto, para compor a comissão conhecida como Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, foram escolhidos administradores e mestres deste Instituto (FONSECA, 1986, v.1, p. 201).

³⁸ O texto da Consolidação pode ser consultado na íntegra em FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986, v.1, p.246-266.

³⁹ No programa sugerido pela Consolidação e reproduzido no relatório de Muricy (1922, p. 46) consta que os trabalhos manuais deveriam ser de: tecelagem em vime, palha, bambu e fibra em geral ou cartonagem, incluindo-se também trabalhos em couro e tecido. No programa do Liceu Industrial de Santa Catarina, no entanto, não encontramos até o momento, nenhuma especificação com relação as modalidades de trabalhos manuais ensinadas.

de trabalhos de metal, seção de artes decorativas, seção de artes gráficas, seção de artes têxteis, seção de trabalhos em couro, seção de fabrico de calçados, seção de feitura do vestuário e seção de atividades comerciais.

A *oficina de alfaiataria* que passou a fazer parte da *seção de feitura do vestuário* ficou organizada da seguinte maneira:

1º ano – educação elementar e preparatória;

2º ano – educação elementar e preparatória;

3º ano – costura a mão;

4º ano – feitura e acabamento;

1º ano complementar – moldes e cortes;

2º ano complementar – especialização.

Não encontramos, até o momento, nenhum registro referente a alterações na distribuição da carga horária, que provavelmente continuou a mesma, ou seja, com a educação elementar e preparatória sendo realizada no período da manhã (9 as 11.30 horas) as oficinas no período da tarde (12 as 16 horas), havendo dois intervalos, no período da manhã (11.30 as 12 horas) e no da tarde (14 as 14.15 horas).

Com relação à utilização de manuais, compêndios ou livros didáticos, recomendados pela Consolidação, não encontramos nos relatórios e documentos da Escola, nenhuma menção de utilização deste tipo de material didático, seja para a educação elementar ou para a aprendizagem dos ofícios.

Durante toda a década de 1920, os discursos a favor industrialização das oficinas das Escolas, são intensificados e de acordo com o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simão Lopes, era necessário reformar de imediato, o ensino profissional que até então, não havia atendido as necessidades para as quais tinha sido criado. Em suas palavras ele explica:

O ensino profissional técnico é a base fundamental do progresso industrial dos povos; é preciso preparar na escola e nas oficinas o corpo

de operários capazes da transformação das nossas matérias primas nas utilidades reclamadas pelo consumo público tirando também daí os guias adestrados no manejo das diversas indústrias, que assinalarão o grau evolutivo do nosso progresso.

Sem tal organização fundamental, sem essa fonte permanente onde buscar operários hábeis e capazes, seremos eternamente tributários de outros povos, em cujo seio, teremos de ir buscar o homem para manipular as nossas riquezas e multiplicar as nossas energias produtoras.

Não faltam as nossas classes de trabalho elementos suscetíveis de agremiação e aperfeiçoamento, prontos a acudir a ação do governo na realização do grandioso projeto nacional.

As próprias classes medianas da sociedade, já libertas de injustificáveis preconceitos, estão cuidando da educação prática dos filhos, com outros objetivos fundados na escola democrática do trabalho profissional, que dá a fortaleza física e moral do homem, base de todas as conquistas da vida [...] todas as sedes dessas escolas com seu aparelhamento mecânico e os métodos de ensino deverão sofrer as transformações impostas pelas práticas mais modernas e eficientes. (LOPES, 1920, apud QUELUZ, 2000, p.157).

As escolas de aprendizes e artífices deveriam, portanto, de acordo com as palavras do ministro, ser adequadamente reformadas para de fato serem promotoras da educação profissional, considerada como essencial para a constituição da nação. Por meio da educação profissional, “base fundamental do progresso industrial dos povos”, estaria garantida nossa independência de outros povos, particularmente de seus operários qualificados. O trabalho, particularmente o trabalho industrial, de acordo com as palavras do ministro, já havia se estendido até as classes médias, também seduzidas por esta “ética revigorante e essencial para a vida em sociedade”, como expressa Queluz (2000, p.158). O novo modelo de escola técnica, como continua o autor, deveria estar voltado para “o padrão de produtividade industrial e formação eficiente do operário qualificado nacional”.

João Luderitz, o coordenador do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, ressaltava que as oficinas deveriam ser equipadas com máquinas e ferramentas que tornassem possível praticar um ensino que fosse além das ligeiras noções de trabalhos manuais e do ensino primário (SOARES, 1982). Com Luderitz, o Serviço de

Remodelação do Ensino Profissional buscou promover nas Escolas de Aprendizizes Artífices o deslocamento de um ensino empírico e demonstrativo, para um ensino dentro dos padrões e do ritmo da indústria, enfatizando-se as noções de tempo e produtividade, considerados absolutamente necessários ao desempenho das funções de um operário.⁴⁰

De acordo com Soares (1982), estes procedimentos já haviam sido implantados no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, desde o início da década de 1920, mas apenas a partir de 1926 são adotados nas escolas de aprendizes artífices. Na maioria das escolas, incluindo-se a de Santa Catarina, *a industrialização das oficinas* consistiu, fundamentalmente, em autorizar os diretores das escolas a aceitar encomendas de particulares e de repartições públicas, desde que aqueles que as fizessem, fornecessem a matéria prima, pagando à própria escola a mão-de-obra e as despesas adicionais (SOARES, 1982). Autorizava-se também, dispondo a escola de matéria prima, que a mesma realizasse a encomenda, incluindo-a no orçamento geral.

Para o orçamento de cada artefato, deveria ser incluído: o valor do material utilizado; o valor das horas de trabalho de alunos e diaristas (operários contratados para as empreitadas e autorizados pelo Serviço de Remodelação); o valor do desgaste das máquinas e sobre o valor de cada obra, no máximo 20%, como lucro da instituição. Do lucro obtido, 20% seriam destinados à Caixa de Mutualidade e 10% para premiar os aprendizes. Confirmava-se também, novamente que os diretores das Escolas, ficavam

⁴⁰ Em Circular do Serviço de Remodelação do Ensino Técnico, do ano de 1926, Luderitz assim descreveu sua posição: “Proporcionar às oficinas escolares o necessário movimento industrial, para que a prática da oficina e a efetiva aprendizagem dos alunos sejam uma realidade. Com efeito, para a eficiência do ensino industrial é absolutamente imprescindível que as escolas trabalhem em larga escala, num regime caracteristicamente produtivo de atividade intensiva, em que o aprendiz se torne capaz de aquilatar do valor de uma hora de tempo, de um dia de trabalho; é indispensável que o aprendiz se torne apto a executar com perfeição uma dada obra em ‘tantas horas’ de trabalho, este resultado só se pode obter mediante regime de trabalho industrial, pois o simples regime educacional, ou de ensino profissional demonstrativo é insuficiente para produzi-lo” (LUDERITZ, 1926, apud QUELUZ, 2000, p.176).

autorizados a utilizar 70% da renda líquida, para adquirir matéria prima, apenas quando faltassem as verbas (QUELUZ, 2000; FONSECA, 1986).

A ideologia da *escola como fábrica*, a organização das oficinas, *divididas em seções* refletiam a aceleração do processo de industrialização do país e a urgência em adestrar, treinar e preparar a força de trabalho necessária para a indústria. A premiação pela produção dos aprendizes serviria de estímulo para garantir a preparação dessa força de trabalho.

A tese da *industrialização das Escolas*, de acordo com Cunha (2000a, p. 76) se tornava vitoriosa contra a tese dos que a combatiam, mediante a argumentação da dificuldade de conciliar aprendizagem com produção, “pois esta acabaria por se impor àquela, o que deturparia a finalidade das escolas”.

No ano de 1930, o então diretor da Escola de Santa Catarina, Gabriel Alencar de Azambuja,⁴¹ assim se expressava quanto a essa questão:

A industrialização tem de se impor como a resultante de duas forças novas concatenadas progressivamente num ambiente adequado, nas oficinas: a produção variada, factor de sua vida intensa e completo adestramento dos artífices; e o apoio dos mesmos, por meio das gratificações extraordinárias, assim creadas, fundamento para a sua indispensável permanência.

Entretanto, comentarão os adversários da industrialização, poder-se-ia ter intensificado a produção aceitando igualmente encomendas, pelo regime ordinário.

Tal processo não era praticável porque o pagamento de diárias dos aprendizes, sob esse regime, resultou contraproducente e, até 1927, a verba distribuída para matéria prima apenas alcançou uma media de seis contos por escola, correspondente, portanto, a uma quota annual de 1;200\$000 por oficina ou aproximadamente, 100\$000 por officina-mez. Cabe, então, a seguinte pergunta: que restava fazer a um mestre, com seu contra-mestre, e uma turma maior de 30 aprendizes com essa formidável matéria prima no valor de cem mil reis, durante um mez? (AZAMBUJA, 1930, p. III).

Gabriel Alencar de Azambuja, além de incentivar a industrialização da escola, criticava a falta de verbas como responsáveis pela baixa produtividade das oficinas e,

⁴¹ Gabriel de Alencar Azambuja foi o quarto diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, no período de 1929 a 1931.

portanto, da escola. Em outro trecho de seu relatório ele justifica essa questão, utilizando como exemplo, a oficina de alfaiataria:

A intensificação da produção industrial, precisa, como meios de sucesso, da coexistência das circunstâncias abaixo:

1) que a Escola possa dispor de pequeno stock de artigos variados, por exemplo, na alfaiataria, para a escolha dos clientes e preferências pelo regime das empreitadas completas;

2) que as oficinas consigam melhor eficiência, quanto ao rendimento e a qualidade do producto;

3) que haja uma relação de dependência entre a secção industrial e a mestrança, afim de que o trabalho industrial contribua para o complemento da educação profissional;

[...]

É perfeitamente compreensível que um cliente da secção industrial, habituado a escolher sem restrições, por exemplo, numa alfaiataria os seus modelos, fazenda e aviamentos, difficilmente se adaptaria a um regime opposto, a encommendar confecções sem maior exame do material.

Um provisionamento completo, somente para uma Secção de Feitura de Vestuário, custaria somma regular e acho cedo para se cogitar de offerecer as mesmas commodidades que as officinas particulares; porem não há como fugir a necessidade de se fazer alguma cousa nesse sentido. (AZAMBUJA, 1930, p. III).

Novamente, Azambuja ressalta as vantagens da industrialização da escola como única forma de aprender fazendo trabalhos que tivessem *utilidade imediata* e, portanto, garantissem a produtividade da escola exigida e cobrada anualmente, pela recém criada Inspeção do Ensino Profissional Técnico no ano de 1930.

Também no ano de 1930, ainda no governo provisório de Getúlio Vargas, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, já assinalando a possibilidade de uma política centralizada e unificada para o ensino profissional. As escolas de aprendizes artífices deixam de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública. No mês de novembro do mesmo ano, é criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e desde então, vão sendo regulamentados os sindicatos, as jornadas de trabalho (oito horas), o trabalho das mulheres e dos menores (proibição do trabalho para menores de 14 anos). Aumenta a necessidade de controle da sociedade do trabalho e principalmente

dos trabalhadores que deveriam permanecer vinculados ao Estado, e a ideologia dominante, para frear as possibilidades de formação de organizações operárias, capazes de construir uma identidade política própria.

Em 1934, é promulgada a Constituição do País e em 1937, após o golpe de Getúlio Vargas e a criação do Estado Novo, nova Constituição substitui a de 1934, dando outra estrutura ao Ministério da Educação e Saúde (do qual também é suprimido o termo *pública*). Neste mesmo ano as Escolas de Aprendizes e Artífices passam então a ser denominadas *Liceus*. A Escola de Santa Catarina é transformada em *Liceu Industrial de Santa Catarina*, subordinado, assim como os demais liceus, à Divisão do Ensino Industrial, desde então, órgão do Departamento Nacional de Educação.

Como esclarece Manfredi (2002, p.94) a idéia de educação profissional para o trabalho assalariado e para o emprego, foi se tornando cada vez mais hegemônica e os métodos de ensino, por sua vez, cada vez mais imbuídos de uma racionalidade técnica, em razão da predominância da “organização científica (capitalista) de trabalho”.

No entanto, os programas para o curso primário e oficinas sofreram poucas alterações. Os programas das oficinas continuaram a ser formulados pelos mestres, mas ainda submetidos à apreciação do diretor da escola e do ministro. No quadro de matérias curriculares do Liceu Industrial de Santa Catarina, foram acrescentadas as disciplinas de: Português para o 1º ano pré-vocacional; Geometria, Geografia, História Pátria, e Instrução Moral e Cívica a partir do 2º ano pré-vocacional; Tecnologia, Desenho Geométrico e Desenho Industrial a partir do 3º ano (1º ano profissional); Geometria aplicada, Física Experimental, Noções de Química, Noções de Trigonometria, História Natural, Escrita e Correspondência, a partir do 5º ano (3º ano profissional); Noções de Mecânica, no 6º ano (4º ano profissional). O curso de desenho continuava a ser essencial e obrigatório a todos os alunos.

No ano de 1938, o Liceu Industrial de Santa Catarina matriculava os primeiros alunos-bolsistas provenientes do interior do Estado de Santa Catarina. No início os alunos foram hospedados em casas de família. A partir de 1939, em pensões, também como uma solução paliativa que não trouxe resultados até que, na década de 1940, foi possível reuni-los num mesmo espaço físico à Rua Esteves Junior, local onde foi instalado o Internato do Liceu Industrial.

O período que tem início na década de 1920 e se estende por toda a década de 1930 foi marcado pelas reformas nos currículos, nas oficinas e nas próprias instalações da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, que se transforma em Liceu Industrial. No entanto, outras reformas ainda estavam por vir, particularmente na oficina de alfaiataria.

CAPÍTULO III: O PERÍODO DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: 1942 a 1968.

3.1 O Liceu se transforma em Escola Industrial.

O Liceu Industrial de Santa Catarina passa a ter outra denominação a partir de fevereiro de 1942: Escola Industrial de Florianópolis. Após o Decreto-Lei nº. 4073, de 30 de janeiro, a Lei Orgânica do Ensino Industrial⁴² - a partir da qual, a intenção é unificar a organização deste ensino, em todo território nacional - busca-se padronizar o ensino de ofícios. Do mesmo ano é também o Decreto-Lei nº. 4.127 de 25 de fevereiro, que estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. A grande inovação era agora o deslocamento de todo ensino profissional para o ensino secundário, na época denominado ginásio. Assim, o ensino primário ficava restrito a um conteúdo exclusivamente geral. (MACHADO, 1989; CUNHA, 2000c).

As palavras de ordem, deste momento histórico na sociedade brasileira eram: nacionalismo e industrialização. A ordem era crescer internamente cada vez mais, para cada vez menos depender do exterior. Neste sentido, o Estado brasileiro, procura impulsionar a formação do mercado interno, intensificando a produção industrial. O Estado Novo que já assumira a industrialização como meta, precisava então, ocupar-se com a qualificação da força de trabalho, assunto que já havia sido incluído na Constituição de 1937.

⁴² No texto da Lei Orgânica do Ensino Industrial, criada na época em que Gustavo Capanema era Ministro da Educação (1934-1945) ficou estabelecido que as *escolas industriais* deveriam ser *destinadas a menores que não trabalhassem*, enquanto as *escolas de aprendizagem*, também criadas pela mesma Lei, deveriam ser *destinadas a aprendizes que estivessem empregados na indústria*. A Lei também fazia distinção quanto ao destino da aprendizagem. Os cursos industriais eram destinados “ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”. Os cursos de aprendizagem eram “destinados a ensinar metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob o regime do horário reduzido, o seu ofício” (FONSECA, 1986, v.2, p. 92).

A intensificação da produção industrial exigia, cada vez mais, um maior número de operários qualificados. Desde a Primeira Guerra (1914-1918), passando também, pela crise de 1929, aumentaram as condições favoráveis à industrialização. A Segunda Grande Guerra (1939-1945) também favorece o desenvolvimento da indústria brasileira, pois com a dificuldade das importações, amplia-se o mercado interno, para o produto nacional. Novas demandas de produtos e novas necessidades vão sendo criadas. Em Florianópolis, principalmente após a Segunda Guerra, o ritmo de desenvolvimento econômico vai sendo acelerado como resultado do desenvolvimento geral de todo o Estado.

Na Escola Industrial de Florianópolis, as antigas oficinas passam, por força dos novos regulamentos, à denominação de *cursos industriais básicos* . Porém, os ofícios oferecidos, ainda continuam sendo praticamente os mesmos: Cerâmica, Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Fundição, Mecânica de Máquinas, Carpintaria, Tipografia e Encadernação. Agora, no entanto, esses cursos correspondem ao *ensino secundário* , e não mais ao primário, voltando o currículo com a duração de quatro anos. Além deles, a escola passa a oferecer também os denominados “cursos de mestria”, para a preparação daqueles que, já diplomados em curso industrial, se candidatassem ao exercício do ensino de um ofício, na Escola. Porém agora, para ingressar em qualquer curso era necessário passar por um exame de admissão, incluindo-se também os testes de aptidão física e mental (ALMEIDA, 2002; FONSECA, 1986).

De acordo com as Fichas de Registro dos Alunos, (ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS, 1942; 1944; 1946), as disciplinas são divididas em: disciplinas de cultura geral e disciplinas de cultura técnica. No primeiro grupo, ficaram as matérias curriculares comuns às quatro séries industriais: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia do Brasil (apenas na 1ª e 2ª séries); História do Brasil

(apenas na 3ª e 4ª séries); Desenho Técnico e Tecnologia (a partir da 2ª série). Os alunos matriculados na 1ª série industrial deveriam, além de cursar as disciplinas de cultura geral, participar de um *sistema de rodízio* no grupo de disciplinas de cultura técnica, ou seja, deveriam ter aulas práticas em todos os cursos da escola durante o primeiro ano de aprendizado. Apenas ao final do primeiro ano letivo e, de acordo com o desempenho e aptidão demonstrados nas várias disciplinas práticas, os alunos seriam encaminhados para o curso que seguiriam, a partir da 2ª série industrial.

3.2 A Oficina de Alfaiataria se transforma em Curso de Alfaiataria.

No ano de 1942, a *Oficina de Alfaiataria*, passa à denominação de *Curso de Alfaiataria* e pertence à Seção de Artes Industriais, nas quais também estavam incluídos



Figura 7 – Aula da Oficina de Alfaiataria no ano de 1939. Ao centro, Pedro Medeiros, na época, ainda aluno da Escola.
Fonte: CEFET/SC

os cursos de: Marcenaria e Cerâmica. Do quadro de matérias técnicas do Curso de Alfaiataria faziam parte, em todos os anos, as disciplinas de: Corte, Costura, Confecção de Calças e Coletes, Confecção de Paletós, Confecção de Uniformes e de Obras de

Cinta⁴³ (ALMEIDA, 1986; ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS 1943; 1946; 1947).

⁴³ Esta disciplina dizia respeito a aprendizagem da confecção de trajes de gala masculinos, como: smokings (conjunto de calça e paletó, geralmente preto, com lapelas de cetim) e fraques (conjunto de calça e paletó, sendo o paletó mais curto na frente e com longas abas atrás), conforme explicação

Os cursos de mestría, que tinham a duração de apenas dois anos, foram ministrados na Escola Industrial de Florianópolis, até o ano de 1953. Na primeira turma, formada em 1943, estava Pedro Medeiros, ex-aluno do Liceu Industrial (Figura 7) que em 1946 é nomeado Professor do Curso de Alfaiataria da Escola, permanecendo no cargo até o ano de 1967. Em 1952, o alfaiate Laélio Pereira, também ex-aluno da Escola, é nomeado artífice auxiliar (antigo contramestre) do curso de alfaiataria, permanecendo neste cargo, até 1968. (ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS, 1945-1968).

O alfaiate e professor da escola, Pedro Medeiros (1923-1990) permaneceu como professor da Escola Industrial, por mais de 20 anos. De acordo com sua esposa, Nahir Medeiros (86 anos) e seu filho Paulo Roberto Medeiros⁴⁴:

Nahir Medeiros: Ele era muito admirado e respeitado por todos da Escola, até os alunos mais rebeldes gostavam dele. Até, eu me lembro, teve um aluno que veio, acho que transferido de outra escola e que não queria saber de nada. O Pedro dizia que ele era muito difícil, não era Paulo Roberto? (perguntando ao filho).

Paulo Roberto: É isso mesmo. Era um aluno que não parava em nenhuma escola e o pai então deu um jeito nele. Muitos anos depois, ele veio agradecer ao pai, por tudo que ele havia feito, até pelas broncas! Só não me lembro mais do nome dele.

Nahir Medeiros: Durante todo o tempo que o Pedro esteve na Escola, não houve quem falasse mal dele. Nunca! Sempre admirado, muito respeitado, pois ele era muito educado e elegante. Não é Paulo Roberto? Sempre de terno, sempre elegante. Principalmente nas festas de formatura da Escola, que a gente ia. Ah! Isso eu me lembro bem. Todo mundo muito elegante, os alunos todos de terno, todo mundo muito bem vestido. Era muito bom ir a esses bailes de formatura lá no Lira. As formaturas da escola eram bem famosas.

Ainda de acordo com os depoimentos de Nahir e de Paulo Roberto, Pedro Medeiros também possuía um pequeno *atelier*, nos fundos de sua casa, onde, a partir do

fornecida pelo alfaiate de Florianópolis, José Mello e Silva (79 anos), em entrevista concedida em agosto de 2002.

⁴⁴ Paulo Roberto Medeiros, participa da entrevista que sua mãe, Nahir Medeiros concede a Maria Cristina Cintra em outubro de 2003.

ano de 1958, ele também trabalhava, além de dar aulas na Escola Industrial. Ele confeccionava ternos e calças, principalmente para a vizinhança, sendo bastante solicitado. Assim, ele conseguia ganhar um pouco mais, porque seu salário na escola, de acordo com Nahir, não era muito bom. Relembrando o tempo em que Pedro Medeiros trabalhava também como alfaiate, Nahir nos narra que

ele acordava bem cedo, muitas vezes às quatro horas da manhã e ficava até tarde trabalhando porque, quando ele prometia uma coisa para um cliente, ele tinha que cumprir custasse o que custasse. Então ele trabalhava até acabar o que tinha prometido, para entregar no prazo certo. Ele era muito correto. E a época que ele tinha mais encomenda era a época de natal, de ano novo. Muita gente, senhores, rapazes daqui do bairro vinham solicitar serviço a ele e então o trabalho aumentava e por esta razão ele ficava trabalhando até de madrugada.

O alfaiate Laélio Pereira, (1921-1995), artífice auxiliar de Pedro Medeiros, foi entrevistado por Maristela Rosa no ano de 1993. Em sua monografia, a autora relata que Laélio, após concluir em 1940, o curso de alfaiataria na Escola Industrial de Florianópolis foi trabalhar com o alfaiate “Dedinho” em Biguaçu, lá permanecendo como alfaiate, durante mais de dez anos. No ano de 1952, recebe o convite para trabalhar como auxiliar de Pedro Medeiros, no curso de alfaiataria. De acordo com as informações fornecidas por Laélio Pereira, registradas por Maristela Rosa (1993), o curso de alfaiataria da escola, possuía um currículo organizado na seguinte ordem: primeiro o conhecimento do manuseio da máquina, depois os pontos, pregar botões, chulear, o caseado. Depois os alunos aprendiam a confeccionar os bolsos, as calças, até chegarem aos paletós. Os alunos faziam seis fases (uma para cada semestre), até se formarem, quando então deveriam entregar um terno pronto, geralmente o de sua formatura.

O ex-aluno e ex-professor da Escola (no período de 1943 a 1976), o advogado René de Abreu Pacheco freqüentou as aulas práticas do curso de alfaiataria, pelo

sistema de rodízio. Ele diz que o terno a ser concluído no final do curso era o terno da formatura. Ao recordar esta época, ele relata:

Além do terno, que o próprio aluno fazia, a Escola dava na época da formatura: o sapato, chamado na época de *sapato carioca*; meia preta, gravata borboleta, camisa e além disso, dava o corte pra fazer o terno que era em geral, *Casemira Aurora*. Como eu também fui almoxarife da Escola, eu lembro bem dos tecidos e da qualidade deles. Assim, a Escola ajudava os formandos na confecção de seus ternos de formatura. Essa era uma das épocas que a Alfaiataria da escola tinha mais trabalho: a época da formatura.

Ainda de acordo com René de Abreu Pacheco, havia bailes de formatura, onde os alunos usavam os ternos que haviam confeccionado. Além dos ternos, os alunos do curso de alfaiataria confeccionavam uniformes para a escola, fantasias que eram solicitadas na época do carnaval, e outras peças de roupa encomendadas por instituições ou repartições públicas, como: calças, paletós, ternos. Tudo que a escola necessitasse com relação à corte e costura, era feito pelos alunos e professores do curso de alfaiataria (PACHECO, 2003).

No ano de 1942 é criado o SENAI. Em 1943, de acordo com Fonseca (1986, v.5) e Cunha (2000c), o SENAI é instalado em Florianópolis, a princípio com apenas cinco escolas, sendo quatro delas no chamado *regime de acordo*. A primeira parceria foi com a Escola Industrial de Florianópolis; a segunda, com a Empresa Garcia de Blumenau; a terceira com a Companhia Hering S.A, também de Blumenau; a quarta parceria foi feita com a Eletro Aço Altina S.A. de Blumenau; e a quinta, com uma empresa de Joinville que não foi mencionada por Fonseca (1986). Só no ano de 1946 é que foi instalada a Escola SENAI de Florianópolis. Portanto, até o ano de 1945, o SENAI funcionou em parceria com a Escola Industrial de Florianópolis e até 1947, com as empresas mencionadas. Não foram identificados os cursos oferecidos pelo SENAI, durante o período de parceria com a Escola Industrial.

Em 1944, as bolsas de estudo que eram concedidas aos alunos do Liceu Industrial, pelas prefeituras, foram reajustadas (CR\$ 1.400.00), permitindo assim que a escola adquirisse para cada bolsista matriculado, um pequeno enxoval. Em 1947, a escola oferece 122 de bolsas de estudo, sendo 48 mantidas pelo governo estadual e 74 pelas prefeituras. Porém só na década de 1950 a escola conseguiu oferecer bolsas à quase totalidade dos alunos matriculados, podendo mantê-los em regime de internato (ALMEIDA, 2002).

Na opinião do ex-professor da Escola, René de Abreu Pacheco:

O pessoal do internato aproveitava muito mais, pois, como a maioria dos alunos descendia de famílias menos favorecidas e com menor grau de instrução, quando o aluno voltava pra casa não conseguia estudar.

Não havia aquela complementação necessária que deveria haver, com os pais ajudando. No internato não. Eles se reuniam, pra bagunça, afinal eram crianças ainda, mas também para o estudo. Além disso, como a maioria dos alunos vinha de longe: São José, Lagoa, Rio Vermelho, demoravam muito para chegar à escola, pois vinham a pé. Muitos, além de ter que levantar muito cedo, para chegar a tempo na escola, ainda tinham que ajudar nos afazeres da casa. Portanto vários alunos, assim que conseguiam algum conhecimento, porque eles já se davam bem na prática, já tinham alguma experiência, saiam para trabalhar nas oficinas da cidade ou do estado.

Era muito comum largar o curso. Os alunos do curso de alfaiataria saiam da Escola pra trabalhar nas alfaiatarias, que naquele tempo eram muitas: o Carioni, o Bonassis, o Mello, o Fornerolli, o Brito e muitos outros que agora não me lembro.

No internato eles tinham além de tudo, todas as refeições: o lanche da manhã, o almoço, o lanche da tarde e a janta. Muitos iam para a escola porque a escola dava comida.

René de Abreu Pacheco ao referir-se ao internato, na década de 1950, acrescenta, também, que muitos alunos só conseguiam estudar porque havia as bolsas e o internato, fatores que, na sua opinião colaboraram para o aumento de matrículas na Escola, e para um maior acesso ao aprendizado profissional, mas não conseguiram resolver a questão da evasão escolar. Ele acrescenta que na década de 1950, o número de formandos do curso de alfaiataria, sempre foi menor que o de alunos matriculados.

Os mesmos velhos problemas são novamente apresentados, apesar da nova estrutura oferecida pela escola. Agora, porém, a falta de alimentos, de roupas e de adequadas instalações, problemas que fizeram parte das sucessivas reclamações dos antigos diretores da Escola, já haviam sido em grande parte solucionados. Com certeza, não era possível perceber que se tratava de uma questão histórica e social, determinada pelas transformações no modo de produzir a vida, nas novas relações sociais de produção do sistema capitalista. Na sociedade centrada na acumulação não há espaço para discutir e resolver o que é mais essencial: a organização social dos homens, de suas relações, de seu próprio modo de produzir a vida.

Com a colaboração de alunos e professores, a escola começa a publicar em 1946, a revista *Arte e Indústria* e o jornal *Nossa Folha*. No primeiro número da revista há uma pequena nota sobre o *Curso de Alfaiataria*, que recebera novas instalações e “se encontrava em fase de acentuado progresso”. No mesmo número da revista, algumas frases, colocadas ao final das páginas, assim como alguns textos de alunos da escola, merecem ser transcritos:

Mocidade catarinense: o nosso Estado é bastante industrial, as indústrias oferecem-te um campo imenso para teu desenvolvimento intelectual e técnico (ARTE & INDÚSTRIA, 1946, p.9).

Brasileiros. Em todos os ramos do progresso humano são necessários os especialistas. As Escolas Técnicas do Brasil estão habilitadas a prepará-los. Prepara-te, pois, se quizeres ser um bom patriota, ajudando a engrandecer tua Pátria. (ARTE & INDÚSTRIA, 1946, p.12).

O OPERÁRIO

É digno do nosso respeito e admiração. Se ele não existisse, quem levantaria nossos lares?

Que adiantaria o ouro, de que tanto se orgulha o Brasil, se não houvesse quem o extraísse do fundo da terra, para o adorno dos ricos e poderosos?

Quem mais colheria o trigo e fabricaria nosso pão com que nos alimentamos?

Sabe-se que sem ele, as pérolas dormiriam eternamente no fundo dos oceanos.

A tarde, quando mais uma vez regressa ao lar, olha o sol e, com um sorriso iluminando seu rosto, ergue as mãos calejadas ao céu, pedindo a Deus que o proteja, para que amanhã levante ainda mais alegre, para voltar ao seu humilde trabalho.

Valcioni Teodoro – Aluno da 3ª série.(ARTE & INDÚSTRIA,1946, p.18)

O TRABALHO

Hei de lamentar, mas é isso que minha consciência manda. Teria eu nascido para dormir?

Não... Nasci para desenvolver minha energia. Para trabalhar.

O trabalho é uma lei da natureza é a única felicidade do homem.

Assim fala o grande escritor e poeta Brasileiro, Rui Barbosa:

- “O que se desperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir ou as tardes de cansado labutar”.

Flávio Lopes da Costa – Aluno da 2ª série (ARTE & INDÚSTRIA, 1947, p. 21).

Nos textos e frases que acabamos de citar, percebemos traços do trabalhismo e do nacionalismo, característicos daquele momento histórico. Era preciso acreditar que o progresso do Brasil estava nas mãos daqueles que por ele iriam trabalhar, para construir uma nação melhor: os operários que não poderiam desperdiçar seu tempo, devendo ocupá-lo apenas com o trabalho.

No jornal *Nossa Folha*, destacava-se o valor da indústria brasileira, conforme artigo transcrito abaixo:

É verdadeiramente notável o que se passa dentro de nossa pátria nestes últimos anos.

Por debaixo de todas as violências de uma guerra ou por detraz das encarniçadas lutas políticas, vem surgindo um braço, é a indústria brasileira.

A nossa produção industrial principalmente a mecânica alcança nesta época com uma rapidez, diferente de qualquer outra nação, que tenha passado pelas situações embaraçosas em que o povo brasileiro se vê envolvido, um nível quase igual aos maiores rivalizadores mundiais.

Anos atrás já existia a nossa indústria mas, uma indústria fracassada, sem apoio nenhum do governo.

O governo do Dr. Getúlio Vargas foi sem dúvida uma chave para o nosso movimento industrial.

[...]

A marcha nos nossos dias é negra, para as indústrias, mas esperamos que o governo se prontifique a liquidar todas as barreiras que se impõem a saída dos nossos produtos.

O principal obstáculo ao produto nacional é a indústria norte-americana. Fazem os norte-americanos todos os esforços para liquidarem, pela concorrência, todas as nossas fábricas.

Nem por isso nosso progresso deixa de existir, apesar do pessimismo de muitos indivíduos que tentam, por todos os meios, implantar uma propaganda de desprestígio ao produto nacional (NOSSA FOLHA, 1947, p.1).

3.2 Na década de 1950, novas transformações:

No ano de 1950, a escola divulga em edital, publicado no jornal O Estado, a abertura das matrículas, para ambos os sexos. Eis a transcrição integral do Edital:

ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS

Chama-se a atenção dos interessados para o Edital de Matrícula para a admissão de alunos no corrente ano, publicado no Diário Oficial do Estado de 4 de janeiro, esclarecendo que os cursos de Tipografia, Encadernação e Alfaiataria, terão frequência para ambos os sexos (O ESTADO, 14 jan. 1950, p.3; 17 jan. 1950, p.2).

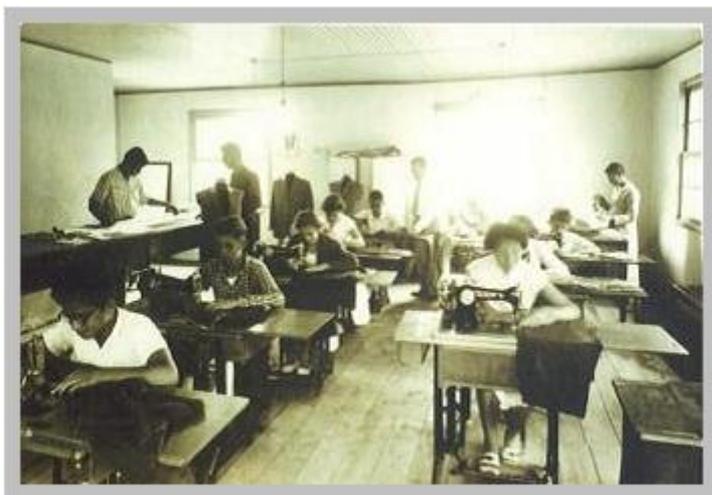


Figura 8 – Aula do Curso de Alfaiataria em 1955. Ao fundo, Prof. Pedro Medeiros. À direita, a presença feminina na escola.
Fonte: CEFET/SC

Portanto, de acordo com o Edital, a partir daquele ano, a Escola Industrial de Florianópolis passava a incluir mulheres, entre seus alunos. De fato, no ano de 1950, a Escola registra, pela primeira vez nos exames vestibulares, a inscrição de candidatas do sexo feminino.

Nos requerimentos de inscrição aos exames vestibulares, encontramos nove mulheres inscritas, no ano de 1950, das quais, duas escolheram o Curso de alfaiataria, quatro o de Tipografia e três, o de Encadernação. Pela primeira vez, a escola registra no Curso de

Alfaiataria, a presença de mulheres que demonstram aceitar um *duplo desafio*: estudar em uma escola, tradicionalmente voltada à admissão de alunos do sexo masculino e buscar o aprendizado de um ofício também tradicionalmente masculino (Figuras 8 e 9).

No período de 1950 a 1958, de acordo com levantamento feito por Almeida (2002, p. 49), o total de candidatos inscritos nos exames vestibulares, foi o seguinte:

1950 – 153 homens e nove mulheres.

1951 – 135 homens e 15 mulheres.

1952 – 141 homens e 10 mulheres.

1953 – 203 homens e 12 mulheres.

1954 – 172 homens e oito mulheres.

1955 – 131 homens e 17 mulheres.

1956 – 116 homens e nove mulheres.

1957 – 136 homens e 11 mulheres.

1958 – 186 homens e 19 mulheres.



Figura 9 – Alunas do Curso de Alfaiataria da década de 50 assistem aula do Prof. Pedro Medeiros.
Fonte: Acervo Fotográfico de Hahir de Andrade Medeiros.

Faltam a estes dados, que indicam o início da presença de mulheres na Escola Industrial, informações relativas ao curso que estes candidatos pretendiam freqüentar. Vários requerimentos de inscrição aos exames

vestibulares não foram localizados, restando apenas como fonte para consulta, algumas Fichas Individuais dos Alunos bem como Livros de Registro dos Alunos, ambos com

lacunas no período de 1949 a 1958. De acordo com os dados, a grande maioria das alunas matriculadas no curso de alfaiataria, desistia do curso ao final da primeira ou da segunda série.

No entanto, no ano de 1955, a aluna *Amélia dos Reis Ouriques*, conseguiu concluir a quarta série do curso de alfaiataria, tornando-se assim *a primeira mulher a concluir um curso na Escola Industrial de Florianópolis*. Em entrevista concedida a Alcides Vieira de Almeida⁴⁵, ela declarou: “Matriculei-me na Escola no Curso de Alfaiataria, pensando que estava ingressando num curso de corte e costura” (ALMEIDA, 2002, p. 49). Ainda de acordo com Almeida, a ex-aluna também informou que após concluir o curso, passou a trabalhar como costureira, em sua própria residência.

No ano de 1961, de acordo com os registros escolares, mais três mulheres concluíram o curso de alfaiataria da Escola Industrial: Lenita Lea Gonçalves, Nair Pulqueira dos Santos e Fermínia Maria Luiz.⁴⁶ Porém, não encontramos nenhum registro de mulheres alfaiates na cidade de Florianópolis, no período de 1950 a 1970. Os alfaiates entrevistados também não têm conhecimento da existência de mulheres que tenham exercido o ofício de alfaiate neste período.

De acordo com o ex-professor e coordenador de ensino da Escola Industrial de Florianópolis, René de Abreu Pacheco, durante a década de 1950, houve grande procura

⁴⁵ Alcides Vieira de Almeida é professor do CEFET/SC e autor do livro: *Dos aprendizes artífices ao CEFET/SC: resenha histórica*. Florianópolis, 2002.

⁴⁶ Apesar das várias tentativas para localizar essas três ex-alunas, por meio de consultas nos catálogos telefônicos e junto a prováveis parentes ou conhecidos não foi possível, até o momento, obter algum resultado nessa busca. Considerando que as mesmas tenham concluído o curso com a idade média de 15 anos, provavelmente mudaram seu estado civil e, portanto, o sobrenome de família, fator que dificulta a pesquisa.

Permaneço, portanto a dúvida, com relação as possíveis trajetórias profissionais dessas quatro ex-alunas, bem como de outras que também concluíram o curso de alfaiataria na Escola Industrial de Florianópolis. Talvez possamos correr o risco de levantar a hipótese de que elas, como Amélia, tenham também feito a opção profissional de trabalhar como costureiras por conta própria ou, em algum ateliê de costura, da cidade de Florianópolis.

pelo curso de alfaiataria, inclusive por mulheres que se interessavam pelo curso para aprender as técnicas de corte e costura. Ele informa, porém, que

já no final dos anos cinquenta, começou a haver uma redução bastante significativa do número de alunos no curso de alfaiataria. Os cursos mais escolhidos passaram a ser os de: mecânica, artes gráficas, marcenaria, serralheria, fundição, carpintaria e artes decorativas, sendo o de mecânica um dos mais concorridos. (PACHECO, 2003).

Não há registros oficiais da Escola Industrial de Florianópolis, especificando o número de alunos matriculados em cada curso, na década de 1950. Existem apenas dados gerais referentes ao total de alunos matriculados nos cursos industriais básicos, durante este período. A ausência desses dados fortalece a necessidade de analisarmos as transformações sócio-econômicas dessa época, buscando apreender os movimentos das novas forças sociais em curso.

De acordo com Ianni (1996), o período compreendido entre os anos de 1956 a 1960, foi caracterizado por uma profunda transformação do sistema econômico brasileiro. No ano de 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, inicia-se uma das mais importantes fases da história econômica do Brasil. A industrialização, segundo o autor, “já não era mais um processo induzido pelo estrangulamento do setor externo” (Idem, p.152). Não se dava mais apenas para substituir importações, havendo já atingido um significativo nível de diversificação e uma maior integração à estrutura econômica mundial.

O período de Kubitschek, “forçará a aceleração da acumulação capitalística, com seu programa de avançar ‘cinquenta anos em cinco’” (OLIVEIRA, 1987, p. 45). Para realização de tal meta, o recurso foi recorrer ao capital estrangeiro, ampliando-se o setor industrial a partir da implantação de fábricas de automóveis, tratores, construção naval, material elétrico e eletrônico, siderurgia, produtos químicos. Nesse sentido, o ensino profissional também deveria se dinamizar, sendo reaparelhado para atender a esta

expansão do capitalismo brasileiro. O Plano de Metas lançado pelo governo incluía, ao todo, trinta metas, entre as quais estava o programa de formação de pessoal técnico (IANNI, 1996).

No Estado de Santa Catarina, a produção fabril torna-se mais expressiva a partir da década de 1950, localizando-se fora da cidade de Florianópolis. Em Blumenau e Joinville a produção industrial prossegue em ritmo acelerado. De acordo com Singer (1968) a intensificação da industrialização de Blumenau é maior do que a do Estado e no ano de 1958, só Joinville é capaz de competir com Blumenau, embora a estrutura industrial das duas cidades seja completamente diferente. Em Blumenau, há uma maior concentração do ramo industrial, o têxtil. Quase toda indústria blumenauense está dedicada à fabricação de bens de consumo: tecidos, alimentos e fumo (os três ramos mais importantes).

Na cidade de Joinville, há maior diversificação na estrutura industrial e a indústria pesada tem posição bem destacada, sendo composta pelos ramos: metalurgia, química e farmacêutica, material elétrico, material de transporte e mecânica. Um parque industrial que naquele momento histórico demonstrava a nova fase do desenvolvimento econômico brasileiro: a expansão da indústria pesada.

Enquanto em Joinville e Blumenau, avança o processo de industrialização, em Florianópolis, a capital do Estado, o comércio também passa por transformações. Buscando ampliar nossa percepção sobre a relevância do curso de alfaiate e do significado social deste ofício, podemos situar essa profissão, no conjunto do comércio local, da cidade de Florianópolis, tomando como referência, as décadas de 1935 a 1965. Nesse período, de acordo com Aued (1999), podemos observar o gradativo enfraquecimento da relevância social do alfaiate: “O tempo do alfaiate, isto é, das mãos

hábeis, cede lugar ao da indústria de confecções de roupas, mas isto não se dá assim tão abruptamente como imaginamos” (Idem, p. 54).

Através de uma breve radiografia do comércio local (AUED, 1999, p. 54), buscando acompanhar a trajetória do alfaiate na cidade de Florianópolis, vamos constatar que ocorrem muitas mudanças. O número de alfaiatarias existentes em algumas ruas centrais da cidade vai se reduzindo ao longo do período acima mencionado, ocorrendo a transformação da oficina do alfaiate, primeiro em oficina de consertos e depois loja de confecções, ou seja, de roupas prontas. Tornam-se também, cada vez mais raras as lojas de tecidos, bem como as tinturarias e a partir da década de 1950, há o aparecimento de um maior número de lojas de roupas industrializadas.

A força da indústria de confecção do vestuário já era uma realidade no Brasil, desde a década de 1940, sendo a região sudeste a de maior concentração, particularmente todo o Estado de São Paulo. Em Santa Catarina, as primeiras confecções vão sendo montadas nas regiões de Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, Criciúma e Brusque, a partir da década de 1950. Em Florianópolis, o comércio vende peças de vestuário masculino e feminino adquiridas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (RABELLO, 1997).

A disseminação, no Brasil, das confecções para pronta entrega, denominadas *prêt-à-porter*, provoca transformações no hábito de vestir, acenando para uma moda mais prática, com roupas e acessórios bem feitos e mais baratos, tornando cada vez mais inviáveis o custo e o tempo de espera pela roupa sob medida, feita pelo alfaiate. De acordo com Lipovetsky (1989, p.110) a confecção *prêt-à-porter* engaja-se “num caminho novo de produzir industrialmente roupas acessíveis a todos, e ainda assim ‘moda’, inspirada nas últimas tendências do momento”.

Com o crescimento da indústria do vestuário no Brasil, particularmente das confecções industriais para pronta entrega, a perfeição da confecção do alfaiate vai sendo substituída pela rapidez e pela perfeição da tecnologia.

As transformações na forma de produzir o vestuário vão cada vez mais distinguir o alfaiate de um fabricante de porte industrial. O primeiro é o que confecciona por encomenda do cliente, roupas sob medida, com um bom corte, harmonia e elegância, estando atento as possíveis deformidades físicas que pode encontrar nos próprios clientes. O fabricante de porte industrial confecciona, em larga escala, roupas destinadas ao comércio, no qual aquele que compra procura adquirir a peça que melhor se adapte a seu corpo. A habilidade do alfaiate é redefinida bem como sua qualificação, pois, na indústria, não há mais necessidade de empregar um trabalhador que tenha a compreensão de todo o processo de confecção de uma peça de roupa. Na divisão do trabalho industrial: um corta a manga, o outro costura, o outro prega os botões e o outro só deve ficar atento para observar se a máquina cortou corretamente a frente do casaco.

A formação do alfaiate que tinha o domínio de todo o processo de trabalho vai tornando-se desnecessária na nova divisão do trabalho industrial. Da mesma forma, as oficinas dos alfaiates, ou as alfaiatarias, antes tão necessárias para a confecção de roupas também vão perdendo sua importância no espaço social e vão sendo substituídas pelas lojas de roupas prontas, confeccionadas industrialmente, em série e não mais artesanalmente, sob medida, pelo alfaiate.

É significativo registrar, no entanto, que o SENAI, contraditoriamente, coloca à disposição da população de Florianópolis, a partir do ano de 1946, um curso de alfaiataria no qual o João Bonfim Régis (67 anos), um dos alfaiates entrevistados, conclui seu curso em agosto de 1955, recebendo então sua *Carta de Ofício de Alfaiate*,

certificado que ele exhibe como muito orgulho em uma das paredes de sua alfaiataria e sobre o qual comenta:

Este certificado foi muito importante pra mim. Graças a Deus eu tive a oportunidade de estudar lá no SENAI, que me deu a chance de trabalhar numa alfaiataria e estudar, porque eles tinham convênio com as alfaiatarias. Nós trabalhávamos de manhã, na alfaiataria e estudávamos na parte da tarde, ou vice-versa. Então pra nós, isso foi muito útil. E o curso do SENAI era um curso muito procurado. E também, muita gente que tentava entrar na Escola Industrial e não conseguia, ia para o SENAI que, além da Escola Industrial, era o único que tinha esse curso de alfaiataria.

E lá na escola do SENAI, a gente trabalhava, por exemplo, na segunda e na quarta na função de aprendiz e na terça, na quarta e na sexta, aprendendo a teoria. A gente também estudava História, Matemática, Português, Geografia e outras matérias que eu não lembro mais, faz tanto tempo... De 1951 pra 2002... Mas lembro bem das provas, da avaliação que era rigorosa. Tinha prova do bolso, da bainha, do corte, de como trabalhar com as medidas.

Eu lembro também que na alfaiataria a gente ganhava meio salário mínimo. E a gente tinha férias, mas não tinha 13º, vale transporte, nada disso. E tinha que aprender observando bem tinha que prestar atenção. Foi o que eu fiz desde o começo, antes de entrar no SENAI, eu aprendi na alfaiataria do Jaime Abraão. Eu tinha 13 anos. Depois eu fui pra alfaiataria do Jorge “Grego” e também trabalhei, na época do SENAI na alfaiataria do meu professor e mestre lá da escola, o Arnoldo Bonckewitz, que ficava lá em São José. Por último, antes de abrir minha própria alfaiataria, eu trabalhei para o Licério Camargo, a quem também agradeço muito a oportunidade (RÉGIS, 2002).

As lembranças de João Régis nos ajudam a ter algumas noções sobre o processo de aprendizagem do curso de alfaiataria oferecido pelo SENAI, do qual restam poucos registros, conforme foi possível constatar em consulta ao Arquivo Histórico dessa escola. Até o momento não foram encontrados documentos que mencionem o currículo desse curso e a carga horária. Foi possível saber que o curso tinha a duração de três anos e que para a obtenção da Carta de Ofício, os alunos eram submetidos a exame final, do qual constavam disciplinas teóricas (cálculo técnico, tecnologia e desenho técnico) e práticas (confeção de peças de prova).

Dois fatores podem ter colaborado para a maior procura pelo curso do SENAI, conforme as informações de João Régis. O fato do SENAI oferecer um curso com

duração diária de apenas meio período e, além disso, disponibilizar ao aluno um aprendizado prático e remunerado, em alfaiatarias com as quais o SENAI havia feito alguma parceria.

Na Escola Industrial de Florianópolis que no ano de 1965, passa a receber a denominação de Escola Industrial Federal de Santa Catarina (Lei 4.759/1965), o curso de alfaiataria ainda é oferecido, porém é cada vez mais reduzido o número de alunos, segundo informações fornecidas por René de Abreu Pacheco (ex-professor e ex-coordenador de ensino da escola); Nereu do Vale Pereira (ex-aluno da escola); e José de Mello Silva (um dos mais antigos alfaiates de Florianópolis). Não foram localizados até o momento, registros históricos referentes ao número de alunos matriculados no curso de alfaiataria durante a década de 1960.

3.4 Os cursos por correspondência para alfaiates.

Mesmo com a existência de um curso para alfaiates na Escola Industrial de Florianópolis, nem todos os que queriam iniciar seu aprendizado sobre alfaiataria, utilizavam a escola. Nas décadas de 1950 e 1960, assim como João Bonfim Régis (67 anos), a grande maioria dos alfaiates da cidade de Florianópolis, primeiro aprendia o ofício nas alfaiatarias para depois buscar aperfeiçoamento nas escolas, ou nos cursos por correspondência que começam a ser oferecidos nesse período. Os alfaiates entrevistados citaram dois cursos por correspondência, por eles utilizados: *O Método Vogue*, criado por Antonio Campagnolli e oferecido pela Escola de Corte e Costura São Paulo a partir de 1960; e o *Método Mundial de Corte Anti-Provas*, do Professor Aníbal Martins, a partir da década de 1970. Os dois cursos emitiam certificados de conclusão para os alunos.

Os alfaiates, João Régis (67 anos) e Carlos Pinto da Luz (61 anos) utilizaram esse recurso, mas apenas para se manterem atualizados, com relação às novas técnicas e métodos para o corte e confecção de roupas masculinas. Esses cursos, embora indicados para principiantes eram, segundo os alfaiates, boas fontes de consulta, uma vez que havia pouco material bibliográfico atualizado no ramo da alfaiataria.

Analisando o *Método Mundial de Corte Anti-Provas*, já em sua quarta edição, cedido por Carlos Pinto da Luz (61 anos), pudemos observar que o autor do livro, e do método, o alfaiate, Aníbal Martins, se propõe a colocar a disposição do usuário “os últimos resultados e inovações do momento” (MARTINS, 1972, p. 9). Logo após o prefácio do livro o autor menciona as inovações do momento, juntando a elas, palavras de estímulo aos aprendizes:

Devido as últimas novidades em nosso setor, tanto artístico quanto às que se referem à criação de novos produtos, como o fio sintético que possibilitou o fabrico de tão grande variedade de tecidos, é que colocamos em vossas mãos esta nova edição do MÉTODO MUNDIAL DE CORTE ANTI-PROVAS fruto de acurado e profundo estudo. Aí está o que o tempo ou a época exigem do nosso ramo. Aqui vai nossa palavra de estímulo àqueles que se encontram um tanto pessimistas quanto ao futuro da profissão devido à avalanche de confecções em série, [...] que as fábricas tem lançado no mercado nacional. Chamamos vossa atenção para o fato de que elas sempre existiram em menor ou maior quantidade, contudo existirão sempre, aqueles que primam pelo bom gosto, e, em se tratando de gosto, vale mais a qualidade que quantidade. Mais cedo ou mais tarde, as pessoas se convencem de que o certo mesmo é uma roupa feita sob medida (MARTINS, 1972, p.9).

O livro contém ilustrações e fotografias que segundo o autor, acompanham cada etapa do método, com o objetivo de assegurar sua compreensão e garantir aos que dele fizerem uso, uma evolução, para não continuar repetindo os mesmos métodos seguidos a 50, 80 ou 100 atrás.

Para explicar o sistema de tirar as medidas certas, o autor utiliza junto às ilustrações e fotografias, detalhadas explicações para cada tipo de medida, sugerindo ao

leitor que as leia e releia com o máximo cuidado, para garantir a perfeição do trabalho (MARTINS,1972). O método inclui também um sistema para tirar medidas de mulheres, para a confecção de calças, casacos, mantôs, “blaisers” e capas.

De acordo com os alfaiates Carlos Pinto da Luz (61 anos) e Miguel de Oliveira César (56 anos), muitos alfaiates, particularmente aqueles que moravam no interior do Estado de Santa Catarina, recorriam aos cursos por correspondência, diante das dificuldades que encontravam para manterem-se atualizados.

3.3. Ano de 1968: a extinção do curso de alfaiataria da Escola Industrial de Florianópolis.

Ao final da década de 1950 uma lei e um decreto alteram a estrutura do sistema de ensino técnico industrial. No ano de 1959, com a Lei n. 3.552 de fevereiro de 1959 e o Decreto n. 47.038, de outubro do mesmo ano, as Escolas Industriais Federais adquirem maior autonomia didática, técnica, administrativa e financeira. Através dessas leis, cada escola passa a ser administrada por um Conselho de Representantes, do qual passam a fazer parte um ou dois empresários industriais.

Essas transformações, de acordo com a época, são necessárias em razão das aceleradas mudanças do sistema produtivo. Nesse sentido, as escolas precisavam ter uma ligação mais estreita com a indústria. De acordo com os motivos expostos na Lei 3552/59 era preciso “estretar mais a associação escola-fábrica, de forma a que os diplomados pela primeira atendam, efetivamente, às necessidades da segunda” (MACHADO, 1989, p. 46).

Além disso as escolas de aprendizagem do SENAI – instituição mantida e controlada pelas indústrias, em associação com o Estado – em razão de sua autonomia,

começavam a mostrar-se mais viáveis para o aprendizado técnico industrial, do que os cursos básicos industriais oferecidos pelas escolas da rede federal (CUNHA, 2000c).

Na Escola Industrial de Florianópolis, assim como em toda a rede de escolas industriais, reclamava-se da: defasagem dos currículos que ainda respeitavam as diretrizes das décadas anteriores; da rigidez burocrática que tornava as mais simples providências administrativas impraticáveis; e da contínua evasão escolar que encarecia e inviabilizava os custos com os cursos industriais, fatores que segundo os Conselhos de Representantes das escolas, justificavam a urgente modificação desses cursos ou então sua extinção.

O que se verifica, portanto, é que na maioria das escolas industriais da rede federal, há uma *progressiva eliminação dos cursos básicos industriais* e uma *maior valorização dos cursos técnicos industriais*, criados a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942, e que correspondiam ao segundo ciclo do ensino médio (CUNHA, 2000c; FONSECA, 1986, v. 2).

Na Escola Industrial de Florianópolis, no início da década de 1960, ainda são mantidos os cursos básicos industriais de: *alfaiataria, marcenaria, carpintaria, mecânica de máquinas, fundição, serralheria, tipografia e encadernação*. No entanto, *os cursos de alfaiataria, tipografia e encadernação* já estavam praticamente com os “dias contados”, utilizando a expressão de René de Abreu Pacheco, ex-coordenador de ensino da escola. Até onde pesquisamos, não obtivemos dados relativos ao número de alunos matriculados e que conseguiram concluir o curso de alfaiataria. Isso conduziu-nos a mais uma vez, complementar a análise, por meio da memória das pessoas que vivenciaram aquele momento e que podem ajudar-nos a entendê-lo ouvindo seus relatos, suas narrativas, como a de José Mello e Silva:

Se eu lembro bem, nessa década de 1960, lá na Escola Industrial havia muito poucos alunos no curso de alfaiataria. Comentava-se que o curso

seria extinto porque faltavam até professores. O Pedro Medeiros, que era o professor da oficina, já havia começado suas campanhas para eleger-se vereador, pois acho que em 1966 ele se elegeu. Então já se comentava que ele não ficaria mais na Escola Industrial, após tomar posse como vereador. Não era permitido. Ele foi o último professor do curso de alfaiataria da Escola Industrial.

Paulo Roberto Medeiros, filho de Pedro Medeiros e sua mãe Nahir Medeiros (87 anos) relembra:

Foi uma época complicada para o pai, lá na escola. Eu lembro que eles queriam que ele saísse de qualquer jeito e faziam pressão, porque ele teria que decidir. Ou ficava como professor na Escola Industrial, ou ficava como vereador. E então o pai ficou muito aborrecido e comentava com a gente que não queria deixar a escola, mas também não queria deixar de ser vereador. Então, acho que foi em 1966, que o pai disse que talvez tivesse que deixar de ser professor da escola, em razão de ter sido eleito vereador (Depoimento de Paulo Roberto Medeiros).

O Pedro ficou preocupado com os alunos, embora comentasse que eram poucos, naquela época. Disse pra eles que não iria abandoná-los de jeito nenhum, nem tampouco a escola, por que isso não tinha sentido algum, era um absurdo. Ele queria ser vereador e também queria continuar sendo professor da escola e continuar com suas aulas, seus alunos e suas alunas. Acho que ele deixou de dar aulas, em 67, quando tomou posse como vereador. Quem ficou na Escola Industrial foi o Laélcio Pereira, grande companheiro e amigo do Pedro. Eles eram muito amigos. Mas eu não lembro quando o curso acabou (Depoimento de Nahir Medeiros).

Após ter sido eleito vereador, no ano de 1966, Pedro Medeiros não poderia mais ser professor da Escola Industrial, pois estaria acumulando cargos, de acordo com a legislação do serviço público federal. Portanto, no curso de alfaiataria permanece apenas um professor auxiliar, Laélcio Pereira, o último professor do curso. Luis Carlos Pereira (49 anos)⁴⁷, seu filho, narra:

Ao final de 1966 ou 1967, não lembro bem, o pai ia poucas vezes à Escola Industrial porque o número de aulas e de alunos havia reduzido bastante. Ele comentava que não gostava muito disso. O Pedro Medeiros não estava mais dando aulas na escola. Tinha sido eleito vereador. Naquela época eu lembro também, que na sala do curso de alfaiataria havia poucos homens e mais mulheres, e umas máquinas de costura daquelas mais antigas. Quando eu fui estudar na Escola Industrial, na década de 1970, o curso de alfaiataria já não existia mais. O curso de tipografia também já tinha acabado. Hoje, ao analisar aquela época entendo melhor porque esses cursos foram extintos. A razão maior, penso eu, é que com o desenvolvimento da indústria e das novas

⁴⁷ Luis Carlos Pereira concede entrevista a Maria Cristina Cintra em outubro de 2003.

tecnologias, vão sendo criados outros cursos para outras profissões. Só me pergunto até quando os cursos vão durar também.

Luis Carlos Pereira também informa que por ocasião do fechamento do curso, época da qual ele não lembra a data certa, seu pai, Laélio Pereira comentava que na Escola Industrial de Florianópolis, desde a criação dos ginásios industriais, o curso de alfaiataria passou a ser desprestigiado. Havia muita dificuldade para adquirir qualquer material necessário ao curso e aos alunos.

No ano de 1962 são implantados na Escola Industrial de Florianópolis, os *cursos técnicos industriais* e o *ginásio industrial* , sendo este último em substituição aos cursos industriais básicos que vão sendo extintos, gradativamente, à medida que os alunos conseguem concluí-los. Nesse mesmo ano, a escola é transferida para novas instalações na Avenida Mauro Ramos, n. 950, após 25 anos de espera para a conclusão das obras, iniciadas no ano de 1946. Os primeiros cursos técnicos implantados foram: Máquinas e Motores e de Desenho Técnico.

Em 1965, a escola de Florianópolis passa à denominação de Escola Industrial Federal de Santa Catarina e de acordo com os registros escolares encontrados até o momento, há indicação de que havia uma turma de alunos freqüentando o curso de alfaiataria. Essa, porém, é a última turma da qual se tem registro na escola. No ano de 1968, quando por portaria ministerial de 06 de junho, a escola é transformada em Escola Técnica Federal de Santa Catarina, o curso de alfaiataria não consta mais da relação de cursos oferecidos pela escola. De acordo com os documentos e registros escolares, encontrados até o momento, não foi possível saber quais foram os alunos que concluíram o curso de alfaiataria.

Em relatório desse mesmo ano, o então diretor da escola Frederico Guilherme Buendgens, ao comentar sobre a oficina de alfaiataria existente na escola registra:

Conta esta Escola também com esta oficina, aonde são ministradas aulas de Corte e Costura, principalmente a alunas das 3as. e 4as. séries. Tem sido bem útil na confecção de trabalhos para a Escola e sobretudo no atendimento a professores, funcionários e alunos, na confecção de vestuários (BUENDGENS, 1967, p.25).

Assim, na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, o curso de alfaiataria antes destinado à formação de alfaiates, estava sendo transformado em uma oficina para a aprendizagem prática de corte e costura, destinada às alunas das 3as. e 4as. séries, do ginásio industrial.

Em outro trecho de seu relatório, Frederico Buendgens registra que as oficinas constituíam o *Setor das Oficinas*, organizado para atender aos alunos das 3as. e 4as. séries ginasiais, na disciplina de *prática profissional*, a qual fazia parte do currículo do ginásio industrial. No quadro de disciplinas do ginásio industrial, a disciplina de *prática profissional* era constituída por *10 aulas em cada série*, completando assim, o *total de 20 aulas* que poderiam também, ser distribuídas com atividades práticas nas outras oficinas. Portanto, havia na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, oficinas de: marcenaria, alfaiataria, carpintaria, serralheria, fundição, tipografia, mecânica de máquinas (a maior oficina da escola) e mecânica de automóveis, todas elas constituídas para atender ao Curso Ginasial Industrial e algumas aos Cursos Técnicos.

No SENAI, o curso de alfaiataria que começara no ano de 1946, também foi sendo desativado, na década de 1960, à medida que avançava o processo de industrialização no Brasil e a própria instituição cada vez mais sintonizava sua atuação com as novas formas de organização da produção capitalista, especializando-se na pedagogia do trabalho industrial. Não encontramos no Arquivo Histórico do SENAI, nenhum registro do momento preciso em que o curso de alfaiataria é extinto naquela instituição, apenas indicações referentes à redução do número de alunos matriculados no curso, durante os primeiros anos da década de 1960.

No final da década de 1950 e início dos anos 60, implanta-se no Brasil a organização do trabalho de acordo com o princípio taylorista-fordista⁴⁸. Entre os anos de 1960 e 1964, o Brasil enfrenta uma crise econômica que, de acordo com Ianni (1977, p.172), “manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação”. Esses são anos de crise, tanto política como economicamente, considerando que ambos influenciavam-se reciprocamente.

Segundo Oliveira (1987) e Ianni (1977), foi uma crise que teve sua origem no período de governo de Juscelino Kubitschek tendo se acelerado no período de 1961 a 1963, culminando em 1964.

O período que teve início com o golpe militar de 64 foi marcado pelo autoritarismo e pela generalização do ensino técnico industrial, particularmente o de segundo ciclo do nível médio. A reforma do ensino implantada a partir desse período foi embasada numa concepção pragmática e tecnicista que buscou transferir os princípios da gerência científica do trabalho (taylorismo) aos princípios educacionais. O ensino deve estar primordialmente integrado às necessidades econômicas e às exigências do mercado de trabalho. O que marca a década de 1960 é a redução da “rica totalidade da relação social expressa nas relações educativas a fator de produção, e o educando a mercadoria-força de trabalho” (FRIGOTTO, 1984, p. 42).

⁴⁸ A partir da instalação no país, durante a década de 1950, das montadoras de carros estrangeiras, os princípios da gerência científica do trabalho, elaborados por Frederick W. Taylor (1856-1915), nas últimas décadas do século XIX são introduzidos no Brasil. De acordo com Braverman (1981) o princípio básico da gerência científica é a fragmentação do processo de trabalho. Taylor estabelece três princípios norteadores: 1. princípio da dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, ou seja, o processo de trabalho tornava-se independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores, passando a depender inteiramente das políticas gerenciais; 2. separação de concepção e execução; 3. utilização do monopólio do conhecimento sobre o processo de trabalho, para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. A frase: uns pensam outros executam, talvez seja capaz de melhor sintetizar estes três princípios.

Henry Ford (1863-1947) ao estabelecer a moderna produção em massa, com sua “linha de montagem” de fluxo contínuo, para a fabricação de automóveis, leva às últimas conseqüências, a idéia de divisão do processo de trabalho. Com Ford, a máquina substitui a energia humana para a produção em série.

O interesse da intervenção americana no Brasil, por meio dos acordos MEC-USAID (1964-1968), firmados entre o Ministério da Educação do Brasil e as agências americanas para o “desenvolvimento da educação”, tiveram como objetivo adaptar a educação brasileira ao modelo de racionalidade técnica das indústrias americanas, embasadas nos princípios tayloristas.

A estratégia de desenvolvimento dos governos militares, desde 1964, estava voltada para os grandes projetos nacionais como: a construção dos pólos petroquímicos no Rio Grande do Sul, a expansão da exploração e da produção de petróleo, a construção das hidroelétricas de Itaipu, entre outros, o que fez surgir a necessidade de desenvolver vários programas que requeriam força de trabalho em massa (CUNHA, 2000c).

De acordo com Germano (1994, p.72) “os militares no poder tinham em mente construir uma ‘potência’, garantir a ‘segurança nacional’ e obter a ‘legitimação’ através da construção de grandes obras”. A partir de 1968, tem início um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. Nos anos do milagre cresce o Produto Nacional Bruto (PNB), a produção de energia elétrica, a produção de aço, as exportações e a produção de automóveis.

A partir de 1964, a educação brasileira em geral, incluindo-se o ensino técnico, passa a se estruturar buscando atender às novas necessidades geradas pelas transformações de base econômica, “operadas para dinamizar a economia na direção do avanço da (re)produção da acumulação capitalista, agora mais integrada ao capitalismo a nível mundial” (MACHADO, 1989, p. 66).

Embora no Estado de Santa Catarina a indústria de confecção do vestuário ainda estivesse, em sua fase inicial, de acordo com Cunha (1992, p. 154), conseguiu transformar-se na década de 1970, junto com a indústria de calçados, “num dos gêneros

dominantes do setor industrial do Estado”. E nesta época social que requer a fabricação de uma grande quantidade de roupas a base produtiva requerida é a indústria e não mais as oficinas dos alfaiates (AUED, 1999).

Assim, a mesma sociedade que cria a necessidade de oferecer em escolas um curso para qualificação de alfaiates, extingue esse curso, considerando-o desnecessário, obsoleto. Não importa mais qualificar alfaiates ou tipógrafos. Aliás, por que interessaria? Em uma sociedade onde o trabalho é social (coletivo), repetitivo, simples, compatível com o movimento de industrialização, para que formar pessoas para uma profissão individual como a do alfaiate?

O trabalho do alfaiate na cidade de Florianópolis, antes uma ação dirigida com a finalidade de criar bens úteis para a sociedade, para satisfazer as necessidades humanas de vestir-se, não é mais imprescindível. Com a industrialização do vestuário, *o alfaiate*, antes proprietário de um saber e uma técnica e que tinha o domínio do processo de produção como um todo, *transforma-se em mera força de trabalho*, em mercadoria. Fica livre para vender sua força de trabalho aos empresários das indústrias de confecção do vestuário.

Importa também ressaltar, como nos lembra Frigotto (1983), que se o sistema capitalista, cada vez mais busca retirar do trabalhador o controle de seu processo de trabalho, qual seria o interesse desse sistema em promover uma maior qualificação do trabalhador, se seu objetivo é exatamente oposto a isso?

A partir do momento em que todos os trabalhos são levados a mais extrema simplificação e substituídos por operações mecanizadas, trabalho e trabalhador se transformam. A organização do processo produtivo na indústria do vestuário retira do trabalhador o domínio que ele possuía para a confecção do produto. Cresce a alienação em relação ao resultado de seu trabalho, em decorrência da utilização sistemática da

ciência e da tecnologia, para que seja mais rápida a transformação da força de trabalho em capital. Como afirma Braverman (1977, p. 106), nesse processo, o controle passa a pertencer “aqueles que podem ‘arcar’ com o estudo dele a fim de conhecê-lo melhor do que os próprios trabalhadores conhecem sua atividade viva”.

Buscando fazer uma leitura de todo o conjunto podemos ver o capitalismo moderno – parceiro inseparável da ciência e da tecnologia, postas a seu serviço – como “a história da desqualificação dos agentes diretos da produção” (FRANCO, 1991, p.14). Tal desqualificação do trabalho atinge todos os setores da sociedade e não apenas as indústrias.

Com certeza o que está em jogo não é a valorização do trabalho e do trabalhador mais sim a preservação e a (con)formação de uma força de trabalho adaptada aos interesses da produção. A existência de cursos de qualificação para alfaiates, oferecidos em duas instituições como a Escola Industrial de Florianópolis e o SENAI, e a extinção destes, na década de 1960, pode ser justificada por meio da realização da lógica do capital que determina o que produzir como fazê-lo, para quê e o quanto.

Importa ressaltar também que apesar da diferença do tempo de duração do curso de alfaiates na Escola Industrial de Florianópolis (mais de 50 anos) e o do SENAI (mais de 10 anos) ambos são extintos na mesma época, ou seja, a década de 1960, período marcado, na sociedade brasileira, particularmente nos últimos anos, pela criação de um novo modelo de educação, capaz de ajustar os princípios empresariais aos educacionais, de maneira a garantir, que nada fugisse ao controle do capital.

Após a extinção do curso de alfaiataria, na Escola Técnica Federal e no SENAI, os alfaiates, que continuam a exercer seu ofício, bem como os aprendizes, voltam a possuir apenas o próprio local de trabalho para o aprendizado do ofício, o que por tradição era uma prática habitual, antes da criação dos cursos de alfaiataria em escolas.

3.5 A decadência do ofício de alfaiate

Porém, na luta para continuar produzindo a vida alguns profissionais resistem ao tempo. Em Florianópolis, até aproximadamente o final da década de 1970, a maioria dos alfaiates, ainda consegue manter boa clientela. Alguns alfaiates montam suas alfaiatarias no final da década de 1960, como aconteceu com Ilson Carlos, que instala sua primeira alfaiataria em 1967, na Rua Victor Meirelles e Carlos Pinto da Luz, que se estabelece como alfaiate em 1965, na Rua Tiradentes. A permanência de alguns hábitos e costumes da vestimenta masculina, bem como a falta de qualidade e o preço das roupas industrializadas, ainda são alguns dos fatores que contribuía para isso. Entre os mais antigos alfaiates de Florianópolis está João Bonfim Régis (66 anos) que confirma em seu depoimento:

A época em que eu fiz mais ternos foi no final dos anos 60 e durante toda a década de 1970. Eu fazia muitos ternos para funcionários públicos, para os motoristas, para assessores, diretores. Todo mundo tinha que andar de terno, ir para o trabalho de terno. Os motoristas tinham que estar uniformizados, com terno. As pessoas se identificavam pelo modo de vestir. Por exemplo, na Polícia, tinha o pessoal do Gabinete, que só vestia terno, o próprio pessoal que trabalhava na rua também. Até os policiais usavam terno e gravata. No Tribunal de Justiça, até para os garçons, para os *maitres* eu fazia ternos, fazia uniformes. Todos eles faziam roupas com os alfaiates porque não havia ainda magazines que vendessem esse tipo de uniforme, de vestimenta. E nos magazines que já existiam na cidade, que vendiam ternos prontos, como a Modelar, os ternos eram ainda de pouca qualidade, vamos dizer assim “mal feitos”, não caíam bem e, então aquele que comprava, que era cliente do alfaiate, não ficava satisfeito nem com o preço, que não valia a baixa qualidade.

Até para ir ao cinema as pessoas iam de terno. A gente ia de terno no Cine São José, no Ritz, no Glória. Mantinha-se a elegância, também nos bailes que aconteciam nos clubes da cidade: no Lira, no Doze. Eram festas promovidas pelos cronistas sociais, como o Zuri Machado, bailes de formatura, onde todo mundo se vestia bem, para se apresentar bem. Porque isso era feito até pelo próprio bom gosto da pessoa, mesmo aquelas que não tinham muito dinheiro, mas tinham bom gosto, educação, princípios, precisavam se apresentar bem. Hoje, ninguém mais se preocupa com isso e acho também que existem muitas dificuldades para as pessoas se apresentarem bem, pois o custo das

roupas sob medida ficou pouco acessível para a maioria das pessoas. Na década de 1970 os tempos eram outros.

José Mello e Silva (79 anos), outro alfaiate que também está entre os mais antigos da cidade lembra com orgulho que na década de 1960 ele ainda tinha, em sua alfaiataria, vários aprendizes:

Sempre havia uns dois ou três rapazes que queriam ainda aprender o ofício. Não era mais como na década de 50, mas ainda havia muito trabalho para os alfaiates. Então aqueles jovens que eram mais habilidosos, que faziam tudo com capricho, com perfeição, transformavam-se em ótimos alfaiates, como é o caso do Alécio Ribeiro, Carlos Pinto da Luz, o Mário Fernandes, o Nivaldo Lopes entre vários outros, que apesar das dificuldades, estão até hoje trabalhando como alfaiates.

Na minha alfaiataria eu trabalhava com três calceiras e 10 alfaiates que ganhavam por produção, por peça produzida ou tarefa feita. E sempre tinha algum aprendiz.

Nessa época de 60, eu também trabalhei muito, fiz muitos ternos, muitas calças, até smokings. Os clientes procuravam o alfaiate porque precisavam de ternos para ir trabalhar, para ir a festas, casamentos, recepções de gala, para ocasiões e lugares onde deveriam se apresentar bem, onde deveriam estar elegantes, bem vestidos. Esses eram os hábitos da época dos anos 60 e ainda durante os anos 70, a começar pelo próprio alfaiate que sempre estava de terno ou ao menos uma calça e um colete, para receber o cliente. Depois, principalmente com o uso do jeans, que trouxe novos hábitos, nova moda e maneira de vestir, a necessidade diária de vestir um terno, foi sendo substituída por outras formas.

Na década de 70, começam a aparecer clientes pedindo conserto de roupas. Conserto de calça jeans também, que começava a virar moda. Havia várias lojas vendendo roupas masculinas, tudo padronizado, confecções industriais, roupas que precisavam de ajustes. Então, como as pessoas podiam comprar essas roupas a prestação, elas compravam a roupa e vinham ao alfaiate para ajustá-la, consertá-la, adequá-la ao tipo de corpo da pessoa.

E hoje é assim. As lojas têm até alfaiates para ajustar a roupa, fazer a bainha da calça, encurtar a manga do paletó. Aqueles que procuram pelo alfaiate são as pessoas mais tradicionais, que não perderam o hábito de usar terno, ou então são pessoas cujo corpo não está dentro padrão, pois são pessoas mais gordas, mais magras, com alguma deficiência física. Para elas, a roupa pronta, manequim 46, 48 ou até o 50, 52 se for o caso, não pode ficar bem, pois não foi feita sob medida, só para elas.

Se durante algum tempo os alfaiates conseguem resistir às metamorfoses sociais, essa situação vai sendo alterada à medida que novos produtos, hábitos de vestir, processos de confecção e modismos começam a vigorar. Tais exigências determinam

que essa categoria profissional também esteja adaptada às novas demandas do modo capitalista de produção. Para isso precisam equipar-se com tecnologias mais avançadas, e novos conhecimentos. Talvez assim, pensam eles, consigam atualizar-se e manter seu trabalho, manter a clientela. Como não há mais cursos para alfaiates nas escolas, resta apenas a atualização feita por meio dos cursos por correspondência.

Os alfaiates começam a perceber a *retração* da demanda por roupas feitas sob medida. As indústrias de confecção de roupas prontas para vestir são a *atração* do momento. São roupas que vêm dos grandes centros industriais como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, onde se concentram as grandes indústrias do vestuário. Mas são trajes com medidas e modelos pré-estabelecidos, padronizados e que precisam de ajustes, de consertos para se adequarem às medidas individuais de cada pessoa. Assim, muitos alfaiates, antes produtores de roupas, viram *consertadores*, da mesma forma que os sapateiros antes produtores de calçados, também passam a ser consertadores de calçados produzidos pelas indústrias.

O conserto de roupas nunca foi uma característica do ofício de alfaiate. Ao contrário, era uma atividade eventual e rara, solicitada, em geral, por antigos clientes que com o passar dos anos haviam ficado mais gordos ou mais magros. Como diz o alfaiate, José Mello e Silva (79 anos): “O corpo mudava, mas o terno continuava o mesmo, conservando a perfeição, o corte, o vinco, do momento em que tinha sido confeccionado. Por isso o cliente queria adaptar o terno às suas novas medidas para poder continuar a usá-lo”.

Portanto, o que antes era uma eventualidade, estava se tornando quase uma regra para muitos alfaiates que passam a sobreviver em função do conserto de roupas. A indústria do vestuário busca o aperfeiçoamento e soluções para aprimorar cada vez mais seus produtos enquanto os alfaiates lutam de todas as formas para se aperfeiçoar e

buscar soluções para continuar trabalhando, embora sem condições de acompanhar a velocidade da indústria e a dinâmica do modo de acumulação capitalista.

Nas alfaiatarias, os alfaiates continuam a exercer o ofício, mas não conseguem mais atrair novos adeptos, novos aprendizes, nem mesmo entre seus familiares. Seus filhos ou parentes passam a preferir outras profissões. A formação de alfaiates passa a ser cada vez mais rara o que faz com que essa profissão entre num processo de extinção gradativa. Da mesma forma, também aumentam os sinais de enfraquecimento da Associação Beneficente dos Alfaiates de Florianópolis⁴⁹, na qual promoviam encontros e reuniões, para trocar idéias e discutir problemas comuns.

O alfaiate José Mello e Silva, que também fez parte dessa Associação esclarece em seu depoimento que mesmo tendo uma organização de classe, “os alfaiates não se utilizavam dela para resolver questões trabalhistas, preferiam discutir amigavelmente esse tipo de questão” (SILVA, 2002). Ele acrescenta que, no entanto, isso deu certo até a década de 1970, pois *era grande a quantidade de alfaiates na cidade* e todos tinham muito trabalho, *não precisavam disputar clientes*. A partir dessa época, de acordo com os alfaiates entrevistados, aumenta a concorrência, a desunião e a desmobilização da classe.

Hoje, no ano de 2004, alguns alfaiates ainda se encontram exercendo atividades no ramo da alfaiataria, na cidade de Florianópolis. De acordo com o levantamento que até o momento conseguimos realizar são eles: João Bonfim Régis, Ilson Luiz Carlos,

⁴⁹ Os alfaiates tiveram um órgão representativo da classe denominado, Associação Beneficente dos Alfaiates de Florianópolis, fundada em 10 de maio de 1948. As assembléias desta Associação foram registradas em atas, que se referem ao período de 1960 a 1970, década na qual os alfaiates participaram de vários congressos no Brasil, como representantes da Associação. Entre esses representantes estava *Pedro Medeiros, professor da Escola Industrial de Florianópolis*. No entanto, de acordo com o depoimento do alfaiate Heitor Mello, a Maristela Rosa (1993), vários documentos da Associação, que poderiam servir para pesquisa, foram extraviados. Na primeira assembléia realizada em 1948, 34 alfaiates assinaram o livro de presença. Em abril de 1968, já era bem reduzido o número de associados que assinaram o livro de presença. Em abril de 1971, apenas quatro alfaiates compareceram a assembléia. A partir desse ano, não há registro das atividades da Associação que volta a funcionar em 1986, realizando sua última assembléia em 1º de março de 1993 (ROSA, 1993).

Adebau Rosa, Carlos Pinto da Luz, Mário César Fernandes, Miguel de Oliveira César, Clóvis Silveira, Vilmar Kirchner, Francisco C. Corrêa (Chico Alfaiate), Paulo Pinho (Paulinho Alfaiate), Pedro Silveira, João Gaspar e A. Garcia. O alfaiate Heitor Mello (86 anos), que presidiu a associação no período de 1980 a 1985, deixou o ramo da alfaiataria na década de 1960 e foi trabalhar na Secretaria de Saúde de Estado de Santa Catarina, onde permaneceu até sua aposentadoria.

Entre esses alfaiates, alguns continuam acreditando na profissão, mas concordam que na atualidade, enfrentam dificuldades para continuar trabalhando como alfaiates. Alguns alegam que essas dificuldades foram em grande parte, geradas pela falta de formação profissional e por isso reivindicam cursos para aperfeiçoamento, pois, só mantendo-se atualizados eles poderão prosseguir em suas atividades. Outros como Adebau Rosa e João Régis dizem que, além da atualização de conhecimentos é necessário investir em novos equipamentos e tecnologia, para garantir a adaptação ao novo, do qual eles garantem, é possível usufruir. Mas para isso, diz João Régis “é preciso vencer o medo, com uma boa dose de coragem, porque é preciso continuar lutando para poder continuar trabalhando nessa profissão que eu tanto gosto” (RÉGIS, 2002).

De acordo com José Mello e Silva (2002) e João Régis (2002), a Associação não promoveu cursos para aperfeiçoamento dos alfaiates. No entanto, os encontros e reuniões sempre foram oportunidades para promover a troca de idéias sobre a profissão. Entre uma conversa e outra, como disse João Régis (2002) “a gente sempre ficava sabendo de alguma novidade, de alguma dica para fazer melhor alguma coisa, porque muitos alfaiates viajavam e quando voltavam sempre tinham alguma coisa pra contar”. Nas palavras de José Mello e Silva (2002) “a gente se atualizava conversando muito, batendo um papo aqui, outro ali. Dá saudade lembrar dessa época em que praticamente

todos os alfaiates se conheciam e gostavam de trocar idéias. Para mim essa era uma boa oportunidade para continuar aprendendo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, procuramos dar visibilidade ao aprendizado de um ofício que vem se perdendo no tempo e do qual cada menos gente se lembra.

Por isso escrever sobre o *tempo de um aprendizado*, antes que não haja mais formas de lembrá-lo, de conhecê-lo, é uma forma de compartilhá-lo, de disseminá-lo, pois é cada vez mais lento e menos visível o avanço da preservação da documentação pública que registra esse tempo. Antes que essa memória se apague ou se dilua no tempo, pela falta de cuidados técnicos para sua preservação, salvo em alguns casos em que, pelo zelo e afetividade de algumas pessoas, os documentos continuem a ser conservados. Além da falta de preservação da memória dos arquivos “oficiais” estamos também correndo o risco de perder outro valioso suporte de memória: os trabalhadores e trabalhadoras que ainda possuem o conhecimento e as lembranças desse tempo em que os alfaiates, os sapateiros, as costureiras, os tipógrafos, os ferreiros, e outros *profissionais de mãos habilidosas*, eram imprescindíveis para satisfazer as necessidades da sociedade. Há, portanto, muito que lembrar urgentemente, para que possamos buscar no nosso passado, como diz Hobsbawm (1998), as lições para o futuro. *Garimpar nos rascunhos do passado*, como sugere Chassot (2000), buscando a compreensão da construção dos saberes e as lutas para preservá-los ou transformá-los.

Além do que nos diz Hobsbawm, há uma lição para hoje dirigida a quem tiver interesse em dar continuidade a essa pesquisa, explorando questões que não puderam ser contempladas porque a falta de registros dificulta o trabalho dos pesquisadores, trazendo-lhes inúmeros desafios e deixando lacunas que se transformam em desafios para novas pesquisas.

Nesse estudo, percebemos a transitoriedade dos saberes e das verdades, dos hábitos e costumes que mudam com o passar dos tempos. Através dos depoimentos das pessoas que viveram a experiência de ver sua profissão passar da ascensão ao declínio, foi possível apreender sentimentos de alegria, de dor e principalmente muita luta para continuar preservando seus saberes ou para transformá-los reinventando novas formas de produzir a vida, dentro das condições históricas determinadas por uma sociedade de classes.

Percebemos que os alfaiates de Florianópolis nem sempre precisaram da escola para aprender, pois antes da criação da oficina de alfaiataria na Escola de Aprendizizes Artífices, o aprendizado do ofício de alfaiataria acontecia no próprio local de trabalho, nas próprias alfaiatarias, junto aos mestres alfaiates.

Os processos de aprendizagem do ofício de alfaiate com um mestre em uma alfaiataria, com um parente alfaiate, com um professor em uma escola, ou nos cursos por correspondência são distintos, porque distintas são as relações estabelecidas em cada um desses processos. Também difere o tempo de aprendizado, seguramente mais de um ano, durante o qual são necessárias: muita atenção, dedicação, habilidade manual e paciência. Esses processos de aprendizado vão coexistir, passando por transformações, até que a própria sociedade que os criou, considere-os desnecessários, até que a época social que os construiu seja extinta. Para apreendermos a história de um determinado momento social, devemos ir ao encontro do “sentido da época”, buscando entender as marcas deixadas pelos seres humanos que são a expressão dessa época porque nela viveram e dela adquiriram feições próprias (HOBBSAWM, 1995).

Os depoimentos das pessoas que vivenciaram a época analisada nessa pesquisa foram imprescindíveis para a compreensão do que buscávamos. Em cada uma dessas pessoas, estão as lembranças de uma época que já não existe mais. De um tempo em a

sociedade de Florianópolis “acolhia os alfaiates”, usando a expressão de José Mello e Silva. Eram tempos em que uma profissão, hoje quase esquecida, fazia parte da relação de ofícios oferecidos pela Escola Industrial de Florianópolis, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

Por meio desses depoimentos, também tentamos apreender, toda a densidade dessas histórias pessoais, toda a intensidade de uma lembrança e do trabalho que é lembrar. Ouvindo essas pessoas e suas narrativas, tentamos imaginar junto com elas, como teria sido o tempo que parecia perdido em suas lembranças, mas que em conjunto percebíamos a possibilidade de relembrar buscando melhor compreendê-lo.

Ao escrever essas considerações percebi que ao entrevistar José Mello e Silva, um dos mais antigos alfaiates de Florianópolis, tive a oportunidade de viver uma experiência similar a que foi relatada por Ecléa Bosi, em seu livro *Lembranças de Velhos* (1979, p.119). Quando perguntei a José Mello e Silva, como ele ensinava o ofício de alfaiate a seus aprendizes ele, imediatamente pegou um retalho de tecido e começou a fazer cada ponto, começando pelo alinhavo, pedindo a seguir que eu fizesse o mesmo. Foi difícil repetir alguns pontos, principalmente o chamado *ponto espinho*, mas quando eu conseguia fazer “quase corretamente” algum ponto, ele ficava muito contente e me parabenizava. Então percebi que ele, na verdade, estava muito mais me ensinando a praticar os pontos do que descrevendo como ensinava o ofício de alfaiate a seus aprendizes.

Ao relatar essa experiência, também percebo o quanto era importante para os alfaiates o ato de ensinar. Eles também foram educadores e como nós precisavam ensinar para aprender, encontrando nesse processo, uma forma de manter atualizados seus conhecimentos, compartilhando-os com os de seus aprendizes.

Nas alfaiatarias de Florianópolis, da década de 40 e 50 do século XX, o processo de aprendizagem descrito pelos alfaiates entrevistados, tinha início quando o aprendiz se dispunha a fazer pequenos serviços para o mestre alfaiate, em troca da possibilidade de observar o trabalho exercido pelos oficiais alfaiates. Portanto, tratava-se de um processo de aprendizagem individual, que *começava com a observação*, seguida da prática daquilo que tinha sido observado. O aprendiz *aprendia fazendo*, passo a passo, cada ponto, cada detalhe. Havia assim o *tempo de observar*, seguido pelo *tempo de fazer e refazer*, até acertar, o que significava *realizar um trabalho buscando imitar a perfeição do trabalho do mestre alfaiate*.

Saber e fazer não estavam separados, ao contrário, faziam parte de um mesmo processo de aprendizado do ofício e da sua prática. Quanto mais o aprendiz praticava mais aprendia e desenvolvia habilidades que lhe permitiam apropriar-se, cada vez mais dos conhecimentos necessários ao exercício do ofício de alfaiate. Só após fazer uma peça de vestuário perfeita, absolutamente “sob medida”, o aprendiz teria condições de utilizar os conhecimentos adquiridos para poder produzir sua vida, obtendo reconhecimento por seu trabalho.

A formação do alfaiate nas alfaiatarias era constituída basicamente, na transferência do saber e da técnica do mestre alfaiate para o aprendiz, que se apropriando deste saber, adquiria uma qualificação para exercer ofício de alfaiate, tendo o domínio de todo o processo de confecção de seu produto.

A relação mestre-aprendiz dentro das alfaiatarias envolvia também laços de parentesco, pois era comum dentro de uma mesma família que os filhos seguissem a profissão dos pais, ou parentes próximos, como foi o caso do alfaiate José Mello e Silva que inicia seu aprendizado com o primo, o alfaiate Carioni, mas logo depois vai aprender em outra alfaiataria, do João Abraham, na qual suas relações com o mestre, já

não eram mais as mesmas, ou seja, era necessário obedecer às exigências do mestre para poder continuar aprendendo, mesmo que isto significasse ter que entregar um terno após as 10 horas da noite, em uma rua sem iluminação alguma, num bairro distante do centro.

Na Escola de Aprendizizes Artífices de Florianópolis, o processo de aprendizagem oferecido para os alfaiates conservou, num primeiro momento algumas das características do aprendizado oferecido nas alfaiatarias, a começar pelos mestres vindos das próprias alfaiatarias da cidade. Porém, essas semelhanças existiram apenas nas aulas de aprendizagem prática dos ofícios, onde a relação mestre-aprendiz se assemelha à estabelecida nas alfaiatarias. Porém, na formação proposta pela Escola, além do aprendizado do ofício de alfaiate existia a alfabetização dos aprendizes (curso primário) e o ensino de desenho, ambos ministrados por professores vindos das escolas primárias.

Portanto, tratava-se de uma moderna instituição escolar profissional que oferecia uma forma de aprendizado na qual estavam incluídos conhecimentos gerais, sob a responsabilidade dos professores e a aprendizagem dos ofícios sob a responsabilidade do mestre do ofício. Em seus primeiros vinte anos de funcionamento a Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina ofereceu na oficina de alfaiataria, uma formação de caráter prático, conservando ainda um perfil mais artesanal do que propriamente industrial, com o discurso de preparar a infância pobre para o exercício de um ofício individual.

Desde a década de 1920, ainda que predominassem nos discursos palavras que enfatizavam a importância de *ensinar os segredos das artes e dos ofícios*, esses ensinamentos deveriam ser oferecidos por alguém que reunisse duas qualidades: a do professor e a do mestre de ofício. Um só professor, ainda denominado *mestre de oficina* que dominasse o conhecimento prático do ofício, mas que fosse capaz de ensinar para

dezenas de aprendizes, em uma sala de aula de uma escola. O aprendizado antes individual nas alfaiatarias, junto ao mestre alfaiate, é substituído pelo aprendizado coletivo realizado em uma escola.

O fato da Escola de Aprendizes Artífices ter oferecido concomitantemente a formação para um ofício e a instrução primária, pode ter favorecido, no início, a procura por esse tipo de aprendizado, principalmente considerando o reduzido número de escolas públicas existentes na cidade de Florianópolis, no início do século XX. Contudo, como se tratava de um ensino dirigido à infância pobre, o longo período (das 9 as 16 horas) estabelecido para permanência na escola, acabou por favorecer a evasão escolar de vários aprendizes, ainda nos primeiros anos, em busca da possibilidade de *ganhar alguns trocados* nas alfaiatarias, nas quais poderiam aprender trabalhando.

À medida que a sociedade industrial vai se consolidando no Brasil, os discursos da classe dominante passam a enfatizar a emergência de formação de uma força de trabalho adequada à organização social do trabalho industrial. A rede de Escolas de Aprendizes Artífices, também deve ficar dentro dos novos padrões de ensino exigidos pelas reformas educacionais, propostas ao final da década de 1920.

As transformações da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, primeiro em Liceu Industrial (1938) e depois, em Escola Industrial de Florianópolis (1942), demonstravam as novas necessidades do ensino profissional, ou seja, trabalhadores adaptados aos interesses da produção industrial. A oficina de alfaiataria é transformada em *Curso de Alfaiataria* e passa a fazer parte da *Seção de Artes Industriais*. Os diretores das Escolas Industriais falavam em novas exigências de uma formação profissional, com base na ciência, voltada para a indústria. Além disso, houve o deslocamento de todo ensino profissional para o grau médio, na época ensino de segundo grau.

Os discursos governamentais *não falavam mais da formação moral* para atender aos problemas sociais, nem tampouco da formação para um ofício com características artesanais e artísticas, como o ofício de alfaiate. Os discursos falavam declaradamente, outra linguagem, a linguagem da indústria, particularmente a indústria nacional para a qual era preciso formar uma *força de trabalho nacional* com conhecimentos especializados, de forma a atender às novas exigências da sociedade urbano-industrial brasileira.

As transformações históricas desencadeadas pelo modo capitalista de produção e pela organização do trabalho vão impor novas necessidades no processo de aprendizagem dos trabalhadores brasileiros. O processo de formação de alfaiates completos que dominavam seu ofício, que sabiam realizar todas as etapas do processo de trabalho, desde a elaboração do molde das peças do vestuário, o corte, a montagem, as costuras, até o acabamento final, torna-se cada vez menos necessário à medida que avança a indústria do vestuário no Brasil.

O conceito de qualificação que para os trabalhadores estava tradicionalmente ligado ao completo domínio do ofício não é compatível com o conceito de qualificação exigido pela indústria e idealizado pelas políticas públicas para a formação profissional. Portanto, nas escolas industriais, o processo de aprendizagem privilegia cada vez mais as formas de fazer para uma ocupação definida, que atenda as demandas de um processo produtivo parcelado, baseado na utilização sistemática da ciência e da tecnologia e do controle dos próprios trabalhadores que antes dominavam uma atividade viva.

Os mestres alfaiates, que lecionavam no curso de alfaiataria da Escola Industrial de Florianópolis, não provém mais das alfaiatarias. São substituídos, na década de 1950, por *professores*, formados pela própria escola no final da década de 1940. O aprendizado também passou a seguir outra ordem, privilegiando o manuseio da máquina

e a necessidade de rapidez na execução das tarefas, embora alguns instrumentos de trabalho ainda permanecessem os mesmos.

O surgimento do curso de qualificação para alfaiates no SENAI, no ano de 1946, por meio do qual o aprendiz além do aprendizado escolar, também tinha acesso à prática do ofício em uma alfaiataria, pode ter colaborado para a redução da procura do curso oferecido pela Escola Industrial de Florianópolis. Porém, a formação de alfaiates oferecida pelo SENAI tem curto período de duração e na década de 1960, já não aparece mais na relação de cursos oferecidos pela instituição. Foi considerado obsoleto.

No entanto, para os alfaiates de Florianópolis, as décadas de 1950 e 1960 foram épocas áureas. Particularmente nos anos 50 era grande a procura por seus serviços, mesmo com algumas mudanças na moda e no estilo das roupas, pois ainda se conservava o hábito de usar terno e gravata em quase todos os lugares, principalmente no trabalho. Além disso, a indústria do vestuário que já invadira os grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ainda não existia na mesma proporção no Estado de Santa Catarina. Na cidade de Florianópolis, a existência de lojas que vendiam roupas industrializadas, ainda não comprometia a produção do alfaiate.

O aparecimento, na década de 1960, dos *cursos por correspondência* para alfaiates já sinaliza um novo tempo. Os cursos são criados nos grandes centros, onde a indústria do vestuário já se encontrava em acelerado processo de desenvolvimento e a confecção de roupas sob medida, feita pelos alfaiates desaparecia gradativamente.

Na cidade de Florianópolis, estes cursos por correspondência vão auxiliar no aperfeiçoamento dos alfaiates já estabelecidos, que recorrem a eles em busca de atualização, em razão da carência de material bibliográfico sobre as técnicas de alfaiataria e sobre os novos tecidos fabricados que são utilizados pelas indústrias de confecção do vestuário.

Na Escola Industrial de Florianópolis, desde o ano de 1962, a prioridade passa a ser formar *técnicos industriais*, capazes de atender as novas necessidades surgidas em função do avanço na divisão capitalista do trabalho. O surgimento do técnico industrial, não é um problema à parte, dentro da questão mais geral da qualificação. É uma questão que pertence a um mesmo todo, fruto de um mesmo processo sendo “condição para que ocorra a degradação do trabalho dos demais trabalhadores” (MACHADO, 1989, p.136).

As transformações na forma de produzir o vestuário vão cada vez mais distinguindo o alfaiate de um fabricante de porte industrial e provocando, portanto, a redefinição da habilidade desse profissional, bem como de sua qualificação ou, melhor dizendo, *sua desqualificação profissional*, uma vez que seu conhecimento já foi subsumido pela indústria de confecção do vestuário, pelo capital. O saber e as mãos habilidosas dos alfaiates, antes necessários para a produção de peças de vestuário úteis à sociedade, foram postos de lado. Outras vão sendo as demandas criadas pela sociedade capitalista, com relação à produção de vestuário, e elas só podem ser atendidas pelas indústrias. Os alfaiates não podem concorrer com as máquinas, nem tampouco baratear os custos de suas confecções.

Mas os efeitos dessas transformações ainda não podem ser percebidos pelos alfaiates de Florianópolis, ao final da década de 1960, quando o curso de alfaiataria da Escola Industrial de Florianópolis é extinto. Na cidade de Florianópolis, existiam nessa época, mais de 30 alfaiatarias, nas quais os alfaiates continuavam seu trabalho de confecção de roupas sob medida, ensinando a novos aprendizes um ofício que de acordo com eles, nunca poderá ser substituído pela indústria de confecção porque “é uma arte que luta contra o tempo e por ser arte, vai permanecer para sempre”, garante o alfaiate João Régis (2002). A persistência e a resistência dos alfaiates são fortalecidas pelo caráter provinciano da capital de Santa Catarina.

Mesmo com a falta de cursos de qualificação e a carência de bibliografia para atualização dos conhecimentos no ramo da alfaiataria, apesar da redução do número de novos aprendizes, porque na sociedade industrial é difícil dar continuidade a qualquer trabalho, apesar de se sentirem desarmados, impedidos de ensinar, alguns alfaiates ainda resistem, inventam e reinventam novas formas de produzir suas vidas. Fazem consertos em roupas, confeccionam para mulheres, trabalham para a indústria de confecção, para grifes, enfim, mostram que toda resistência é feita de muita luta e que continuam fazendo história, mesmo não sendo a história que querem, mas aquela que é possível fazer.

Tentando aqui reviver, por meio dos documentos históricos e principalmente junto com esses alfaiates, as memórias do aprendizado do ofício de alfaiate, percebemos que não se trata de um saudosismo pelo passado, mas antes, da necessidade de entender o movimento da socialização de saberes, da apropriação coletiva do saber que cada vez mais se separa do fazer, e as conseqüências desse processo de transformações para os trabalhadores.

A degeneração dos saberes dos trabalhadores e entre eles os dos alfaiates, resultou da forma histórica em que os seres humanos passam a se reproduzir como tais, aumentando a cada dia, o número de pessoas que são dispensadas das atividades produtivas e retirados do mercado de trabalho no Brasil, na Espanha, ou na África. Aqueles que ainda não o foram são necessários não à produção de coisas úteis, mas a acumulação do capital, a produção de mais-valia. Sendo doloroso constatar também que mesmo as previsões mais otimistas não indicam ainda, quais as possibilidades de reversão deste quadro.

Saber e poder são forças em movimento, não são condições estáticas e objetivas. São marcados pelas determinações históricas de cada época, dependendo do tipo de

relação de produção estabelecida, definida por critérios que sejam adequados aos interesses da classe dominante. O sistema capitalista simultaneamente destrói ocupações e cria outras que correspondam às suas necessidades; extingue e cria novos cursos, novas necessidades de consumo, por meio de uma lógica destrutiva onde tudo pode se dissolver no ar.

A História poderia ser comparada a vários filmes acontecendo simultaneamente, na mesma tela, na qual *as imagens em movimento* nos dão a idéia do movimento constante da História. Como nos lembra Thompson (1981) existe um tipo diferente de lógica adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento evidenciando manifestações contraditórias. Nesse sentido, podemos sugerir que para interrogarmos as evidências históricas *é necessário que as consideremos não como fatos isolados, como imagens fotográficas estáticas, mas como imagens em movimento.*

Chegamos então a idéia de que, como por meio do cinema construímos a possibilidade de dar movimento às imagens fotográficas estáticas, nós precisamos continuar a exercitar nosso olhar e nossa compreensão, para perceber as múltiplas possibilidades das imagens em movimento da História, de forma não apenas a interrogá-las, para apreender a totalidade desse movimento, mas para transformá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA, Florianópolis, 7 jul. 1942, p.3.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. *Dos aprendizes artífices ao CEFET/SC: resenha histórica*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2003.

ANNUARIO BARRIGA-VERDE PARA 1920: publicação especial dedicada a propaganda da terra catharinense. Organizado sob a direção literária de Altino Flores. Florianópolis: Ed. Cysne, [1920].

ANNUARIO BARRIGA-VERDE PARA 1921: segundo anno. Organizado sob a direção literária de Altino Flores. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, [1921].

ANNUARIO DE SANTA CATHARINA PARA 1900: primeiro anno. Florianópolis: Ed. Francisco D'Assis Costa: Gabinete Sul-Americano, [1900].

ARAUJO, Hermetes dos Reis. *A invenção do litoral : reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, 1989.

ARTE & INDÚSTRIA: jornal da Escola Industrial de Florianópolis, Ano 1, n.1, p. 9;12;18, set. 1946.

_____. Ano 2, v.2, p.21, set. 1947.

AUED, Bernardete Wrublevski. *Histórias de profissões em Santa Catarina: ondas largas e “civilizadoras”*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

AZAMBUJA, Gabriel Alencar de. *Relatório de 1928*. Florianópolis: Off.Graph. da Escola de Aprendizes Artífices, 1930a.

_____. *Relatório de 1929*. Florianópolis: Off. Graph. da Escola de Aprendizes Artífices, 1930b.

BARROS, Nelci Moreira de. *Conversa de quiosque: os burros perderam o emprego*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFSC, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BIANCHETTI, Lucídio; PALLANGANA, Isilda C. Sobre a relação histórica entre escola e sistema produtivo: desafios qualificacionais. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v.26, n.2, maio/ago. 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BLUM, Heitor. *Escola de Aprendizes Artífices do Estado de Santa Catarina*: relatório referente ao ano de 1916. Florianópolis: Typ. da Escola, 1917.

_____. *Escola de Aprendizes Artífices do Estado de Santa Catarina*: relatório referente ao ano de 1917. Florianópolis: Typ. da Escola, 1918.

BRANDÃO, Marisa. *Da arte do ofício à ciência da indústria*: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 17-29, set./dez., 1999.

BRASIL. Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. *Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil*: 1906. Rio de Janeiro, v.1. p. 114-116, 1907.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, realizado a 1º de setembro de 1920: indústria*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística. 1927. v.2, p.114-161.

_____. *Recenseamento do Brasil, realizado a 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1927. v.3 e v.4.

_____. *Synopse do Recenseamento*: 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1905.

BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRYAN, Newton. Educação, trabalho e tecnologia em Marx. *Educação & Tecnologia*. Revista Técnico Científica dos PPG em Tecnologia, dos CEFETs PR/MG/RJ. Curitiba, n.1, p.41-69, abr. 1997.

BUENDGENS, Frederico G. *Informativo ESIFESC*. Florianópolis: Escola Industrial Federal de Santa Catarina, 1967.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2.ed. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.

_____. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979, 2v.

CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Otávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CHASSOT, Attico. *Alfabetização científica*: questões e desafios para a educação. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite a filosofia*. 5.ed. São Paulo, Ática, 1995.

CRUZ, Roberto Moraes. Formação profissional e formação humana: os (des)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernardete Wrublenski (Org.)

Educação para o (des)emprego: ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento. Petrópolis, RJ: Vozes 1999. p. 175-89.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP; Brasília: Flacso, 2000a.

_____. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, maio/jun/ago, 2000b. p. 89-107.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP; Brasília: Flacso, 2000c.

_____. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000d.

DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DIA E NOITE. Florianópolis, 4 fev. 1938, p.4

ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. Fichas de registro dos alunos. Florianópolis, 1942, 1943, 1944, 1946 e 1947.

ESCOLA INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. Fichas de registro dos funcionários da escola. Florianópolis, 1943-1968.

ESTADO DE SANTA CATHARINA. Lei nº. 678 de 5 de setembro de 1905. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1906. *Collecção de leis do Estado de Santa Catharina em 1905*. Florianópolis, Livraria Moderna, 1905. p.27-60.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 2v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERRETTI, Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N.S. *Trabalho formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo:Xamã, 1999.

FIOD, Edna Garcia M. Crise da sociedade do trabalho. *Perspectiva*: revista do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC; NUP/CED, v. 1, n.1, p. 71-91, 1983.

_____. Politecnia: a educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernardete Wrublevski (Org.) *Educação para o (des)emprego*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.83-108.

FOLHA DO COMMERCIO. Florianópolis, n.6 , 7 out. 1909, p.4; n.3, 4 nov. 1909, p.7

FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, 5v.

FONTES, Carlos. *Profissões históricas: a alfaiataria em Portugal*. Disponível em <<http://formar.do.sapo.pt/page8.html>> Acesso em: 10.08.2003, 20hs10.

FOX, Mem. *Guilherme Augusto Araújo Fernandes*. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: BRINQUEBOOK, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRANCO, Luiz A. de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. 3ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2ed. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.

GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2.ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Sobre história: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDER, Anne. A gênese do traje. In: _____. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p.85-147.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. *Repertório estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1941.

INDICADOR COMMERCIAL: indústrias e profissões do município de Florianópolis, 1928. Florianópolis: Gab. Typ. Brasil, [1928].

JORNAL DO COMMERCIO, Florianópolis, 11 nov.1886, p.4.

KUENZER, Acácia Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETTI, Celso; REIS, João dos; OLIVEIRA, Maria Rita S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999. p.121-139.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ed. Trad. Bernardo Leitão [e outros], Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Brotéia/Livros de Portugal. 1953.

LENHART, Gina Elizabeth. *Profissão em extinção: o alfaiate*. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Sociais) – USFC, 1998.

LIPOVETSKY, Giles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro*. 2ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

MANACORDA, Mário A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1995.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Aníbal. *Método mundial de corte anti-provas*. 4. ed. [São Paulo], 1972.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. As hesitações do moderno e contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-54.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 10ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl ; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo:CHED, 1980.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MURICY, João Candido da Silva. *Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catharina: resenha histórica: 1910-1922*. Florianópolis: Typografia da Escola de Aprendizizes Artífices, 1922.

_____. *Relatório da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catharina: 1920*. Florianópolis: Typografia da Escola de Aprendizizes Artífices, 1921.

NAGLE, Jorge. *Educação na Primeira República*. [São Paulo]: E.P.U./MEC, s.d.

NOSSA FOLHA. Florianópolis: Grêmio Cultural Cid Rocha Amaral, ano 2, n.10, p.1, ago.1947.

O ESTADO. Florianópolis, n.3.583, 17 maio, 1926, p.2.

_____. Florianópolis, n. 3.584, 18 maio, 1926, p.2.

_____. Florianópolis, n. 4.819, 16 nov., 1929, p.4.

_____. Florianópolis, n. 8.420, 14 jan., 1950, p.3; n. 8.423, 17 jan., p.2

O OLHO, Florianópolis, v.1, n.8, jul. 1916; v.1, n.9, ago. 1916.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PALANGANA, Isilda C.; BIANCHETTI, Lucídio. A controvérsia da qualificação no debate sobre trabalho e educação. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/CED/UFSC, v.10, n.18, p. 133-163, ago/dez, 1992.

PEDRO, Joana Maria e outros. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PELUSO JUNIOR, Victor A. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC; Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1983.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio; a rendição da cultura à tecnologia*. Trad. Reinaldo Guarani. São Paulo: Nobel, 1994.

PRONKO, Marcela Alejandra. A disputa entre capital e trabalho na concepção e na formulação de políticas de formação técnico-profissional no Brasil: uma aproximação histórica. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.19-25, maio/ago.1998.

QUARTIERO, Elisa M. & BIANCHETTI, Lucídio. O entremesclamento do trabalho pedagógico com as novas tecnologias da informação e comunicação. In: RAYS, Oswaldo A. *Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p.238-254.

QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de ensino técnico na República Velha: 1909-1930*. Curitiba: PPGTE/CEFET-PR, 2000.

RAMOS, Átila Alcides. *Memória do saneamento desterrense*. Florianópolis: CASAN, 1986.

RABELO, Giani. *Trabalho arcaico no moderno mundo da moda*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado de Santa Catarina.

RIBEIRO, Maria Alice (Org.). *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986a.

RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 6.ed. São Paulo: Moraes, 1986b.

ROSA, Maristela. *Alfaiatarias em Florianópolis e seus usuários*. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Estilo e Modelagem) – UDESC, 1993.

SANTONI RUGIU, Antonio. *Nostalgia do mestre artesão*. Trad. Maria de Lourdes Menon. Campinas/SP: Autores Associados, 1988. (Coleção Memória da Educação).

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SCHMIDT, Albano. História da energia em Santa Catarina. In: CORREA, Carlos H. *A realidade catarinense do século XX*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 349-356.

SENAI. Departamento Regional de Santa Catarina. Centro de Documentação e Informação. *Fichas de registro dos alunos*. Florianópolis, 1946-1956.

SILVA, João Cândido da. *Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina*: relatório referente ao ano de 1910. Florianópolis: Typ. da Escola, 1911.

SILVA, Adolfo Nicolich. *A história de uma cidade*. Florianópolis: Papa Livro, 1995.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, [1968].

SOARES, Manoel de Jesus A. As escolas de aprendizes artífices e suas fontes inspiradoras. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.4, p.69-77, 1981.

_____. As Escolas de Aprendizes Artífices: estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro: FGV, v.6, n.2, p. 59-92, 1982.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALDEMARIN, Vera T. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.52, p.74-87, 2.000.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis*: memória urbana. Florianópolis: UFSC; Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIEIRA, Amazile de Hollanda. *Instituto Polytechnico no contexto sócio cultural de Florianópolis*. Florianópolis: A & P, 1986.